LAURENCE BARDIN

ANÁLISE DE CONTEÚDO



edições 70

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Título original: *L' Analyse de Contenu*

© Presses Universitaires de France, 1977

Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro

Capa de Edições 70

Todos os direitos reservados para língua portuguesa
por Edições 70, Lda.

Depósito legal nº 93118/95

ISBN: 972-44-0898-1

EDIÇÕES 70, LDA.
Rua Luciano Cordeiro, 123 - 2.º Esq.º – 1069-157 LISBOA / Portugal
Telef.: 213 190 240
Fax: 213 190 249
E-mail: edi.70@mail.telepac.pt
www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à Lei dos Direitos do Autor será passível de
procedimento judicial.

LAURENCE BARDIN

ANÁLISE DE CONTEÚDO



edições 70

ÍNDICE

PREFACIO 9

Primeira Parte — *HISTÓRIA E TEORIA* 11

I. EXPOSIÇÃO HISTÓRICA 13

1. Os antecedentes e a pré-história 14
2. Os começos: a Imprensa e a medida 15
3. 1940-1950: A sistematização das regras e o interesse pela simbólica política 16
4. 1950-1960: A espansão e a problemática 19
5. 1960 e os anos seguintes 22

II. DEFINIÇÃO E RELAÇÃO COM AS OUTRAS CIENCIAS 27

1. O rigor e a descoberta 28
2. O campo 31
3. A descrição analítica 34
4. A inferência 38
5. A análise de conteúdo e a linguística 43
6. A análise de conteúdo e a análise documental 45

Segunda Parte — *PRÁTICAS* 47

I. ANALISE DOS RESULTADOS NUM TESTE DE ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS: ESTEREÓTIPOS E CONOTAÇÕES 51

1. A administração do teste 51
2. Propostas de análise 52

II. ANÁLISE DE RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS: A SIMBÓLICA DO AUTOMÓVEL 59

1. As perguntas 59
2. Propostas de análise 60

III. ANÁLISE DE ENTREVISTAS DE INQUÉRITO: A RELAÇÃO COM OS OBJECTOS 65

1. Esquema teórico e sua problemática 65
2. O material de análise 66
3. A análise 66
4. O tratamento dos resultados 69

IV. ANÁLISE DE COMUNICAÇÕES DE MASSA: O HORÓSCOPO DE UMA REVISTA 73

1. O jogo das hipóteses 75
2. A análise temática de um texto 77
3. Análise léxica e sintáctica de uma amostra 82

Terceira Parte — *MÉTODO* 93

I. ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE 95

1. A pré-análise 95
2. A exploração do material 101
3. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação ... 101

II. A CODIFICAÇÃO 103

1. Unidades de registo e de contexto 104
2. Regras de enumeração 108
3. Análise quantitativa e análise qualitativa 114

III. A CATEGORIZAÇÃO 117

1. Princípios 117
2. Exemplos de conjuntos categoriais 121
3. Os index para ordenadores 126

IV. A INFERÊNCIA 133

1. Pólos de análise 133
2. Processos e variáveis de inferência 136

V. O TRATAMENTO INFORMÁTICO 143

1. A utilidade do ordenador para a análise de conteúdo 143
2. Análises feitas por ordenadores 145
3. O tratamento dos dados codificados 147
4. A orientação actual das investigações 149

Quarta Parte — *TÉCNICAS* 151

I. A ANÁLISE CATEGORIAL 153

II. A ANÁLISE DE AVALIAÇÃO 155

1. Uma medida das atitudes 155
2. As diferentes fases da técnica 156
3. Comentários sobre o método 162
4. Variantes e aplicações da técnica 163

III. A ANÁLISE DA ENUNCIAÇÃO 169

1. Uma concepção do discurso como palavra em acto 170
2. Condições e organização de uma análise da enunciação 173

IV. A ANÁLISE DA EXPRESSÃO 185

1. Os indicadores 186
2. Alguns exemplos de aplicação 189

V. A ANÁLISE DAS RELAÇÕES 197

1. A análise das co-ocorrências 198
2. Análise «estrutural» 204

VI. A ANÁLISE DO DISCURSO 213

1. A explicitação de uma estrutura: o processo de produção 214
2. A técnica 217
3. Considerações sobre a AAD e o seu contexto teórico («Condições de produção») 220

Bibliografia sumária 223

PREFÁCIO

O que é a análise de conteúdo actualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas — desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extracção de estruturas traduzíveis em modelos — é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de «desocultação», responde a esta atitude de voyeur *de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura «normal» do leigo, é ser agente duplo, detective, espião... Daí a investir-se o instrumento técnico enquanto tal e a adorá-lo como um ídolo capaz de todas as magias, fazer-se dele o pretexto ou o alibi que caucione vãos procedimentos, a transformá-lo em* gadget *inexpugnável do seu pedestal, vai um passo... que é preferível não transpor.*

O maior interesse deste instrumento polimorfo e polifuncional que é a análise de conteúdo, reside — para além das suas funções heurísticas e verificativas — no cons-

trangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas. Ao desempenharem o papel de «técnicas de ruptura» face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reacção interpretativa.

Se este intervalo de tempo é rico e fértil então, há que recorrer à análise de conteúdo...

Este livro pretende ser um manual, um guia, um prontuário. Tem por objectivo explicar o mais simplesmente possível o que é actualmente a análise de conteúdo e a utilidade que pode ter nas ciências humanas. Para desempenhar melhor esta tarefa foram tomadas algumas opções:

— Descrever a evolução da análise de conteúdo, delimitar o seu campo e diferenciá-la de outras práticas (primeira parte: história e teoria).

— Pôr o leitor imediatamente em contacto com exemplos simples e concretos de análise, decompondo pacientemente o mecanismo dos processos (segunda parte: práticas).

— Descrever a textura, ou seja cada operação de base, do método, fazendo referência à técnica fundamental, a análise de categorias (terceira parte: métodos).

— Apresentar, indicando os seus princípios de funcionamento, outras técnicas diferentes nos seus processos mas que respondem à função da análise de conteúdo (quarta parte: técnicas) (1).

No conjunto tentou-se conseguir um equilíbrio entre a diversidade (referência a trabalhos americanos frequentemente mal conhecidos em França; indicação das possibilidades de tratamento informático; menção de aplicações a materiais não linguísticos) e a unidade (no início dos últimos vinte e cinco anos do século XX era necessário desembaraçar a análise de conteúdo dos diversos olhares sobre «o que fala» e marcar a sua especificidade).

(1) Cada uma das quatro partes pode ser abordada independentemente das outras.

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA E TEORIA

I

EXPOSIÇÃO HISTÓRICA

«Content analysis should begin where traditional modes of research end.» (1)
LASSWELL, LERNER e POOL (2).

Descrever a história da «análise de conteúdo», é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise das comunicações; é seguir passo a passo, o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar *a posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século. Mas também é pôr em questão as suas condições de aparecimento e de extensão em diversos sectores das ciências humanas, e tentar clarificar as relações que a análise de conteúdo mantém ou não com disciplinas vizinhas pelo seu objecto ou pelos seus métodos.

---

(1) A análise de conteúdo deve começar onde os modos tradicionais de investigação acabam (*N. do T.*).

(2) H. D. Laaswell, D. Lerner, I. de S. Pool, *The comparative study of symbols*, Standford, Standford University Press, 1952.

1. OS ANTECEDENTES E A PRÉ-HISTÓRIA

Antes de analisar as comunicações segundo as técnicas modernas do século vinte tornadas operacionais pelas ciências humanas, os textos já eram abordados de diversas formas. A hermenêutica, a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos é uma prática muito antiga. O que é passível de interpretação? Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda (a que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação cuidada ou de uma intuição carismática.

Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissémico esconde-se um sentido que convém desvendar. A interpretação dos sonhos, antiga ou moderna, a exegese religiosa (em especial a da Bíblia) a explicação crítica de certos textos literários, até mesmo, de práticas tão diferentes como a astrologia ou a psicanálise relevam de um processo hermenêutico. Também a *retórica* e a *lógica* são de agrupar nas práticas de observação de um discurso, práticas estas, anteriores à análise de conteúdo. A primeira estudava as modalidades de expressão mais propícias à declamação persuasiva, a segunda tentava determinar, pela análise dos enunciados de um discurso e do seu encadeamento, as regras formais do raciocínio certo.

A atitude interpretativa continua em parte a existir na análise de conteúdo mas é sustida por processos técnicos de validação. Certos estudos assemelhavam-se pelo seu objecto à *retórica* (a progadanda, por exemplo), ou à *lógica* pelo seu procedimento (por exemplo, a análise de um desenvolvimento normativo e das suas regras de enunciação), ou até mesmo pelo seu objectivo (a análise de conteúdo não é, esperamo-lo [3]), nem doutrinal nem normativa).

Para além destas maneiras de abordar os textos cuja tradição é longínqua, a precisão histórica refere alguns casos geralmente isolados, que, numa certa medida seriam análises de conteúdo prematuras. Por exemplo, a pesquisa de autenticidade feita na Suécia por volta de 1640 sobre os hinos religiosos. Com o objectivo de se saber se estes

---

(3) De facto o sociólogo crítico sabe — e a sua função é precisamente o desvendar crítico — que é difícil afastar toda e qualquer implicação ideológica, mesmo multiplicando as técnicas de rigor e validação.

hinos, em número de noventa, podiam ter efeitos nefastos nos Luteranos, foi efectuada uma análise dos diferentes temas religiosos, dos seus valores e das suas modalidades de aparição (favorável ou desfavorável), bem como da sua complexidade estilística. Mais recentemente (1888-1892) o francês B. Bourbon, para ilustrar um trabalho sobre «a expressão das emoções e das tendências na linguagem», trabalhou sobre uma parte da Bíblia, o Êxodo, de maneira relativamente rigorosa, com uma preparação elementar do texto, e classificação temática das palavras chave. Uns anos depois (1908-1918), foi feito um estudo sociológico profundo, a respeito da integração dos emigrantes polacos na Europa e na América, por Thomas (professor em Chicago) e Znaniecki (antropólogo polaco). Uma técnica elementar da análise de conteúdo — mais do que uma sistematização de uma leitura normal — foi utilizada num material composto por elementos vários (cartas, diários íntimos, mas também relatórios oficiais e artigos de jornal).

2. OS COMEÇOS: A IMPRENSA E A MEDIDA

Desde o princípio do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos. Nesta época o rigor científico invocado é o da medida, e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo da Colúmbia dá o pontapé de saída e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais. É feito um inventário das rúbricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de «sensacionalismo» dos seus artigos, comparam-se os semanários rurais e os diários citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página). Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial deu lugar a um tipo de análise que se amplifica aquando da Segunda: o estudo da propaganda.

O primeiro nome que de facto ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda desde 1915 aproximadamente. Em 1927 é editado: *Propaganda Technique in the World War*.

O *behaviorismo* dita a sua lei nas ciências psicológicas de então nos Estados Unidos. Rejeita a introspecção intuitiva em benefício da psicologia comportamental objectiva.

Trata-se de descrever o comportamento enquanto resposta a um estímulo, com um máximo de rigor e cientificidade. Tal como a sociologia após Durkeim, a psicologia distancia-se face ao seu objecto de estudo. O nascimento da análise de conteúdo provém da mesma exigência que se manifesta igualmente na linguística. Mas a linguística e a análise de conteúdo ignoram-se mutuamente, e continuam a desenvolver-se ainda por muito tempo tomando caminhos distintos, apesar da proximidade do seu objecto, já que uma e outra trabalham-na e pela linguagem. Depois de Saussure, Troubetzkoy — a fonologia (1926-1928) — e Bloomfield — a análise distribucional (1933) — rompeu com uma concepção tradicional da língua: a linguística torna-se funcional e estrutural.

3. 1940-1950: A SISTEMATIZAÇÃO DAS REGRAS E O INTERESSE PELA SIMBÓLICA POLÍTICA

Nos Estados Unidos, os departamentos de ciências políticas ocuparam um lugar de destaque no desenvolvimento da análise de conteúdo. Os problemas levantados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram o fenómeno. Durante este período, 25 % dos estudos empíricos que relevam da técnica de análise de conteúdo pertencem à investigação política. Pesquisa esta muito pragmática e que tem por objectivo específico o conflito que agita o mundo. Por exemplo, durante os anos da guerra, o Governo americano exortou os analistas a desmascararem os jornais e periódicos suspeitos de propaganda subversiva (principalmente nazi). Foram empregues vários processos de despistagem:

— Referenciação dos temas favoráveis ao inimigo e percentagem destes em relação ao conjunto dos temas.
— Comparação entre o conteúdo do jornal incriminado (*The Galilean*) com o das emissões nazis destinadas aos Estados Unidos.
— Comparação de duas publicações suspeitas (*Today's Challenge, Forum Observer*) com duas publicações cujo patriotismo era evidente (*Reader's Digest* e *Saturday Evening*).
— Análise de favoritismo/desfavoritismo de vários livros e periódicos em relação aos dois temas seguin-

tes: «A União Soviética vence» e «As doutrinas comunistas são verdadeiras» (temas estes divididos em cerca de quinze subtemas).

— Análise léxica a partir de uma lista de palavras consideradas como palavras chave da política e propaganda nazi (aplicada às mesmas publicações).

H. D. Lasswell continua os seus trabalhos sobre a análise dos «símbolos» (4) e o das mitologias políticas na Universidade de Chicago e na *Experimental Division for the Study of Wartime Communications* na *Library of Congress*. Aumenta o número de investigadores especializados em análise de conteúdo: H. D. Lasswell, N. Leites, R. Fadner, J. M. Goldsen, A. Gray, I. L. Janis, A. Kaplan, D. Kaplan, A. Mintz, I. de Sola Pool, S. Yakobson participaram em *The Language of Politics: Studies in Quantitative Semantics* (1949).

Com efeito, o domínio de aplicação da análise de conteúdo diferencia-se cada vez mais. Pertencem a este período dois exemplos: um, próximo da crítica literária, outro, um caso célebre centrado na personalidade de uma mulher neurótica.

A análise do romance autobiográfico *Black Boy*, de Richard Wright, foi efectuada por R. K. White em 1947 (5). Trata-se de uma análise estatística dos valores, assinalados ao longo do livro, por anotação à margem, codificada com a ajuda de três tipos de símbolos *: *os fins* ou *objectivos* (ex: a alimentação, sexo, amizade...) as *normas* (normas de moralidade, de verdade, de civilização...), *as pessoas* (R. Wright, os negros, os brancos...), símbolos combináveis entre si numa mesma frase. Para além disso, esta análise estatística fornece informações, que a análise subjectiva «normal», por si só, não fazia aparecer.

A análise das «cartas de Jenny» (Jenny Gove Masterson) (6), manifesta a mesma preocupação de objectividade e a superioridade (ou a complementaridade) de uma técnica sistemática em relação a uma apreensão clínica «im-

---

(4) *Political Symbol Analysis*. Mas *Symbol* neste caso tem o sentido de significante maior, de palavra chave, e não o sentido de símbolo em francês. «Um símbolo chave é um termo básico da mitologia política». Exemplos de símbolos chave nos anos quarenta nos Estados Unidos: «direitos», «liberdade», «democracia», «igualdade».

(5) R. K. White, «Black Boy: a value-analysis». *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1947, 42.

* Neste contexto, «símbolos» devem ser entendidos como «categorias» na acepção que têm em análise de conteúdo. (*N. do T.*).

(6) Na realidade este nome é um pseudónimo.

pressionista». Estas cartas, em número de 167, são materiais de eleição para os psico-sociólogos, já que, analisadas em 1942 por Baldwin (7), vêm também a interessar a Allport (que as publica em 1946 como um caso de particular interesse para o estudo da personalidade) e a J. M. Paige, que as utiliza de novo em 1966 (8) para renovar o estudo do seu antecessor, usando as novas possibilidades que o ordenador oferece. A análise de Baldwin apresenta-se como uma «análise da estrutura da personalidade» *(personal structure analysis)*, tendo por objectivo funcionar como um «componente da perspicácia mais ou menos brilhante do clínico». Ou, como diz ainda Baldwin, «uma técnica que oferece uma avaliação e uma análise que terão a virtude da objectividade e revelarão também os aspectos do material que poderiam ter escapado ao exame minucioso do clínico». Entre a tónica colocada na necessidade de objectividade e as medidas de verificação que neste período são gerais, a técnica empregue por Baldwin para incrementar a compreensão de um caso neurótico constitui uma das primeiras tentativas de «análise de contingência» (ou análise de co-ocorrências, isto é, das associações — *duas ou mais palavras ou temas — ou exclusões presentes no material de análise*). A *contingency analysis* será desenvolvida por Osgood uma quinzena de anos mais tarde e generalizada em seguida, graças às possibilidades ampliadas pelo uso do ordenador.

Do ponto de vista metodológico, o final dos anos 40-50 é, sobretudo, marcado pelas regras de análise elaboradas por B. Berelson (9), auxiliado por P. Lazarsfeld. A célebre definição de análise de conteúdo, que Berelson dá então, resume bastante bem as preocupações epistemológicas deste período:

---

(7) A. L. Baldwin, «Personality structure analysis: a statistical method for investigating the single personality» *J. abnorm. soc. Psychol.*, 1942, 37.

(8) J. M. Paige, «Letters from Jenny: an approach to the clinical analysis of personality structure by computer», P. J. Stone, D. C. Dunphy, M. S. Smith, e D. M. Ogilvie, *The General Inquirer: a computer approach to content analysis in the behavioral sciences*, Cambridge, MIT Press, 1966, pp. 431-451.

(9) B. Berelson e P. F. Lazarsfeld, *The analysis of communications content*, University of Chicago and Columbia University, Preliminary Draft, Chicago e Nova Iorque, 1948: depois, B. Berelson, *Content analysis in communication research*, Glencoe, Ill., The Free Press, 1952; e B. Berelson, «Content Analysis em G. Lindzey» (ed.), *Handbook of Social Psychology*, Cambridge, Addison-Wesley Publishing Co., 1954.

«A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.»

Na verdade, esta concepção e as condições muito normativas e limitativas de funcionamento da análise de conteúdo, foram completadas, postas em questão e ampliadas pelos trabalhos posteriores dos analistas americanos. No entanto, em França, afigura-se que até uma data extremamente recente (1973-1974), se continuou a obedecer de uma maneira rígida ao modelo berelsoniano. Para nos convencermos de que assim é, basta que observemos as referências bibliográficas ou as instruções fornecidas pelos raros manuais franceses que se dignavam abordar o problema da análise de conteúdo. Esta ignorância soberba que consistia em negar vinte ou trinta anos de progressos americanos, ou em negligenciar a contribuição francesa ou estrangeira das ciências conexas à análise de conteúdo (a linguística, a semântica, a semiologia, a documentação, a informática), começa, felizmente, a ser substituída por uma insatisfação tanto prática como teórica, susceptível de impelir os mestres ou os práticos para a busca de informações complementares.

Quaisquer que sejam os progressos posteriores a Lasswell e a Berelson, os seus critérios marcam a preocupação deste período em trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogar-se sobre a validade do procedimento e dos resultados, a verificar a fidelidade dos codificadores e até a medir a produtividade da análise. É o período significativo de uma prática com uma metodologia nascente, onde as exigências de rigor e de objectividade pressentidas, adquirem um carácter obcessivo, susceptível de encobrir outras necessidades ou possibilidades.

4. 1950-1960: A EXPANSÃO E A PROBLEMÁTICA

O período seguinte é caracterizado pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. Na realidade, depois da codificação imperiosa que atinge o seu apogeu com Berelson, o período imediatamente posterior à guerra é marcado por anos de bloqueio e desinteresse. Durante algum tempo, a análise de conteúdo parece ter caído num impasse e um certo

número de investigadores desiludidos (Berelson, Janis, Lasswell, Leites, Lerner, Pool) parecem abandonar a partida. O próprio Berelson chega à conclusão desencantada:

«A análise de conteúdo como método, não possui qualidades mágicas» e «raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes até menos; — no fim de contas, nada há que substitua as ideias brilhantes.»

Isto equivale, de certa forma, a negar o que já fora adquirido.

Mas no início dos anos 50, a *Social Science Research Council's Committee on Linguistics and Psychology*, convocou diversos congressos sobre os problemas da «Psicolinguística». O último, conhecido pelo nome de *Allerton House Conference*, por causa do local da reunião (Illinois), teve lugar em 1955 e uma parte das contribuições foi publicada em 1959 sob a orientação de I. de Sola Pool ([10]), que se torna o nome marcante deste decénio nos sucessivos *readings* ([11]) americanos.

Os participantes descobrem então duas coisas: os investigadores e praticantes provenientes de horizontes muito diversos, interessam-se de hoje em diante pela análise de conteúdo; se os problemas precedentes não se encontram resolvidos, novas perspectivas metodológicas, no entanto, vão eclodindo. O congresso manifesta, pois, um interesse redobrado. A análise de conteúdo entra, de certo modo, numa segunda juventude. A etnologia, a história, a psiquiatria, a psicanálise, a linguística, acabam por se juntar à sociologia, à psicologia, à ciência política, aos jornalistas, para questionarem estas técnicas e propôr a sua contribuição.

Desenvolvem-se novos considerandos metodológicos e epistemológicos. No plano epistemológico, confrontam-se duas concepções, dois «modelos» da comunicação: o modelo «instrumental», representado por A. George e G. Mahl, e o modelo «representacional», defendido por G. E. Osgood. Eis como I. de Sola Pool resume a orientação de cada uma destas concepções:

«De maneira grosseira, arrogamo-nos o direito de dizer que "representacional" significa que o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos *items* léxicos nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite

([10]) I. de Sola Pool (ed.), *Trends in content analysis*, Urbana, University of Illinois Press, 1959.

([11]) *Reading*: recolha de textos.

ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa. *Grosso modo*, "instrumental" significa que o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veícula dados o seu contexto e as suas circunstâncias.»

No plano metodológico, a querela entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa absorve certas cabeças. Na análise quantitativa, o que serve de informação é a *frequência* com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração ([12]). A um nível mais estritamente técnico, Osgood propõe ou aperfeiçoa diversos procedimentos: A análise das asserções avaliadoras de uma mensagem (*Evaluative assertion analysis*), a análise das co-ocorrências (*Contingency analysis*), e, depois de W. Taylor, o método Cloze (*Cloze Procedure*) ([13]). É conhecido, aliás, o importante trabalho sobre «a medida das significações» ([14]) efectuado nesta época. A tónica é colocada sobre as orientações de valor, afectivas ou cognitivas dos significantes ou dos enunciados de uma comunicação; tendo por pressuposto que estas orientações são bipolarizadas, passíveis de medida por intermédio de escalas e que algumas das dimensões consideradas são universais, qualquer que seja a cultura do locutor.

De facto, para além dos aperfeiçoamentos técnicos, duas iniciativas «desbloqueiam», então, a análise de conteúdo. Por um lado, a exigência da objectividade torna-se menos rígida, ou melhor, alguns investigadores interrogam-se acerca da regra legada pelos anos anteriores, que confundia objectividade e cientificidade com a minúcia da análise de frequências. Por outro, aceita-se mais favoravelmente a combinação da compreensão clínica, com a contribuição da estatística. Mas, para além do mais, a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance *descritivo* (cf. os inventários dos jornais

([12]) A. L. George, «Quantitative and qualitative approaches to content analysis», em I. de Sola Pool, *op. cit.*, 1959, pp. 7-32.

([13]) C. E. Osgood, «The representational model and relevant research methods», em I. de Sola Pool, *op. cit.*, 1959, pp. 33-88.

([14]) C. E. Osgood, G. J. Suci, P. H. Tannenbaum, *The measurement of meaning*, Urbana, University, University of Illinois Press, 1957.

do princípio do século), antes se tomando consciência de que a sua função ou o seu objectivo é a *inferência*. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados (cf. análise das co-ocorrências), toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações.

Se fizermos o ponto da situação nos finais dos anos cinquenta, apercebemo-nos de que, quantitativamente, a análise de conteúdo progrediu segundo uma razão geométrica. A partir do critério numérico de estudos por ano, constata-se que a evolução se processa da seguinte maneira: 2,5 estudos por ano em média entre 1900 e 1920, 13,3 entre 1920 e 1930, 22,8 entre 1930 e 1940, 43,3 entre 1940 e 1950, mais de cem estudos por ano entre 1950 e 1960 ([15]).

5. 1960 E OS ANOS SEGUINTES

De 1960 até hoje, três fenómenos primordiais afectam a investigação e a prática da análise de conteúdo. O primeiro é o recurso ao ordenador; o segundo o interesse pelos estudos respeitantes à comunicação não verbal e o terceiro é a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos.

O primeiro «cérebro electrónico» nasceu em 1944; em 1960 surge «a segunda geração de ordenadores», graças aos transistores, à qual sucede rapidamente a terceira geração, em 1966, com os circuitos integrados. Actualmente, fala-se já da quarta geração. Além do tratamento informático permitir o «digerir» rápido de quantidades de dados impossíveis de manipular manualmente e autorizar testes estatísticos impraticáveis anteriormente, o uso do ordenador tem consequências sobre as questões privilegiadas da análise de conteúdo. O *computador*, vem oferecer novas possibilidades, mas a realização de um programa de análise, exige um *acréscimo de rigor* em todas as fases do pro-

([15]) F. E. Barcus, «Communications content: analysis of the research, 1900-1958, unpublished doctor's dissertation, University of Illinois», 1959; citado por O. R. Holsti, *Content analysis for the social sciences and humanities*, Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

cedimento. A primeira obra importante a dar conta das novas análises pelo ordenador e a tentar responder às dificuldades que elas suscitam, apareceu em 1966 sob o título de *General Inquirer*([16]). Uma vez que permite apurar a contagem por frequência, o ordendor leva-nos a pôr questões sobre a ponderação ou a distribuição das unidades de registo, assim como a ultrapassar a dicotomia: análise quantitativa, análise qualitativa. Exige-se uma preparação dos textos a tratar, e, por conseguinte, uma definição mais precisa das unidades de codificação, e tornar operacionais procedimentos de análise automática das unidades de contexto, quando o sentido de uma unidade de registo é ambíguo. Deste modo, o analista é obrigado a apelar para os progressos da linguística, a fim de formular regras justificadas. Uma parte importante destes esforços é consagrada a actualizar «dicionários», isto é, grelhas de índices capazes de referenciar e avaliar as unidades do texto em categorias ou sub-categorias. Isto, de forma pertinente tanto relativamente aos materiais como aos objectivos visados, é também generalizável aos materiais e objectivos similares. Finalmente, os estatísticos darão daqui em diante o seu contributo, uma vez que o tratamento por ordenador facilita a utilização de testes estatísticos ou autoriza tratamentos com um número elevado de variáveis (do tipo da análise factorial). As novas técnicas são aplicadas a «textos» muito diversos dentro do quadro de disciplinas cada vez mais variadas, como o testemunha o conteúdo dos artigos resultantes de investigações automatizadas de procedimento do grupo do *General Inquirer:*

— A mudança social nos grupos de auto-análise (estudo de pequenos grupos).
— As relações internacionais (ciências políticas).
— A linguagem psicótica; a temática do psicoterapeuta no decorrer das suas entrevistas (psicologia clínica).
— As características de cartas de «candidatos ao suicídio»; a percepção de identidade de si, nos estudantes (psicologia social).
— A relação entre o uso do álcool e o conteúdo temático dos contos populares (antropologia).
— ... etc.

([16]) P. J. Stone, D. C. Dunphy, M. S. Smith, D. M. Ogilvie, *The General Inquirer: a computer approach to content analysis in the behavioral sciences*, Cambridge, MIT Press, 1966.

Enquanto surge o resultado do conjunto dos programas informáticos, construídos por Stone e seus colaboradores, intitulado *General Inquirer,* reúne-se um congresso em Filadélfia (1967) (*The Annemberg School of Communications).* Este congresso reúne 400 investigadores, sendo as suas comunicações publicadas em 1969, sob a direcção de G. Gerbner, O. R. Holsti, K. Krippendorff, W. J. Paisley e P. J. Stone ([17]). Uma parte importante das discussões foi consagrada às diferentes contribuições do ordenador. O tecnicismo destas discussões torna-se cada vez mais exacto: problemas de «reconhecimento», contextos de significação, regras de «desambiguação», «cobertura da informação» e também, num plano estritamente material, contribuições técnicas a fim de adaptar a máquina às operações rigorosas requeridas pelas análises.

Contudo, a adaptação da análise de conteúdo ao ordenador (ou vice-versa) não cobre a totalidade dos trabalhos da *Annemberg School Conference.* No plano metodológico e teórico, alguns temas de reflexão abordados em 1955 na *Allerton House Conference,* continuam a suscitar estudos: a questão da *inferência,* devido às características do conteúdo das causas ou dos efeitos da mensagem; a formalização de sistemas de *categorias standards.* A necessidade de *normas* ou de critérios de comparação exteriores ao núcleo teórico, torna-se um novo centro de interesse em 1967. Em contrapartida, os problemas de sistemas de enumeração e de unidades de análise, no centro das discussões em 1955, despertam muito menos interesse, ou, devido ao emprego do ordenador, são pelo menos equacionados de forma diferente.

Esta evolução geral técnica (utilização do ordenador) e metodológica (prosseguimento das investigações dos anos anteriores), é interna ao desenvolvimento da análise de conteúdo. Nos anos 60, outras tendências, desta vez externas, afectam o seu movimento. Trata-se do florescimento e até da «invasão» do campo científico, por disciplinas afins, tais como a semiologia e a linguística. No primeiro caso, uma espécie de inflação anárquica explora o campo de sistemas de signos não linguísticos, até aí inexplorado. O território semiótico, mal definido, invasor, mas portador de um novo dinamismo, vem, atra-

([17]) G. Gerbner, O. R. Holsti, K. Krippendorff, W. J. Paisley, P. J. Stone, *The Analysis of Communication Content: Developments in Scientific Theories and Computer Techniques,* John Willey & Sons, Inc., 1969.

vés dos seus novos objectos (a imagem, a tipografia e a música, por exemplo) ou dos seus fundamentos teóricos (o estruturalismo, a psicanálise por exemplo) perturbar o movimento relativamente linear da análise de conteúdo. A dificuldade com a linguística é de outra ordem: a análise de conteúdo é confrontada (e eventualmente comparada) com uma disciplina solidamente constituída e metodologicamente confirmada, mas em que a finalidade é diferente. Face a este antagonismo, a análise de conteúdo actual recua, ou melhor, protege-se, continuando basicamente na sua perspectiva, uma vez que se julga ameaçada de dissolução ou de recuperação. Contudo, em França, por exemplo, os analistas actuais viram-se para o exterior, para *Le cru et le cuit*, de Levi-Srauss ([18]), para a análise estrutural do discurso de A. Greimas, para as reflexões sobre a nossa mitologia de R. Barthes e para a análise semântica de J. Kristeva... e outros, como M. Pécheux, exploram a sua formação linguística para tentar a automatização da análise do discurso. Com o risco de se perderem...

([18]) C. Lévi-Strauss, *Le cru et le cuit*, Paris, Plon, 1964.

II

DEFINIÇÃO E RELAÇÃO COM AS OUTRAS CIÊNCIAS

Sou investigador sociólogo e o meu trabalho visa determinar a influência cultural das comunicações de massa na nossa sociedade. Sou psicoterapeuta e gostaria de compreender o que as palavras dos meus «clientes» — os seus balbúcios, silêncios, repetições ou lapsos — são susceptíveis de revelar no seu curso para uma superação das suas angústias ou obcessões. Sou historiador e desejaria estabelecer, baseando-me nas cartas enviadas à família antes da catástrofe, a razão pela qual determinado batalhão se deixou massacrar, quando da Primeira Guerra Mundial. Sou psicólogo e gostaria de analisar as entrevistas que efectuei com crianças de uma turma para avaliar o seu grau de adaptação. Estudo literatura, e ao debruçar-me sobre a obra de Baudelaire, tento delinear, através das *Fleures du Mal,* de poemas em prosa e notas íntimas encontradas, a estrutura temática do seu imaginário. Sou político e candidato desditoso, confio a um grupo de estudos a tarefa de desemontar a mecânica da propaganda do meu rival, de maneira a que no futuro possa daí tirar partido. Sou publicista, e desejando uma melhor adequação de determinada campanha ao seu fim, peço a um gabinete de estudos que realize uma análise comparativa de temas associados ao produto por altura das entrevistas de opinião e de temas utilizados na campanha actual. Para cada um

dos casos e para muitos outros, as ciências humanas oferecem um instrumento: *a análise de conteúdo* de comunicações. Esta técnica, ou melhor, estas técnicas [19] implicam um trabalho exaustivo com as suas divisões, cálculos e aperfeiçoamentos incessantes do *métier*.

Porquê então este trabalho de Penélope, diria o filósofo que não se incomoda com tais instrumentos, ou o profano que os desconhece? Porquê estes «pacientes rodeios», estas enumerações de uma precisão minuciosa assentes no estado actual do progresso das técnicas de análise das mensagens, essencialmente no inventário metódico e cálculo de frequências estatísticas?

I. O RIGOR E A DESCOBERTA

Apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não «à ilusão da transparência» dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente «tornar-se desconfiado» relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjectivo, destruir a intuição em proveito do «construído», rejeitar a tentação da sociologia ingénua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projecção da sua própria subjectividade. Esta atitude de «vigilância crítica», exige o rodeio metodológico e o emprego de «técnicas de ruptura» e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objecto de análise. É ainda dizer não «à leitura simples do real», sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o carácter provisório de hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação (a fim de despistar as primeiras impressões, como diria P. H. Lazarsfeld).

Isto, sem que se caia na armadilha (do jogo): construir por construir, aplicar a técnica para se afirmar de boa consciência, sucumbir à magia dos instrumentos meto-

---

(19) P. Henry e S. Moscovici, em «Problèmes de l'analyse de contenu», em *Langage*, Setembro 1968, n.º II, definem a análise de conteúdo «como um conjunto díspar de técnicas...»

dológicos, esquecendo a razão do seu uso. Com efeito, da necessidade pertinente do utensílio, à justificação de prestígio do instrumento-*gadget*, medeia apenas um passo... Daí esta «falsa segurança dos números» que P. Bourdieu estigmatiza, a propósito das estatísticas.

No entanto, desde que se começou a lidar com comunicações, que se pretende compreender para além dos seus significados imediatos, parecendo útil o recurso à análise de conteúdo.

De uma maneira geral, pode dizer-se que a subtileza dos métodos de análise de conteúdo, corresponde aos objectivos seguintes:

— a *ultrapassagem da incerteza*: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta «visão» muito pessoal, ser partilhada por outros?

Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?

— e o *enriquecimento* da leitura: Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não detínhamos a compreensão.

Estes dois pólos, desejo de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que, actualmente, ainda a faz oscilar entre duas tendências. Historicamente, como já se viu, foi nos Estados Unidos, no contexto behaviorista das ciências humanas e por interesse dos governos em adivinhar as orientações políticas e estratégicas dos países estrangeiros, com a ajuda de documentos acessíveis (imprensa, rádio), que se fez do analista um detective munido de instrumentos de precisão. Metodologicamente, confrontam-se ou completam-se duas orientações: a verificação prudente ou a interpretação brilhante.

Por outras palavras, a análise de conteúdo de mensagens que deveria ser aplicável — com maior ou menor facilidade, é certo — a todas as formas de comunicação, seja

qual for a natureza do seu suporte (do tam-tam à imagem, tendo evidentemente como terreno de eleição o código linguístico) possui duas funções, que na prática podem ou não dissociar-se:

— uma *função heurística*: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo «para ver o que dá».
— uma função de «*administração da prova*». Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo «para servir de prova».

Na prática, as duas funções da análise de conteúdo podem coexistir de maneira complementar. Tal produz-se, sobretudo, quando o analista se dedica a um domínio da investigação, ou a um tipo de mensagens pouco exploradas, onde faltam ao mesmo tempo a problemática de base e as técnicas a utilizar. Neste caso, as duas funções interactuam, reforçando-se uma à outra. A análise «às cegas» — aplicando de maneira quase aleatória (pelo método de tentativas e erros) procedimentos de inventário e de classificação, por exemplo (primeiro os mais fáceis de manejar) — pode fazer surgir hipóteses que, servindo então de guias, conduzirão o analista a elaborar as técnicas mais adequadas à sua verificação. Enquanto que, por outro lado, os analistas já orientados à partida para uma problemática teórica, poderão, no decorrer da investigação, «inventar» novos instrumentos susceptíveis, por sua vez, de favorecer novas interpretações. Isto explica que, aquando destes procedimentos de «leituras sistemáticas» — mas não ainda sistematizadas — há muitas vezes uma passagem incessante do corpo teórico (hipóteses, resultados) que se enriquece ou se transforma progressivamente, às técnicas que se aperfeiçoam pouco a pouco (lista de categorias, grelhas de análise, matrizes, modelos). Este vai e vem contínuo, possibilita facilmente a compreensão da frequente impressão de dificuldade no começo de uma análise, pois que nunca se sabe exactamente «por que ponta começar».

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo), é um método muito empírico, dependente

do tipo de «fala» a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objectivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, excepto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Contudo, três quartos de século de investigação, de estudos empíricos ou de interrogações metodológicas, fornecem actualmente um leque de modelos, a partir dos quais nos podemos inspirar e um quadro de funcionamento que é conveniente colocar antes de ilustrar a prática da análise com exemplos.

O que é ou não a análise de conteúdo? Onde começa e acaba a análise de conteúdo? É necessário *definir* o seu campo (determinar uma «linha de fronteira», como diria Roland Barthes). Para que serve a análise de conteúdo? É preciso dizer *por que razão* e com que finalidade, recorremos a este instrumento. *Como funciona ela?* é necessário familiarizarmo-nos com o seu manejo e fornecer um modelo de utilização. Sobre que materiais funciona a análise de conteúdo? É preciso indicar os lugares possíveis do seu *território*...

O quê, porquê, como, onde...

2. O CAMPO

A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações.*

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Documentos e objectivos dos investigadores, podendo ser bastante diferentes os procedimentos de análise, sê-lo-ão, obrigatoriamente, conforme se trate de:

— Pôr em evidência a «respiração» de uma entrevista não directiva;
— Desmascarar a axiologia subjacente aos manuais escolares;

— Estabelecer uma tipologia das aspirações maritais, nos anúncios matrimoniais do *chasseur français*;
— Medir a implicação do político nos seus discursos;
— Seguir a evolução da moral da nossa época, através dos anúncios de uma revista;
— radiografar a rede das comunicações formais e informais de uma empresa, a partir das ordens de serviço ou das chamadas telefónicas;
— Avaliar a importância do «interdito» na sinalização urbana;
— Encontrar o inconsciente colectivo, por detrás da aparente incoerência dos grafitos inscritos nos locais públicos;
— Pôr em relevo o esquelcto ou a estrutura da narrativa das histórias humorísticas;
— Fazer o recenseamento do reportório semântico ou sintaxe de base, de um sector publicitário;
— Compreender os estereótipos do papel da mulher, no enredo fotonovelístico;
— Provar que os objectos da nossa vida quotidiana funcionam como uma linguagem; que o vestuário é mensagem, que o nosso apartamento «fala», etc.

(Estes são alguns exemplos citados a título ilustrativo, de entre a infinidade de análises de conteúdo possíveis.)

Desde mensagens linguísticas em forma de ícones, até «comunicações» em três dimensões, quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista à elaboração de técnicas novas. E quanto mais o objecto da análise e a natureza das suas interpretações forem invulgares e mesmo insólitas, maiores dificuldades existirão em colher elementos nas análises já realizadas, para nelas se inspirar. E mais ainda, porque cada investigador tem repugnância em descrever a sua hesitante alquimia, contentando-se com a exposição rigorosa dos resultados finais, evitando assim explicitar as hesitações dos cozinhados que os procederam, com grande prejuízo para os principiantes que não encontram modelos, receitas acabadas, logo que se dedicam a análises que, pelo seu material ou pelo seu objectivo, se afastam por pouco que seja, das vias tradicionais.

De facto, se nos tentamos distanciar em relação aos métodos de análise de conteúdo e ao domínio em que estes podem ser explorados, apercebemo-nos de que o campo de aplicação é extremamente vasto. Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.

P. Henry e S. Moscovici ([20]), dizem:

«tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo.»

Estes autores estendem potencialmente (embora com reticências), este domínio já muito diversificado, acrescentando em nota:

«Excluímos do campo de aplicação da análise de conteúdo, tudo o que não é propriamente linguístico, tal como filmes, representações pictóricas, comportamentos (considerados "simbólicos"), etc., embora *em certos aspectos*, o tratamento destes materiais levante problemas semelhantes aos da análise de conteúdo.»

Ora, quaisquer que sejam as dificuldades de aplicação ou de transposição das técnicas da análise de conteúdo para as comunicações não linguísticas e os exageros a que por vezes conduz a recente moda da semiologia, parece difícil recusarem-se ao vasto campo das comunicações não linguísticas (ao qual se aplica por comodidade, os termos do campo semiológico ou semiótico) os benefícios da análise de conteúdo.

De que modo se poderá passar em revista de maneira exaustiva, os domínios da aplicação potencial das técnicas da análise de conteúdo, quaisquer que sejam os procedimentos a utilizar? Numa primeira fase, contentemo-nos em sistematizar o conjunto dos tipos de comunicações, segundo dois critérios (é provável que existam outros igualmente adequados):

— o número de pessoas implicadas na comunicação;
— a natureza do código e do suporte da mensagem.

Uma classificação segundo estes dois critérios, pode resumir-se num quadro de dupla entrada. Indicamos para cada caso alguns exemplos, a título de ilustração ([21]).

Por conseguinte, parece difícil definir a análise de conteúdo a partir do seu território, pois que, à primeira vista, tudo o que é comunicação (e até significação) parece susceptível de análise. Poder-se-á, pelo menos, descobrir uma unidade, ao nível das suas regras de funcionamento?

([20]) P. Henry e S. Moscovici, «Problèmes de l'analyse de contenu», em *Langage*, Setembro 1968, n.º II.

([21]) *Cf.* quadro anexo.

3. A DESCRIÇÃO ANALÍTICA

A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Tratar-se-ia portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens. É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise, como já foi referido, não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o «continente».

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos «significados» (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos «significantes» (análise léxica, análise dos procedimentos). Por outro lado, o *tratamento descritivo* constitui um primeiro tempo do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo. Outras disciplinas que se debruçam sobre a linguagem ou sobre a informação, também são descritivas: a linguística, a semântica, a documentação. No que diz respeito às características *sistemática e objectiva*, sem serem específicas da análise de conteúdo, foram e continuam a ser suficientemente importantes para que se insista nelas.

Este aspecto de manipulação objectiva aparecia numa definição do *Handbook of Social Psychology* ([22]) de Lindzey (primeira edição) uma vez que a análise de conteúdo era apresentada como «uma técnica que consiste em apurar descrições de conteúdo muito aproximativas, subjectivas, para pôr em evidência com objectividade a natureza e as forças relativas dos estímulos a que o sujeito é submetido» ([23]).

Esta definição corresponde a uma primeira exigência histórica,de fornecer à prática da psico-sociologia, um aval de *objectividade* científica. Não se trata de renegar este aspecto da técnica, sempre válido em ciências humanas, mas de compreender que não é objectivo único da análise de conteúdo.

Algumas outras definições têm do mesmo modo insistido no aspecto manifesto das comunicações e no carácter sistemático e quantitativo dos procedimentos.

A definição de análise de conteúdo dada por Berelson, àcerca de uns vinte anos atrás, continua a ser o ponto de

---

([22]) Ao que parece, actualmente em França, o método de análise de conteúdo está dependente essencialmente de duas disciplinas: A Psicologia Social e a Sociologia.

([23]) Note-se o vocabulário behaviorista.

Domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo

Código e suporte	*Número de pessoas implicadas na comunicação*			
	Uma pessoa «monólogo»	*Comunicação dual, «diálogo»*	*Grupo restrito*	*Comunicação de massa*
LINGUÍSTICO				
Escrito	Agendas, maus pensamentos, congeminações, diários íntimos.	Cartas, respostas a questionários, a testes projectivos, trabalhos escolares.	Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas, trocadas dentro de um grupo.	Jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos jurídicos, panfletos.
Oral	Delírio do doente mental, sonhos.	Entrevistas e conversações de qualquer espécie.	Discussões, entrevistas, conversações de grupo de qualquer natureza.	Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discos.
ICÓNICO (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, etc.).	Garatujas mais ou menos automáticas, grafitos, sonhos.	Respostas aos testes projectivos, comunicação entre duas pessoas através da imagem.	Toda a comunicação icónica num pequeno grupo (p. ex.: símbolos icónicos numa sociedade secreta, numa casta...).	Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.
OUTROS CÓDIGOS SEMIÓTICOS (i. é, tudo o que não sendo linguístico, pode ser portador de significações; ex.: música, código olfactivo, objectos diversos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos, etc.).	Manifestações histéricas da doença mental, posturas, gestos, tiques, dança, colecções de objectos.	Comunicação não verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfactivos, manifestações emocionais, objectos quotidianos, vestuário, alojamento...), comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia.		Meio físico e simbólico: sinalização urbana, monumentos, arte...; mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura.

partida para as explicações que todos os principiantes reclamam, tendo-a ele definido do seguinte modo: «uma técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações». Os analistas principiantes, debitam de boa vontade as famosas regras, às quais devem obedecer as *categorias* de fragmentação da comunicação para que a análise seja válida, embora estas regras sejam, de facto, raramente aplicáveis. As regras devem ser:

— homogéneas: poder-se-ia dizer que «não se misturam alhos com bugalhos»;
— exaustivas: esgotar a totalidade do «texto»;
— exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo, não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
— objectivas: codificadores diferentes, devem chegar a resultados iguais;
— adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objectivo.

Ainda em virtude da fragmentação objectiva e do comentário irónico de Violette Morin, «point ne sert de compter, il fault couper à point» (de nada serve contabilizar, mas antes cortar a preceito), o analista, no seu trabalho de poda, é considerado como aquele que delimita as *unidades de codificação,* ou as *de registo*. Estas, de acordo com o material ou código, podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado. O aspecto exacto e bem delimitado do corte, tranquiliza a consciência do analista. Quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam *unidades de contexto*, superiores à unidade de codificação, as quais, embora não tendo sido tomadas em consideração no recenseamento das frequências, permitem, contudo, compreender a significação dos items obtidos, repondo-os no seu contexto.

Este procedimento é pertinente em certos casos (embora levante grandes problemas ao nível da imagem, a qual é indivisível por natureza) e haveria razão para o pôr em causa se, apesar de tudo, ele fosse produtivo.

Este tipo de análise, o mais generalizado e transmitido, foi cronologicamente o primeiro, podendo ser denominado *análise categorial.* Esta, pretende tomar em consideração a totalidade de um «texto», passando-o pelo crivo da clas-

sificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de items de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objectividade e racionalizando através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das *categorias,* espécie de gavetas ou rúbricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É portanto um método taxionómico bem concebido para satisfazer os coleccionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.

Este procedimento é simples, se bem que algo fastidioso quando feito manualmente.

Imagine-se um certo número de caixas, tipo caixas de sapatos, dentro das quais são distribuídos objectos, como por exemplo aqueles, aparentemente heteróclitos, que seriam obtidos se se pedisse aos passageiros de uma composição de metro, que esvaziassem as malas de mão. A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos *critérios* de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar.

O exemplo escolhido (objectos contidos nas malas das senhoras) pode parecer metafórico: estes objectos não constituem uma verdadeira comunicação, na medida em que não correspondem a um conjunto de significações voluntariamente codificadas pelo emissor; estes são índices. Contudo, *in extremis,* o analista semiólogo pode considerá-los como sendo uma mensagem e submetê-los à análise de conteúdo para os fazer falar. Como proceder então e segundo que objectivo? Uma repartição seguida de um desconto de frequências de cada «gaveta», pode ser realizado segundo o critério do valor mercantil de cada objecto: caixa de pó de arroz, maço de cigarros, caneta, etc., serão divididos segundo o preço estimado para cada um deles. A classificação pode ainda ser feita tendo por critério a função dos objectos: objectos de maquilhagem, dinheiro ou seus substitutos, etc. A finalidade desta classificação é deduzir daí certos dados, que dizem, por exemplo, respeito à situação sociocultural das senhoras observadas, em determinada hora, ou em determinado local de utilização do metropolitano.

É possível ir ainda mais longe no procedimento: estabelecer a estrutura tipo ou modal, do conteúdo de uma mala de senhora; ou ainda referenciar as regras de associação (certo objecto encontra-se sempre junto a um outro), ou de equivalência (encontra-se tal objecto ou o seu substituto), ou ainda de exclusão (certo objecto é substituído com uma frequência significativa por um outro). Aproximamo-nos então de um tipo de análise muito mais recente: a análise de contingência ou análise estrutural.

Este exemplo não está, assim, tão distante da realidade como pode parecer, uma vez que ainda há pouco tempo, os sociólogos planearam realizar uma análise de conteúdo dos caixotes de lixo. Esta análise pode, efectivamente, ensinar-nos muito sobre o comportamento dos habitantes de um determinado bairro, sobre o seu nível socioeconómico, as modalidades de desperdício numa sociedade de abundância, ou sobre a evolução dos hábitos de consumo num período de crise, por exemplo.

4. A INFERÊNCIA

Recapitulemos: a análise de conteúdo aparece como um *conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.* Mas isto não é suficiente para definir a especificidade da análise de conteúdo.

Retomemos os dois exemplos, mais ou menos metafóricos, anteriormente citados. Nos dois casos (objectos contidos nas malas de senhora e dejectos encontrados nos caixotes de lixo), o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a «outras coisas».

Estes saberes deduzidos dos conteúdos podem ser de natureza psicológica, sociológica, histórica, económica...

É portanto necessário completarmos os segmentos de definições já adquiridas, pondo em evidência a finalidade (implícita ou explícita) de qualquer análise de conteúdo:

A intenção da análise de conteúdo é *a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).*

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com *vestígios:* os «documentos» que pode descobrir ou suscitar ([24]). Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenómenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia, para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) ([25]) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detective, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra.

O aspecto inferencial da análise de conteúdo que, acrescido das outras características, fundamente a sua unidade e a sua especificidade, foi realçado quando da *Allerton House Conference* ([26]).

Estas inferências (ou deduções lógicas) podem responder a dois tipos de problemas:

— o que é que *conduziu* a um determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às *causas* ou antecedentes da mensagem;
— quais as *consequências* que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto refere-se aos possíveis *efeitos* das mensagens (por exemplo: os efeitos de uma campanha publicitária, de propaganda).

([24]) Dois tipos de documentos podem ser submetidos a análise:
— documentos naturais, produzidos espontaneamente na realidade (tudo o que é comunicação, como vimos anteriormente);
— documentos suscitados pelas necessidades de estudo (por exemplo: repostas a questionários de inquéritos, testes, experiências, etc.).

([25]) *Inferência:* operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras.

Inferir: extrair uma consequência *(Petit Robert, Dictionnaire de la langue Française,* S.N.L., 1972).

([26]) Ver o primeiro capítulo deste livro.

Podemos, por conseguinte, inferir a partir da procedência (o emissor e a situação na qual este se encontra) e a partir do destinatário da comunicação, embora este caso seja mais raro e incerto. Tal como Pool se inteira das actas principais dos congressos, procura-se, por exemplo, adivinhar as intenções militares que estão por trás dos discursos de propaganda estrangeira (A. George); tenta-se descobrir estados de tensão em diferentes momentos, através das palavras de um grande homem histórico (J. Garraty); tenta-se medir o grau de ansiedade, a partir das perturbações da linguagem de um doente (G. Mahl); ou ainda, deseja-se pôr em evidência as avaliações (opiniões, julgamentos, tomadas de posição conscientes ou não) e as associações subjacentes de um indivíduo, a partir dos seus enunciados (C. Osgood).

Estes factos, deduzidos logicamente a partir de certos índices seleccionados e fornecidos pela fase descritiva da análise de conteúdo, podem ser de natureza muito diversa. Alguns autores franceses, chamam-lhes *condições de produção:*

«Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos *as condições de produção* dos textos, que são o seu objecto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção, constitui o campo das determinações dos textos (27).

O termo *condições de produção*, é suficientemente vago para permitir possibilidades de inferência muito variadas: variáveis psicológicas do indivíduo emissor, varáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem. Esta denominação leva apenas em consideração a produção, deixando de lado as possibilidades de inferência sobre a recepção da mensagem. Poder-se-á preferir a denominação mais neutra de *variáveis inferidas*.

Qualquer que seja o termo utilizado, parece que o fundamento da especificidade da análise de conteúdo (e os trabalhos actuais produzidos acerca deste assunto, indicam um certo concenso) reside nesta articulação entre:

— a *superfície dos textos*, descrita e analisada (pelo menos alguns elementos característicos) e

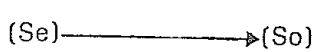
(27) P. Henry e S. Moscovici, «Problèmes de l'analyse de contenu», em *Langage*, Setembro 1968, n.º II.

— os *factores que determinaram estas características*, deduzidos logicamente.

Ou, por outras palavras ([28]) o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. De maneira bastante metafórica, falar-se-á de um plano sincrónico ou plano «horizontal», para designar o texto e a sua análise descritiva e de um plano diacrónico ou plano «vertical», que reenvia para as variáveis inferidas.

Na realidade, este processo dedutivo ou inferencial a partir de índices ou indicadores, não é raro na prática científica. O médico faz deduções sobre a saúde do seu cliente, graças aos sintomas, do mesmo modo que o grafólogo que pretende proceder com seriedade, infere dados sobre a personalidade do seu cliente, a partir de índices que se manifestam com frequência suficiente, ou em associação significativa com outros índices, na grafia do escritor. O mesmo se passa com a análise de conteúdo, mas a superficialidade do procedimento analítico está estreitamente relacionada com a diligência normal, habitual, de leitura e de compreensão da mensagem. O grafólogo pode tirar as suas conclusões sem se preocupar com o sentido do manuscrito que tem diante de si. O arqueólogo pode completar conhecimentos históricos através do exame de uma ânfora, sem que seja obrigado a servir-se dela. Pelo contrário, a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efectuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros «significados» de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.

([28]) A. Lévy, Prefácio de *Sujet(s) et object(s) de l'analyse de contenu*, Epi, 1964, número especial de *Connexions*, n.º 12.



Leitura normal



Análise de conteúdo

Suponhamos um exemplo: pretendo medir o grau de ansiedade de um sujeito — por ele não expresso conscientemente na mensagem que emitiu — exigindo isto, *a posteriori*, uma transcrição escrita da palavra verbal e manipulações várias. Posso-me decidir pela adopção de um indicador de natureza semântica. Por exemplo (ao nível dos significados), anotar a frequência dos termos ou dos temas relativos à ansiedade, no vocabulário do sujeito. Ou então posso servir-me, se isso me parecer válido, de um indicador linguístico (ordem de sucessão dos elementos significantes, extensão das «frases»), ou paralinguístico (entoação e pausas).

Definitivamente, o terreno, o funcionamento e o objectivo da análise de conteúdo, podem resumir-se da seguinte maneira: actualmente, e de um modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens). O analista possui à sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver. Pode utilizar uma ou várias operações, em complementaridade, de modo a enriquecer os resultados, ou aumentar a sua validade, aspi-

rando assim a uma interpretação final fundamentada. Qualquer análise objectiva procura fundamentar impressões e juízos intuitivos, através de operações conducentes a resultados de confiança. Para completar a definição, falta-nos delimitar o seu campo de acção em comparação com as ciências conexas. Há duas práticas científicas intimamente ligadas à análise de conteúdo, quer pela identidade do objecto, quer pela proximidade metodológica: *a linguística e as técnicas documentais.*

5. A ANALISE DE CONTEÚDO E A LINGUISTICA

Aparentemente, a linguística e a análise de conteúdo tem o mesmo objecto: a linguagem. Na verdade, não é nada assim: a distinção fundamental proposta por F. de Saussure entre *língua* e *palavra* e que fundou a linguística, marca a diferença. O objecto da linguística é a língua, quer dizer, o aspecto colectivo e virtual da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a palavra, isto é, o aspecto individual e actual (em acto) da linguagem. A linguística trabalha numa língua teórica, encarada como um «conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regulamentadas em elementos definidos...» ([29]). O seu papel resume-se, independentemente do sentido deixado à semântica, à descrição das regras de funcionamento da língua, para além das variações individuais ou sociais tratadas pela psicolinguística e pela sociolinguística. Pelo contrário, a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis. Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por F. de Saussure, a linguística não procura saber o que significa uma parte, antes tentando descrever quais as regras que tornam possível qualquer parte. A linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis. Contrariamente à linguística, que apenas se ocupa das formas e da sua distribuição, a análise de conteúdo toma em consideração as significações (con-

([29]) M. Pécheux, *Analyse automatique du discours*, Dunod, 1966.

teúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas (índices formais e análise de co-ocorrência).

É o trabalhar a palavra e as significações que diferencia a análise de conteúdo da linguística, embora a distinção fundamental resida noutro lado. A linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo *da* língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades *através* das mensagens.

Por outro lado, para encerrar esta tentativa de diferenciação entre linguística e análise de conteúdo, procuremos situar, grosseiramente, o lugar da semântica, da sociolinguística, da lexicologia, da estatística linguística e da análise do discurso. A *semântica* é o estudo do sentido das unidades linguísticas, funcionando, portanto, com o material principal da análise de conteúdo: os significados. Descreve, no entanto, os universais do sentido linguístico (ao nível da língua e não da palavra). A *sociolinguística* movimenta-se da língua para as palavras, de modo a estabelecer de uma maneira sistemática correlações (covariância) entre estruturas linguísticas e sociais. Está, por conseguinte, próxima da análise de conteúdo, na medida em que deixa a esfera des-socializada da linguística e tenta descrever correspondências entre características «linguajeiras» e grupos sociais. Tem contudo em consideração um conjunto linguístico (geral) para o pôr em paralelo (covariância) com um conjunto social (geral). Enquanto que a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares. A *lexicologia*, estudo científico do vocabulário, e a *estatística lexical*, aplicação dos métodos estatísticos à descrição do vocabulário, aproximam-se da análise de conteúdo por funcionarem com unidades de significações simples (a palavra) e por remeterem para classificações e contabilização pormenorizadas de frequências. Estas ciências podem ser úteis à análise de conteúdo (normas de comparação e índices de inferência), mas a sua analogia é puramente técnica e limitada. A *análise do discurso* trabalha, tal como a análise de conteúdo, com unidades linguísticas superiores à frase (enunciados). Mas desde que o seu objectivo releva da mesma dimensão que o objectivo

puramente linguístico do qual ela deriva por extensão — formular as regras de encadeamento das frases, quer dizer, ao fim e ao cabo descrever as unidades (as macro-unidades que são os enunciados) e a sua distribuição — é difícil situá-la na contiguidade (e mesmo no lugar) da análise do conteúdo.

6. A ANALISE DE CONTEÚDO E A ANALISE DOCUMENTAL

O peso do desenvolvimento das técnicas documentais tem-se mantido relativamente discreto no campo científico. A documentação permanece uma actividade muito circunscrita e a análise documental, pouco conhecida do profano, é um assunto para especialistas. No entanto, alguns procedimentos de tratamento da informação documental apresentam tais analogias com uma parte das técnicas da análise de conteúdo, que parece conveniente aproximá-los para melhor os diferenciar. A finalidade é sempre a mesma, a saber, esclarecer a especificidade e o campo de acção da análise de contúdo.

Se a esta suprimirmos a sua função de inferência e se limitarmos as suas possibilidades técnicas apenas à análise categorial ou temática, podemos, efectivamente, identificá-la à análise documental ([30]).

O que é a análise documental? Podemos defini-la como «uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação» ([31]). Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantita-

([30]) O que é feito em «L'analyse de contenu de documents et de comunication», Entreprise Moderne d'Edition, Librairies Techniques, les éditions ESF, 1974, onde a análise de conteúdo é apresentada como «um método de efectuar a exploração total e objectiva dos dados informativos».

([31]) J. Chaumier, *Les techniques documentaires*, PUF, 2.ª ed., 1974.

tivo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro). São, por exemplo, os resumos ou *abstracts* (condensações do documento segundo certas regras); ou a *indexação*, que permite, por classificação em palavras-chave, descritores ou índices, *classificar* os elementos de informação dos documentos, de maneira muito restrita. Esta foi uma prática corrente desde os finais do século XIX (classificação por «assuntos» das bibliotecas, classificação decimal universal). Esta indexação é regulada segundo uma escolha (de termos ou de ideias) adaptada ao sistema e ao objectivo da documentação em causa. Através de uma entrada que serve de pista, as *classes* permitem ventilar a informação, constituindo as «categorias de uma classificação, na qual estão agrupados os documentos que apresentam alguns critérios comuns, ou que possuem analogias no seu conteúdo» ([32]).

A operação intelectual: o recorte da informação, ventilação em categorias segundo o critério da analogia, representação sob forma condensada por indexação, é idêntico à fase de tratamento das mensagens de certas formas de análise de conteúdo.

Contudo, por detrás da semelhança de certos procedimentos, existem diferenças essênciais.

— A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).
— A análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, *uma* das técnicas da análise de conteúdo.
— O objectivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

([32]) C. Guinchat e P. Aubret, *La documentation au service de l'action*, Presses de l'Ile-de-France, 1968.

SEGUNDA PARTE

PRÁTICAS

Depois desta primeira parte que situa a análise de conteúdo actual no plano cronológico e epistemológico, decidimos remeter o leitor para alguns exemplos representativos daquilo que pode pôr-se em prática no campo da psicologia (principalmente em psicologia social) e da sociologia (1). Estes exemplos tratados de uma forma simples e sem pretensões, visam iniciar o novato na *tarefa* seguinte: o jogo entre as *hipóteses,* entre a ou as *técnicas* e a *interpretação.* Isto porque a formação em análise de conteúdo se faz pela prática. Estes exemplos não são para serem tomados como modelo, mas como ilustrações que permitirão uma compreensão dos mecanismos. Para facilitar esta passagem pelo empirismo, nós mesmos concebemos e praticámos pacientemente estas análises com um olhar «retrospectivo», numa espécie de auto-observação, de modo a esclarecer o *desenrolar do procedimento,* sem que nos tenhamos orientado como habitualmente, para a produção dos resultados.

A maior parte das técnicas propostas são do tipo *temático* e *frequencial* (o método mais fácil, mais conhecido e mais útil numa primeira fase de abordagem da maioria dos materiais). No entanto, outros *indicadores,* mais formais ou estruturais, aparecem aqui e ali, deixando assim entrever desde a primeira abordagem, a possibilidade de outros índices.

---

(1) Esta opção decorre não só da nossa formação, mas também porque a Sociologia e a Psicologia Social têm uma grande procura neste domínio. Na psicologia clínica essa procura clínica também existe, contudo, ou não se conhece o interesse das técnicas de análise de conteúdo, ou estas são aplicadas «inadvertidamente» (cf. os testes projectivos por exemplo). O mesmo acontece nas ciências da educação uma vez que, na prática pedagógica, classificar o trabalho de um aluno é muitas vezes levar a cabo uma análise de conteúdo elementar.

I

ANÁLISE DOS RESULTADOS NUM TESTE DE ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS: ESTEREÓTIPOS E CONOTAÇÕES

1. A ADMINISTRAÇÃO DO TESTE

A fim de serem estudados os estereótipos sociais espontaneamente partilhados pelos membros de um grupo, relativos a certas profissões, países ou nomes próprios, aplicou-se um teste de associação de palavras a uma amostra de indivíduos.

Um estereótipo é «a ideia que temos de...», a imagem que surge espontaneamente, logo que se trate de... É a representação de um objecto (coisas, pessoas, ideias) mais ou menos desligada da sua realidade objectiva, partilhada pelos membros de um grupo social com uma certa estabilidade. Corresponde a uma medida de economia na percepção da realidade, visto que uma composição semântica pré-existente, geralmente muito concreta e imagética, organizada em redor de alguns elementos simbólicos simples, substitui ou orienta imediatamente a informação objectiva ou a percepção real. Estrutura cognitiva e não inata (submetida à influência do meio cultural, da experiência pessoal, de instâncias e de influências privilegiadas como as comunicações de massa), o estereótipo, no entanto, mergulha as suas raízes no afectivo e no emocional, porque

está ligado ao preconceito por ele racionalizado, justificado ou engendrado.

O teste por associação de palavras, o mais antigo dos testes projectivos, permite, em psicologia clínica, ajudar a localizar as zonas de bloqueamento e de recalmamento de um indivíduo. Este teste é aqui utilizado para fazer surgir espontaneamente associações relativas às palavras exploradas ao nível dos estereótipos que engendram. A aplicação do teste é simples. Pede-se aos sujeitos que associem, livre e rapidamente, a partir da audição das *palavras indutoras* (estímulos), outras palavras (respostas) ou *palavras induzidas*.

Exemplos de palavras indutoras, entre outras igualmente utilizadas:

Fotógrafo
Contabilista
Manequim
Psicólogo..., etc., da lista de profissões.
Chinês
Bretão
Inglês, etc.,
Loreno..., da lista dos países e províncias.

Genoveva
Carlos
Maria
Alexandre..., etc., da lista dos nomes próprios.

2. PROPOSTAS DE ANALISE

Para cada palavra indutora e para cada sujeito, obtém-se uma, duas, três ou quatro palavras induzidas numa pequena ficha que são substantivos, adjectivos, expressões e nomes próprios. Uma vez reunida a lista das palavras suscitadas por cada palavra indutora (ou as fichas divididas em pilhas, segundo o estímulo respectivo), sendo este o primeiro trabalho de classificação, encontramo-nos em confronto com um conjunto heterogéneo de unidades semânticas. Face a esta desordem, torna-se necessário introduzir uma ordem. Mas qual a ordem a introduzir, e segundo que critérios? Para que a informação seja acessível e manejável, é preciso tratá-la, de modo a chegarmos a representações condensadas (análise descritiva do conteúdo) e explicativas (análise do conteúdo, veiculando informações suplementares adequadas ao objectivo a que nos propusémos: neste caso, o elucidar de certos estereótipos).

Antes de qualquer agrupamento por classificação (ventilação das unidades significativas em categorias, rúbricas ou classes), começamos por reunir e descontar as palavras

idênticas, sinónimas ou próximas a nível semântico. Vejam-se, por exemplo, após este último procedimento, as listas seguintes, relativas às etnias Chinesa e Americana (²).

AMERICANO	*Frequência de ocorrência*	CHINÊS	*Frequência de ocorrência*
Cabelos louros	(8)	Pequeno	(10)
Grande, grandioso, grandeza, imenso	(10)	Povo	(6)
Edifício	(11)	Livro vermelho	(4)
Califórnia	(4)	Oriente	(1)
Atlético	(2)	Olhos rasgados	(8)
G. Ford	(3)	Multidão, 800 milhões, muitos	(16)
Violência	(3)	Muro, muralha, muralha da China	(7)
Pastilha elástica	(12)	Trança	(4)
Nova Iorque	(9)	Sabedoria, serenidade, meditação, reflexão	(9)
Relaxação, displicência, descontracção	(4)	Arroz	(15)
Cow-boy, cavalo, espora, «rodeo»	(9)	Amarelo	(5)
Capitalismo	(5)	Comunismo	(7)
Ingenuidade	(2)	Ideograma	(1)
Dólares, dinheiro, «massa»	(8)	Uniforme	(3)
Charuto	(6)	Revolução	(7)
Blue-jeans	(4)	Cozinha, restaurante	(11)
Coca-cola	(9)	Mao	(23)
Automóvel, carro viatura	(11)	Mistério, secreto	(2)
Arranha-céus	(4)	Confúcio	(5)
etc.		etc.	

Esta primeira análise estabelecida por aproximações semânticas ligeiras («cow-boy, cavalo, espora, rodeo», ou «sabedoria, serenidade, meditação, reflexão»), mas não despidos de critérios de agrupamento (o cavalo, a sabedoria meditativa), permite representar a informação de maneira condensada: por exemplo, através de um diagrama em barras por ordem decrescente de frequência, ou ainda por um alvo de «constelações de atributos» conforme quadro anexo.

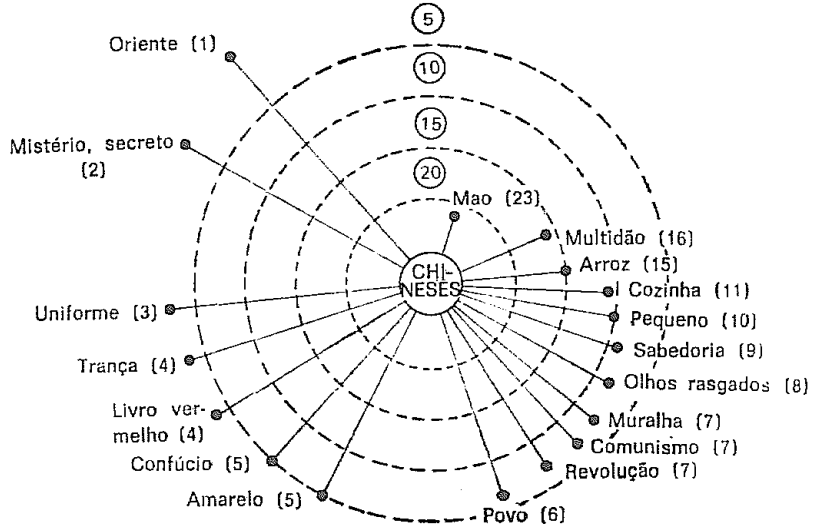
(²) Dão-se propositadamente resultados de uma amostra restrita (30 sujeitos) e homogénea, por comodidade de apresentação detalhada.

AMERICANO

Edifício, arranha-céus	(15)
Pastilha elástica	(12)
Automóvel	(11)
Grandeza, grandioso, imenso	(10)
Nova Iorque	(9)
Cow-boy, cavalo, espora	(9)
Coca-cola	(9)
Dólares, dinheiro	(8)
Cabelos louros	(8)
Charuto	(6)
Capitalismo	(5)
Califórnia	(4)
Descontracção	(4)
Jean's	(4)
G. Ford	(3)
Violência	(3)
Atlético	(2)
Ingenuidade	(2)

Frequências por ordem decrescente

CHINESES



Frequências por ordem decrescente do centro para a periferia

Mais longe na análise, convém classificar as unidades de significação criando categorias, introduzindo uma ordem suplementar reveladora de uma estrutura interna.

Pode-se, por exemplo:

• *Comparar os diferentes países testados com o mesmo sistema de categorias:*

— traços e atributos físicos do cidadão do país;
— traços psicológicos de carácter;
— traços socioeconómicos do país;
— atributos simbólicos;
— lugares geográficos;
— pessoas de referência.

Será então possível reunir os dados para cada país, segundo cada uma das categorias num quadro de dupla entrada.

Um sistema de categorias é válido se puder ser aplicado com precisão ao conjunto da informação e se for produtivo no plano das inferências.

A leitura do quadro que se segue, permite a comparação dos estereótipos dos diferentes países, quadrícula por quadrícula. Observe-se, por exemplo, a importância dos atributos simbólicos materiais no estereótipo americano: «pastilha elástica, carro, coca-cola, jean's». Estes símbolos reflectem o carácter de consumo do país, tal como é sentido por um grupo de franceses.

O quadro permite também compreender as dimensões gerais (títulos de categorias) em que se apoiam os estereótipos.

• *Realçar uma dicotomia interna:*

Um exame atento da lista «chinês», indica que as associações se organizam em redor de dois pólos:

— a China antiga: de Confúcio e da sabedoria...;
— a China moderna: de Mao, do livro vermelho, do comunismo, da revolução e do uniforme.

Uma comparação sincrónica com alguns anos de intervalo ou entre gerações diferentes, mostraria, talvez, a evolução da persistência de alguns elementos. Da mesma maneira, uma comparação segundo grupos sociais ou políti-

	Categorias						
Países	*Caracteres físicos*	*Traços psicológicos*	*Traços socioeconómicos do país*	*Atributos simbólicos*	*Lugares geográficos*	*Pessoas de referência*	*Totais*
América	Cabelos louros (8) Atlético (2)	Descontracção (4) Ingenuidade (2)	Grandeza (10) Capitalismo (5) Violência (3)	Prédio (15) Pastilha elástica (12) Carro (11) Cow-boy, cavalo (9) Coca-cola (9) Charuto (5) Jean's (4)	Nova Iorque (9) Califórnia (4)	G. Ford (3)	
China	Pequeno (10) Olhos rasgados (8) Amarelo (5) Trança (4) Uniforme (3)	Sabedoria (9) Mistério (2)	Multidão (16) Comunismo (7) Revolução (7) Povo (6) Oriente (1)	Arroz (15) Cozinha (11) Muralha (7) Livro vermelho (4)		Mao (23) Confúcio (5)	
Outros países							
	Totais						

cos diferentes, indicaria, provavelmente uma insistência numa ou noutra tendência.

• *Analisar o material segundo as atitudes de avaliação subjacentes:* temas favoráveis ou positivos e temas desfavoráveis ou negativos. Pode proceder-se afectando cada uma das unidades de significação com um sinal «mais» ou «menos»; eventualmente, pode-se prever o sinal «zero», nos casos de temas neutros, bem como o sinal «mais ou menos», para o caso de temas ambivalentes.

• Se se prevê no teste que a palavra indutora acarreta várias palavras induzidas em cadeia, pode orientar-se a análise para as *estruturas de encadeamento da associação.* Assim, poder-se-á estabelecer uma tipologia referenciando-se de maneira constante nos encadeamentos: palavra indutora $x \rightarrow$ palavra induzida x_1, palavra induzida x_2, palavra induzida x_3, palavra induzida x_4...

• *Analisar os resultados em função de variáveis externas* relativas aos locutores: sexo, idade, nível sociocultural, traços de personalidade, contacto com estrangeiros, etc.

II

ANÁLISE DE RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS: A SIMBÓLICA DO AUTOMÓVEL

1. AS PERGUNTAS

Tomemos um outro exemplo, mais clássico e muito conhecido de análise de conteúdo de tipo classificatório: as respostas a perguntas abertas de um questionário.

Trata-se de examinar as respostas a um inquérito que explora as relações psicológicas que o indivíduo mantém com o automóvel. As perguntas a que se pretende aplicar a técnica de análise, são as seguintes:

1) «A que é, geralmente, comparado um automóvel?»
2) «Se o seu automóvel lhe pudesse falar, o que é que lhe diria?» (3).

As respostas obtidas numa amostra de homens e mulheres adultas, são do seguinte teor:

Pergunta 1: *«Com o que é que um automóvel é normalmente comparado?»*

— Com uma mulher: diz-se, por exemplo «ma titine» (H) (4).
— É comparado muitas vezes com uma fera: um tigre, um puro-sangue (H).

(3) Esta pergunta foi-me inspirada por P.-H. Giscard.
(4) H = a resposta de um homem.
M = a resposta de uma mulher.

— Para mim, um carro é como uma mulher; uma mulher familiar e possuída (H).
— É comparado a um abrigo, uma casa que protege e isola do mundo exterior (H).
— Um carro é um meio de transporte como outro qualquer, é útil (M).
— É como um amigo fiel, alguém com quem nos sentimos cúmplices (M).

Pergunta 2: «*Se o seu automóvel falasse, o que lhe diria ele?*»

— Brutalizas-me (H).
— Se fossemos dar uma volta os dois, ao campo? (H).
— O meu dois cavalos dir-me-ia: «olá pá; sobe, onde vamos?» (H).
— Pobre carro! Dir-me-ia que o fechei numa prisão e que só o tiro de lá ao domingo. E eu teria vergonha (H).
— O meu carro dir-me-ia: «estafas-me; tratas-me mal, não cuidas de mim, não me alimentas suficientemente, exploras-me e um dia destes meto baixa por doença.» (M).
— Sou bonito, mais bonito do que tu (M)
— Não me dês tanto mimo (M).
— Ele dir-me-ia: «Dá-me de beber, lava-me, faz-me brilhar» (M).
— Tenho vontade de dar uma volta grande contigo (M).

2. PROPOSTAS DE ANÁLISE

A partir de uma primeira «leitura flutuante», podem surgir intuições que convém formular em hipóteses, como por exemplo: as relações que o indivíduo mantém com o seu automóvel não são estritamente funcionais, mas estão coloridas de afectividade, simbolicamente carregadas. São relações que remetem para representações sociais, ou para estereótipos relativos ao automóvel. Variam segundo o sexo, etc.

Como classificá-las e segundo que critério?

— É possível ventilar as respostas segundo o critério do *objecto de referência* citado: mulher, animal, outro meio de locomoção... etc., e inferir a partir dos resultados, certos conhecimentos a propósito da imagem socioafectiva do automóvel numa população dada.

Não descrevemos os pormenores mecânicos (qualquer analista está em contacto com pormenores materiais do tipo: pequenas fichas ou notações maquinais), os quais têm, aliás, a sua importância.

É de assinalar, no entanto, que o procedimento de repartição pode fazer-se:

— do geral para o particular: determinam-se em primeiro lugar as rúbricas de classificação e tenta-se em seguida arrumar o todo;

Exemplo de grelha de análise, utilizável para estudar a relação simbólica e afectiva indivíduo/automóvel

OBJECTO DE COMPARAÇÃO		TIPO DE RELAÇÃO									
		Relação puramente funcional	*Relação amorosa*	*De dominação*	*De dependência*	*De cuidados*	*De cumplicidade*	*De rivalidade*	*De agressividade*	*Ausência de relação explícita*	*Percentagens absolutas e relativas*
Seres humanos	Homem										
	Mulher										
	Criança										
	Amigo										
Animais	«Dinâmicos» ex.: tigres, puros-sangue										
	«Asténicos» ex.: veado, carneiro										
Outros meios de locomoção	Transportes colectivos										
	Veículos individuais										
	Automóveis										
Objectos diversos											
Ausência de objecto de comparação											
Percentagens absolutas e relativas *											

* Indica-se para cada caso o número ou a percentagem de temas pertencentes às duas categorias cruzadas.

— ou inversamente: partimos dos elementos particulares e reagrupamo-los progressivamente por aproximação de elementos contíguos, para no final deste procedimento atribuirmos um título à categoria.

— Mas também é possível efectuarmos a classificação segundo um outro ponto de vista, uma outra *dimensão* de análise. Por exemplo, segundo o tipo de *relação psicológica* mantida em relação ao objecto automóvel: dominação, dependência, cumplicidade, cuidados quase maternais, rivalidade, agressividade, relação puramente funcional, etc.

Se as duas dimensões se podem cruzar, como é o caso, é possível, então, realizar-se a síntese dos resultados sob a forma de um quadro de dupla entrada. Esta grelha de análise reúne os resultados e é susceptível de fazer surgir um sentido suplementar. No nosso exemplo, esta grelha permite tornar visíveis certos tipos ou modelos de comportamentos emocionais mais ou menos inconscientes relativamente ao objecto automóvel na população estudada, pela leitura da repartição dos items em cada quadrícula.

Este procedimento por classificação dos elementos de significação contidos nas respostas, obtidos e classificados segundo o objecto de comparação invocado e o tipo de relação psicológica que liga o indivíduo ao seu automóvel, dá conta da simbologia específica deste.

Ela indica também a maneira como o simbolismo é vivido pelos indivíduos face a este objecto de consumo — raramente vivido como puramente funcional, mas antes com grande carga emotiva —, imbricando-se e actualizando-se numa relação de investimento afectivo, quantitativamente e qualitativamente variável. Donde a possibilidade de reunir por categorias os indivíduos da amostra, segundo o critério das duas dimensões escolhidas como pertinentes e cruzadas numa tipologia que reflecte e sistematiza as relações simbólicas e afectivas indivíduo/automóvel, na população considerada.

— Mas a clarificação da informação a tratar, pode ser totalmente diferente. Sem explorar de modo exaustivo a totalidade das significações, é possível que se pretenda, por exemplo, procurar as imagens relativas à atitude face à vida urbana e tecnológica. Neste caso, torna-se provavelmente possível fazer o desconto das *atitudes positivas ou negativas* para com a poluição, a mecânica, o aglomerado urbano, a fuga para as cidades... Se a amostra é suficientemente diferenciada, podem surgir resultados signi-

ficativamente diferentes, de acordo com a idade ou o meio sociocultural dos indivíduos interrogados.

— Ou ainda, pode-se hipostasiar e procurar verificar essa hipótese, por meio de um procedimento adequado, que a *atitude masculina e feminina* para com os automóveis, reveladas pelo conteúdo das respostas, são diferentes. Por exemplo, demonstrar que, se por um lado a relação homem/automóvel é unívoca, marcada pela assimilação do automóvel à mulher (mulher enquanto companheira independente ou mulher-objecto, amante ou esposa, etc.) e investida pelas atitudes habituais do homem para com a mulher, a relação desta última com o seu carro afigura-se muito menos clara.

Efectivamente, esta relação simbólica da mulher com o carro, surgiu, nas respostas femininas, ambígua, instável ou dicotomizada, visto que a mulher da nossa sociedade, oprimida pelo símbolo estereotipado e dominante do carro como imagem feminina, somente pode escolher uma das duas soluções: ou adopta o estereótipo dominante mas desconfortável, ou inadequado para ela, já que se trata de um estereótipo para uso masculino, ou então, em prejuízo deste estereótipo, cria novas conotações e novas relações simbólicas.

III

ANÁLISE DE ENTREVISTAS DE INQUÉRITO: A RELAÇÃO COM OS OBJECTOS

O recurso à análise de conteúdo com o objectivo de tirar partido de um material dito «qualitativo» (por oposição ao inquérito quantitativo extensivo), é frequentemente necessário na prática habitual do psicólogo ou do sociólogo: estudos de motivação, entrevistas clínicas (recrutamento, diagnóstico, aconselhamento, psicoterapia) ou pesquisa fundamental.

Escolhemos um exemplo: trata-se da análise de entrevistas relativas ao modo como as pessoas vivem a sua relação com os objectos quotidianos (5).

1. ESQUEMA TEÓRICO E SUA PROBLEMÁTICA

O objectivo geral é o da observação, na nossa civilização e na nossa sociedade, da influência do modo de produção (marcado pela divisão do trabalho), dos objectos quotidianos, sobre a relação individual com esses objectos.

A hipótese directriz é a seguinte: existe uma correspondência entre o tipo de produção dos objectos e a ati-

(5) D. Lassare, *La relation aux objects quotidiens*, tese policopiada, 1974.

tude psicológica para com eles; e, mais precisamente, uma produção/consumo, marcada pela separação entre quem concebe, quem fabrica e quem utiliza, acarretaria uma impressão de *estranheza,* origem de *conflito,* o qual pode ser resolvido ou compensado ao nível individual, de diversas maneiras.

2. O MATERIAL DE ANALISE

As entrevistas, em número de trinta, do tipo entrevista não-directiva (6), constituiam uma amostra variada, senão mesmo representativa, da população francesa. Estas entrevistas foram introduzidas pela seguinte instrução:

«Gostaria que escolhesse, de entre os objectos de que se serve todos os dias nesta casa (este apartamento), aqueles que prefere e aqueles de que menos gosta... Pode falar-me desses objectos?»

3. A ANALISE

A análise é essencialmente *temática.* Foram utilizadas três grelhas de análise, as quais nos reenviam para uma variável, servindo de complemento alguns índices formais. Isto tem como resultado quatro dimensões, as quais iremos analisar sucessivamente.

A análise é *frequencial e quantitativa.* A unidade de registo escolhida é o objecto, ou, mais precisamente, qualquer objecto citado pelo locutor e que se encontre na habitação no momento da entrevista.

A análise é *transversal.* As entrevistas são recortadas em redor de cada tema-objecto, quer dizer, «tudo o que foi afirmado acerca de cada objecto preciso no decorrer da entrevista, foi transcrito para uma ficha, seja qual for o momento em que a afirmação tenha tido lugar». A análise foi, por conseguinte, efectuada em 272 fichas (uma por objecto) do tipo indicado na página seguinte.

— DIMENSÃO I: *A origem do objecto:*

Doze categorias temáticas, exclusivas umas das outras, cobrem as diferentes possibilidades de aquisição do objecto.

---

(6) Apresentando, no entanto, pistas orientadas segundo um guia de entrevitas implícito, que impede assim uma análise do tipo «disposição» do discurso.

Exemplo de uma ficha de análise de um objecto numa entrevista

Do que eu *gosto* muito	(+)
é de uma mesa, porque é *bonita*	($é_+$)
e autêntica... Era uma	
mesa de cantina que *eu* comprei	(eu)
em *segunda mão* num ferro velho	(sm)
e que *eu próprio arranjei*...	(p_+)
não é nem muito grande nem muito	
pequena, tem um banco ao meio,	(f_+)
...	
quando tenho um móvel deste género,	
desmonto-o completamente...	
esta mesa limpei-a	
envernizei-a... não sei	
fabricar um móvel, mas tenho	
a impressão de o *recriar* e	(c_+)
tomo posse dele.	(d_+)

Legenda: +: *objecto escolhido;* $é_+$: *estética positiva;* eu: *implicação;* sm: *segunda mão;* c_+: *criatividade positiva;* d_+: *dominio positivo;* p_+: *personalidade positiva;* f_+: *funcional positivo.*

Com efeito, a origem do objecto é uma informação fundamental para esclarecer a variável teórica da estranheza. Estas categorias são as seguintes:

— Objectos comprados novos pela pessoa interrogada (39 %) (7).
— Objectos comprados novos pelos pais ou pelo cônjuge (6 %).
— Objectos comprados novos em viagem, pela pessoa interrogada (3 %).
— Objectos comprados em segunda mão, pela pessoa interrogada (6,5 %).
— Objectos fabricados por encomenda a um artesão (1,5 %).
— Objectos herdados (9 %).
— Objectos recebidos de presente (14 %).
— Objectos fabricados pela própria pessoa, ou por alguém conhecido (9 %).
— Objectos encontrados pela pessoa interrogada (4,5 %).
— Objectos alugados juntamente com a habitação (4,5 %).
— Objectos roubados pela pessoa interrogada (1,5 %).
— Objectos que se encontram na habitação, mas que não lhe pertencem (1 %).

— DIMENSÃO II: *A implicação face ao objecto:* «A própria maneira como uma pessoa conta a aquisição de um

(7) Indicamos entre parêntesis as percentagens obtidas para um total de 272 objectos retidos.

objecto deve, em nosso entender, reflectir o sentimento de participação que ela pode ter tido nesse momento». A medida do grau de implicação ou de participação, contribui para a definição do grau de estranheza na pessoa, na relação com o objecto.

Os índices utilizados, não são da ordem dos significados, mas sim formais. Trata-se de uma relação:

- do uso da primeira pessoa do singular referindo-se à descrição do objecto e à sua história, pelo locutor (exemplo: «*encontrei-o numa lojinha*», é considerado mais significativo no grau de implicação do que «*Isso* veio do super-mercado»);
- da citação pessoal do doador (exemplo: «*Isto vem da minha mãe*», é significativo de uma implicação mais forte do que «*isto foi-me oferecido*»).

— DIMENSÃO III: *A descrição do objecto:* A descrição é reveladora do modelo cultural ao qual a pessoa obedece. São retidos três critérios simples, para a inclusão, num relatório, do maior número de maneiras possíveis de descrição dos objectos: *a estética, a funcionalidade e o valor mercantil.* Estes três registos, encarados de modo bipolar (bonito/feio; útil ou cómodo/inútil ou incómodo; preço considerado barato/preço considerado caro), dão origem a seis categorias:

— Estética positiva — Estética negativa	(49 % (8)
— Funcionalidade positiva — Funcionalidade negativa	(57 %)
— Valor mercantil positivo — Valor mercantil negativo	(14,3 %)

— DIMENSÃO IV: *O sentimento face ao objecto:*
Uma pergunta complementar após a entrevista, fornece uma indicação global àcerca da atitude para com o objeto: escolha ou recusa. Mas os sentimentos expressos em relação ao objecto, significativos do conflito subjacente, são de

(8) O total é superior a 100 % porque estas categorias, não exclusivas umas das outras, dão por vezes lugar a multicodificações: um mesmo tema é codificado em mais de uma categoria.

três tipos relacionais principais, podendo estes tomar um aspecto positivo ou negativo, conforme:

— o domínio;
— o não-domínio;
— a criatividade;
— a não-criatividade;
— a personalização;
— a não-personalização.

O *domínio* é uma relação de dominação e submissão quando da manipulação do objecto. Citemos um exemplo:

«Tinha-me esquecido de um objecto que adoro, o meu cortador de relva eléctrico, com os seus cem metros de fio; ele não é fácil de dominar, sobretudo num terreno inclinado..., o meu cortador de relva é a minha grande paixão e realiza um magnífico trabalho, mas não é um trabalho simples: é preciso que seja eu que o dirija e, ainda por cima, é difícil conduzi-lo; é pesado; é necessário ter cuidado; é perigoso... Até agora nunca cortei o fio, mas se o cortamos, parece que faz uma grande faísca; é um facto que existe um isolamento previsto, mas em caso de inépcia, pode tornar-se perigoso.»

A *criatividade* é, sobretudo, de ordem intelectual (incitação à evocação de recordações). O inverso, é objecto que engendra a passividade, a esterilidade. A *personalização* traduz a maneira como o indivíduo se reconhece no objecto, se identifica com ele, ou, pelo contrário, o sente como um estranho.

4. O TRATAMENTO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos após a realização do escrutínio e da codificação (frequências absolutas ou relativas), constituem dados «brutos»: As quatro dimensões que organizaram o sistema categorial: origem, implicação, descrição e sentimentos, são *variáveis empíricas*, que emergem dos dados do texto. O grau de estranheza (ideologia) e o conflito (vivido), são *variáveis construídas* (9). O objectivo é estabelecr uma correspondência entre o nível empírico e o teórico, de modo a assegurar-nos — e é esta a finalidade de qualquer investigação — que o corpo de hipóteses é verificado pelos dados do texto.

Para se estabelecer esta correspondência, é necessário «trabalhar» os resultados:

---

(9) Encontramos aqui, mas numa terminologia não específica da análise de conteúdo, a dialéctica entre variáveis de inferência (texto) e variáveis inferidas (condições de produção).

— cruzamento da *origem* e da *implicação*, ou seja, percentagem de implicação em função das origens;
— tomar em consideração a intervenção de *intermediários conhecidos* (por exemplo, o comerciante «*que é quase um amigo*», ou «*que é conhecido de há muito*»), para ponderarmos a variável *implicação*;
— cruzamento da *origem* e da resposta à pergunta *aceitação/recusa*.

Isto permite estabelecer uma tipologia correspondente à variável construída, a partir do *grau de estranheza* em função da *origem dos objectos*.

Do mesmo modo:

— cruzamento do *grau de estranheza* (ou da origem) com o número médio de elementos descritivos de sentimentos expressos;
— repartição dos *sentimentos* expressos, em função das categorias *de origem*.

Seguidamente, para abordarmos a noção de *conflito:*

— construção de um *coeficiente de ambivalência* A (em função das escolhas e/ou recusas) e variação deste, segundo a origem dos objectos e o seu *grau de estranheza*.

> «Por exemplo, esta estampa japonesa, que é muito velha e que aliás não me pertence... foi uma amiga que a deixou aí para que eu a leve a um marceneiro... Ora eu não me entusiasmo muito com este tipo de coisas, gosto mais de um belo cristal natural.»

— Construção de um *coeficiente de ambivalência* B (escolhas e/ou recusas, mais sentimentos positivos e/ou negativos) e variação segundo a origem dos objectos e o seu *grau de estranheza*.

> «É um objecto de que eu não gosto. Penso que estamos nesta vida para termos prazer e esta cafeteira não faz bom café; nem sequer é estética; se fizesse bom café, isso talvez lhe conferisse uma certa beleza... E além disso, quando deitamos o café a tampa cai, é uma verdadeira porcaria.»

Enfim, o mecanismo da *ambivalência* foi aprofundado em três casos:

— *o presente, ou a oferta* e a relação social que este implica, podem ser vividos de maneira ambivalente;
— *a herança*, em que os objectos são objectos do morto;
— *a compra ou a oferta do cônjuge*, em que a vida do casal se exprime através dos objectos.

Exemplo de ambivalência relativa a um objecto recebido:

«Tenho ali uma faquinha... para cortar as batatas; tinha sempre dificuldades e agora deram-me uma... mas a primeira vez que a

utilizei, cortei-me aqui... na mão (risos)... Sabe, há sempre coisas assim.»

Exemplo do sentimento face a objectos herdados:

«Tenho horror aos objectos que devemos respeitar. Por exemplo, tenho um faqueiro; é muito belo, sumptuoso; vale quatrocentos ou seiscentos mil francos, já não me recordo; uma soma fabulosa; mas não gosto de me servir nem das colheres, nem dos garfos, nem das facas..., isso aborrece-me francamente... porque é toda uma religião e eu tenho horror à adoração dos objectos; pelo contrário, gosto muito dos objectos que têm um passado; por exemplo, agrada-me beber numa chávena, pensando que a minha avó se servia dela também; gosto de determinada caçarola porque, quando a minha avó a utilizava, contava-me histórias, mas o seu faqueiro é todo um culto religioso; é a religião do valor monetário que os objectos em prata representam.»

Exemplo de manifestação da vida do casal, através do objecto-oferta:

«O barómetro registador é também um objecto que eu domestiquei um pouco; consigo dar-lhe corda, acertá-lo, compreendê-lo..., admiti-lo... eu, que durante tanto tempo não o pude ver; achava que existiam muitos outros objectos de maior utilidade do que um barómetro registador, mas agora tenho prazer em olhar para a pequena agulha que sobe e desce, anunciando as tempestades... A princípio fiquei muito decepcionada por me terem oferecido como presente, um barómetro registador, quando teria preferido uma frivolidade. E é preciso acrescentar que foi o único presente de aniversário que o meu marido me deu, o primeiro presente durante quinze anos de casados... Foi atroz, pois ele deixou-mo embalado no aparador e disse-me: trouxe-te um presente. Foi maravilhoso, durante quinze dias sonhei com o que ia ter no meu aniversário, tinha necessidade de tudo, foi depois da guerra, não éramos ricos; ele não me tinha mimado; não ganhava para gastos supérfluos... Regozijava-me imenso e quando ele desembalou o barómetro registador, foi por um triz que consegui ter força suficiente para não lho atirar à cara... Durante anos desprezei o barómetro e agora que estou instalada no conforto, na abundância, acho-lhe interesse... Hoje sou eu que me ocupo dele, observo-o e fico muito contente de o ver funcionar» ([10]).

([10]) Trata-se da entrevista com a Sr.ª B (cf. também o exemplo de domínio do cortador de relva acima citado) efectuada por nós. Aqui vários sentimentos se sobrepõem: o de frustração no momento da oferta, e, anos mais tarde, o de satisfação uma vez ultrapassada a decepção; finalmente, o domínio do objecto. O mecanismo de frustração/domínio (domínio do objecto, domínio de si, domínio do marido) descreve o equilíbrio e o desequilíbrio do casal, tal como o barómetro descreve os altos e baixos da pressão atmosférica.

IV

ANÁLISE DE COMUNICAÇÕES DE MASSA: O HORÓSCOPO DE UMA REVISTA

«A astrologia não é preditiva mas sim descritiva (descreve muito realisticamente condições sociais).»

R. BARTHES
em *Barthes, por Roland Barthes*
Le Seuil, 1975.
Edições 70, 1976, Lisboa.

A revista feminina *Elle*, apresenta todas as semanas, como muitas outras revistas e quotidianos, as «predições» ou concelhos astrológicos segundo os doze signos do Zodíaco. O que é que se pode ler ou revelar através destas pseudo predições que, de facto, não ensinam grande coisa ao leitor sobre o seu futuro, mas têm outras funções? Em que é que, neste exemplo preciso, as técnicas de análise de conteúdo poderão ser úteis, pela classificação de items de sentido ou de unidades de vocabulário? O «texto» em questão possui a vantagem de ser curto e preciso, ao mesmo tempo que constitui um sistema fechado e acabado em si mesmo. Pode, portanto, servir de base a uma análise do horóscopo da revista *Elle* e parece suficientemente denso para que tal análise seja rica (cf. texto).

Balança

(24 Set.-23 Out.)

CORAÇÃO

Semana um pouco complexa. A situação exige equilíbrio, discrição, cuidados com a sensibilidade do ente querido. Os seus amigos saberão compreendê-lo e aconselhá-lo. Pode alargar o seu círculo de conhecimento, convites e testemunhos de simpatia, mas não faça muitas confidências. Em família, seja conciliador. Afinidades com Leão.

SAÚDE

Evite qualquer esforço prolongado.

VIDA SOCIAL

Tem bastante energia para se ocupar do seu trabalho. Mas o seu caminho estará semeado de obstáculos. Por outro lado, proceda com ordem, sem queimar etapas. Liberte-se das questões instantes, seja diplomata.

O MEU CONSELHO

Aproveite os seus dons inatos, que por vezes são estéreis por falta de vontade, por preguiça, ou porque não consegue adaptar-se ao seu meio. Não se deixe influenciar pelos outros.

Escorpião

(24 Out.-22 Nov.)

CORAÇÃO

Consolide as suas relações afectivas. Não seja demasiado possessivo e não faça com que o ente querido se sinta ciumento. Harmonia com os amigos, mas riscos de impaciência e discussões com os outros. Possibilidade de viajar, de colher experiências úteis, de novos conhecimentos. Deixe os seus familiares expor as suas ideias e os seus projectos. Compreensão perfeita com Capricórnio.

SAÚDE

Poupe-se para conservar as forças.

VIDA SOCIAL

Tudo bem. Se tem que tomar iniciativas ou efectuar mudanças, não perca tempo para chegar a conclusões definitivas. Situação material cheia de promessas; mas já previdente. Não faça demasiadas confidências.

O MEU CONSELHO

Organize-se de maneira a dar bases sólidas à sua vida. Analise a situação e tome as decisões e as medidas necessárias para tornar os seus dias menos penosos.

Sagitário

(23 Nov.-21 Dez.)

CORAÇÃO

Não se mostre demasiado exigente para com o ente querido, evite discussões e cenas de ciúme, porque se arrisca a ser demasiado impulsivo. A amizade desempenha sempre um papel importante, mas não deve distraí-lo dos seus projectos pessoais. Numerosas ocasiões para efectuar novos conhecimentos. Torne-se mais maleável em família. Relações construtivas com Aquário.

SAÚDE

Nada de esforços excessivos.

VIDA SOCIAL

Não force o ritmo: o seu trabalho exige aplicação, atenção e tempo, mas dar-lhe-á satisfações. Não queira fazer demasiadas coisas ao mesmo tempo. Dinheiro: mostre-se parcimonioso, não faça despesas a mais.

O MEU CONSELHO

Continue fiel aos seus princípios, não procure as aventuras, não crie complicações. Siga a via pela qual enveredou com confiança.

Capricórnio

(22 Dez.-20 Jan.)

CORAÇÃO

Semana bastante boa. Desejará estabelecer relações claras e serenas, fundadas em bases sólidas. Mostre-se mais afectuoso e mais maleável e tudo irá bem. Reavive as relações com os seus amigos; eles dar-lhe-ão novas ideias, mas respeite a opinião deles, não imponha demasiado a sua personalidade. Dê directrizes precisas em casa. Compreensão com Gémeos.

SAÚDE

Riscos de dores reumáticas.

VIDA SOCIAL

Dará ao seu trabalho uma direcção definitiva. Com um pouco de calma e disciplina, superará os eventuais obstáculos. Conserve-se aberto a novas proposta, a uma modernização dos seus métodos. Entrada de dinheiro.

O MEU CONSELHO

Tente dominar os seus estados de espírito, que por vezes o bloqueiam e o fazem parecer diferente. Alargue o seu círculo de amigos.

Aquário

(21 Jan.-18 Fev.)

CORAÇÃO

Ausência de «élan», embora, no conjunto, a semana seja interessante. Alguns Aquário tomarão uma grande decisão. Outros encetarão novos laços, que serão fonte de alegrias, mas que correm o risco de pouco durar. Procure a companhia dos seus amigos. Relações sociais agradavelmente animadas. Harmonia em família, e com os Gémeos.

SAÚDE

Cuide sem demora de eventuais doenças, próprias da estação.

VIDA SOCIAL

As suas iniciativas são favorecidas. Terá boas ideias e será mais perseverante do que habitualmente. Receberá propostas sérias: estude-as bem, podem ser boas e construtivas. Grande movimento de dinheiro.

O MEU CONSELHO

Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje. Se adiar a resolução das questões mais fáceis por indecisão ou preguiça, acabará por criar dificuldades.

Peixe

(19 Fev.-20 Mar.)

CORAÇÃO

Período pleno de promessas. Domine a sua sensibilidade, não critique o ente querido e, pelo contrário, tente compreendê-lo. Receberá testemunhos de simpatia entusiasmantes. Seja mais aberto com os amigos, eles estimá-lo-ão. Cuide das suas relações sociais e melhore as relações familiares. Acordo perfeito com Balança.

SAÚDE

Prudência ao volante e no desporto, se o pratica.

VIDA SOCIAL

Não perca a coragem se algumas tarefas lhe parecerem difíceis. Encontrará soluções e verá os seus esforços reconhecidos, o que o tornará mais optimista. Boas possibilidades materiais; não aproveite para fazer compras inúteis.

O MEU CONSELHO

Não renuncie a certas iniciativas por ter receio de se enganar ou de correr riscos. O seu sentimento de insegurança impede-o de aproveitar circunstâncias que se poderão apresentar de improviso.

Como proceder?

Uma *primeira leitura,* quer seja «flutuante» — leitura intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses, numa espécie de «*brain-storming*» individual — quer seja parcialmente organizada, sistematizada, com o auxílio de procedimentos de descoberta, permite situar um certo número de observações formuláveis, a título de hipóteses provisórias:

A) *O horóscopo funciona para o leitor como um sistema projectivo.* — A situação é *ambígua* (discurso vago e condicional) e *motivante* ou implicante é (centrada unicamente no sujeito leitor).

Por consequência, a *identificação* é facilitada para o leitor. Tanto mais que à polissemia voluntária do discurso, se junta o elogio do *narcisismo.* Tudo no texto gira em redor do sujeito tornado bruscamente herói. O horóscopo é um espelho. Um espelho deformador, visto que não reflecte o sujeito, mas sim um modelo ideal (e normativo). O leitor não sabe que ele é deformador: olha-o e «reconhece-se». Um discurso semelhante favorece a introspecção e conduz ao exame de consciência, ou, pelo menos, a fazer o ponto da situação.

Facilita a auto-análise ([11]) *neutralizando a angústia* da introspecção solitária, ou canalizando-a para a acção, através da fixação do esforço.

B) A segunda hipótese será, portanto, a de que o horóscopo *tem menos um valor predicativo do que uma função de suporte moral.*

Mas esta certeza não é directa, ela passa pelo próprio sujeito, o qual tem um papel a desempenhar. Daqui a terceira hipótese:

C) *Paradoxalmente, o horóscopo não é o reino do fatalismo visto que tudo é reposto nas mãos do próprio sujeito...* Este pode atingir a felicidade, *na condição de realizar o que para tal for necessário.*

Contudo, através do horóscopo, o sujeito dispõe de um guia, espécie de director de consciência indicando, sob a forma de *conselhos e de imperativos* precisos, o modo de emprego da semana vindoura.

([11]) Como assinala R. Escorpit, «Ler o horóscopo talvez não nos dê muitas informações sobre o futuro, mas obriga-nos, quanto mais não seja durante um breve instante, a interrogarmo-nos a nós próprios...»

D) *O horóscopo coloca o indivíduo num quadro de referência, fornecendo-lhe ou impondo-lhe modelos de conduta.* — O comportamento do leitor é normalizado numa forma pré-determinada. Sem mesmo efectuarmos a análise de conteúdo propriamente dita, apercebemo-nos de que, pelo horóscopo, recortamos, classificamos e limitamos os desejos e os deveres do indivíduo num plano estandartizado (coração, saúde, vida social), cuja estrutura se decompõe ela própria em sub-temas invariantes.

E) Pelo horóscopo, a revista *Elle* difunde um sistema de valores, que correspondem à *ideologia e ao modo de vida* de uma certa burguesia.

Mesmo antes da análise sistemática, damo-nos conta de que a primeira exigência desta moral bem definida, é a procura activa da *felicidade*. Apresenta tal procura como necessária, pormenoriza as suas componentes e indica os meios que lhe parecem pertinentes para a atingir.

Os elementos constitutivos deste sistema de valores, parecem ser:

— *O amor*. Mas o amor ligado à ideia de segurança (estabilidade do casal) e de harmonia. Não o amor paixão, impulsivo, mas o amor conjugal normalizado e controlado.

— *As relações sociais*. Amizade, *relações sociais*, adquirem uma grande importância. Devem ser procurados (a sociabilidade, vida de relação, são valorizadas). Serão atingidas pelo preço da conciliação e da *diplomacia*. Trata-se mais de «alargar o círculo» de relações numerosas, num clima bem oleado, travando a propensão para a agressividade (sobretudo evitar as discussões e os conflitos), do que de relações espontâneas e profundas.

— *A saúde* constitui um valor em si. Aliás está sempre ameaçada. É curioso que a única relação com o corpo, seja uma relação centrada na saúde; saúde a preservar pela cautela, o cuidar de si, numa espécie de «auto-maternidade».

Será possível adiantarmos que a ansiedade se cristalizou numa «somatização», em que o corpo tem apenas o direito de se manifestar através da doença ou do cansaço?

— A referência ao *dinheiro* parece estar presente em todos os signos do Zodíaco. Não como dinheiro para ser gasto, mas como *riqueza para poupar:* sempre que o dinheiro é prometido, segue-se o conselho de poupança.

— De modo menos evidente, também existem como elementos chave do sistema de valores, as exigências do sucesso e até do prestígio (o parecer e a aparência), ou, pelo menos, a necessidade de resultados positivos.

F) *O horóscopo contribui para o desenvolvimento do conformismo e para o aumento da integração deste grupo social* oscilante que é a pequena burguesia (leitora da *Elle*), amarrando-a quer ao individualisimo (mas não à autonomia), quer à tensão relativamente a uma finalidade

(mas cuidadosamente doseada e calculada), o êxito (imposto), etc.

Porque, definitivamente, a própria essência deste discurso é o que poderíamos chamar:

G) *A consagração de uma ideologia da temperança* — tudo se organiza em redor da moderação e do autocontrolo. É a «prudência ao volante», pérola do texto, que resume na perfeição, metaforicamente, a atitude geral.

O indivíduo é senhor do seu destino, *se é* senhor de si mesmo.

E a finalidade essencial é comparável à da ética capitalista, tal como foi definida por Max Weber ([12]), e que consiste no seguinte:

H) *A busca do lucro através do investimento de uma energia controlada* — é a moral do *esforço,* principalmente esforço de si mesmo, com a finalidade de alcançar a satisfação, a qual contará talvez menos do que o próprio esforço.

Eis lançado — ou melhor, proposto — um corpo de hipóteses, graças à leitura atenta, crítica, já «distante» em relação aos mecanismos e valores subjacentes.

2. ANALISE TEMATICA DE UM TEXTO

Se nos servirmos da análise temática — quer dizer, da contagem de um ou vários temas ou items de significação, numa unidade de codificação previamente determinada — apercebemo-nos de que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase (limitada por dois sinais de pontuação) como unidade de codificação.

Vejamos o seguinte exemplo: procuramos validar, pelo menos parcialmente, as duas últimas hipóteses adiantadas, a *ideologia da temperança* e a *procura de resultados por exploração de capacidades* («qualidades» individuais) *determinadas.*

Por enumeração temática, é possível levar a cabo, num texto, o levantamento das atitudes (qualidades, aptidões) *psicológicas* aconselhadas ou desaconselhadas, que o leitor deve actualizar ou afastar de modo a poder chegar aos seus fins. Contam-se, assim, em cada unidade de codificação (neste caso, a frase), a «qualidade» ou o «defeito» presentes.

([12]) M. Weber, *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme (1904-1905),* trad. francesa, Plon, 1964.

ATITUDES VALORIZADAS			+	
			FREQUÊNCIAS	
CATEGORIAS OU RÚBRICAS	COMPONENTES	EXEMPLOS	*Número de* items *presentes*	% *
PRUDÊNCIA REFLEXIVA	Prudência Atenção Lucidez Paciência Calma Organização Disciplina, etc.	«Controle-se» «Aja com ordem, sem queimar etapas» «Permaneça nos limites da prudência» «Contemporize» «Faça frente com lucidez»	18	11,5
DIPLOMACIA RESERVA	*Souplesse* Conciliação Distinção Não compromisso	«Seja mais flexível em família» «Não imponha demasiado a sua personalidade» «Cuide das suas relações sociais» «Faça pactos» «Seja conciliador»	10	6,5
ENERGIA OPTIMISMO	Optimismo Energia Iniciativa Confiança em si	«Mantenha a moral» «Siga em frente» «Certas tarefas exigem optimismo»	17	11
EXPLORAÇÃO DAS SUAS CAPACIDADES	Boa vontade Aplicação	«Dê provas de aplicação...» «Dê provas de boa vontade...» «Tire proveito dos seus dons inatos»	5	3
TOTAL			50	32

* Percentagem em relação ao número total de frases.

ATITUDES REJEITADAS						
			FREQUÊNCIAS		RESULTANTES *	
CATEGORIAS OU RÚBRICAS	COMPONENTES	EXEMPLOS	*Número de items presentes*	%	*Número de items presentes*	%
IMPULSIVIDADE	Nervosismo Instabilidade Agitação Impaciência Estranheza Sensibilidade	«Riscos de impaciência» «Demasiado impulsivos» «Controle-se» «Arrisca-se a perder a calma»	10	6,5	28	18
FRANQUEZA	Franqueza	«Não faça demasiadas confidências» «Aprenda a não dizer com demasiada franqueza o que pensa»	3	1,5	13	8,5
ESPÍRITO CRÍTICO	Espírito crítico	«Modere o seu espírito crítico em público»				
DESENCORAJAMENTO E PREGUIÇA	Desencorajamento Pessimismo Preguiça Indecisão Falta de entusiasmo	«Não se deixe desencorajar pelas dificuldades» «Falta de entusiasmo»	12	7,5	29	19
DESPERDÍCIO	Desperdício das *próprias forças e capacidades*	*«Não desperdice as suas forças»*	3	1,5	8	5
			28	18	78	52

* Resultados globais por adição das atitudes positivas e negativas.

Reagrupando as diferentes atitudes em grandes categorias e adicionando *atitudes valorizadas* e *atitudes desvalorizadas* correspondentes, pode-se estabelecer um quadro geral (cf. quadro) representativo dos valores e qualidades individuais, presentes no horóscopo da *Elle*.

Inicialmente, apercebemo-nos de que metade das frases do texto (52 %) atraem ou rejeitam as «qualidades» ou os «defeitos» individuais. Trata-se, por conseguinte, de um aspecto importante do texto, o qual se encontra bem centrado no indivíduo (cf. a hipótese do narcisismo lisonjeado) e que orienta certas atitudes e condutas precisas, valorizando-as ou frustrando-as.

As atitudes positivas são: a *prudência reflexiva,* que tempera a energia e o optimismo, eles próprios indispensáveis; a *diplomacia* e a *reserva;* e, por fim, a *exploração das próprias capacidades,* pela aplicação e boa vontade.

As atitudes negativas são: *a impulsividade, o desencorajamento* e a *preguiça,* a *franqueza,* o *espírito crítico* e o *desperdício das próprias forças e capacidades.*

Estes resultados, vê-se bem, confirmam em parte as hipóteses avançadas, ou melhor, aferem-nas. Por outro lado, a análise realizada segundo esta dimensão, fornece outras informações, que dizem respeito a outras hipóteses iniciais (exemplo: o aspecto egocêntrico do discurso centrado no indivíduo), ou remete-nos para outras hipóteses não perceptíveis numa primeira leitura.

Isto ilustra bem o aspecto de «vai vem» da análise de conteúdo, entre a teoria e a técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análise. E, no entanto, o exemplo que acabamos de descrever constitui *um* ponto de vista, *uma* dimensão da análise, uma abordagem particular e muito restrita sobre um assunto muito limitado. Seria necessário abordar este texto por todos os lados, numa infinidade de *dimensões* (direcções de análise), com descontos frequenciais numerosos obtidos através de *técnicas* diversificadas. Isto é moroso, tanto mais que o processo da análise de conteúdo é «arborescente», quer dizer, técnicas e interpretações atraem-se umas às outras e, *à la limite,* não é possível esgotar o discurso (este pode ser considerado como esgotado quando os procedimentos já nada adiantam de novo). Isto por vezes é inútil, já que algumas operações não fornecem nenhum resultado significativo ou utilizável.

É isto a análise de conteúdo, muitas vezes trabalho gratuito ou desconcertante. Mas a alegria do investigador é enorme, quando o estudo «bate certo» (confirmação ou

infirmação de uma hipótese, não importa, desde que se obtenham resultados), ou quando um «achado» permite que se siga por outra pista ou em direcção a outras interpretações.

É certo que o género de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo, não pode ser tomado como prova inelutável. Mas constitui, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa.

Esta análise temática, conduzida segundo a dimensão das atitudes ou qualidades pessoais valorizadas e desvalorizadas, verifica, portanto, algumas das hipóteses adiantadas intuitivamente. Quantitativamente, a frequência elevada de temas centrados nas qualidades pessoais do leitor no discurso, confirma o carácter *«centrado no sujeito»*, narcísico do horóscopo: tudo gira em redor do sujeito, que assim se encontra directamente implicado. Qualitativamente, a análise pormenorizada destes temas (e a verificação de um conjunto de dez horóscopos da mesma revista, prova que aqueles variam pouco), indica quais são os *valores de referência e os modelos de comportamento* presentes neste discurso. Em filigrana, por detrás das pseudo predições, perfila-se uma moral individualista. Moral do esforço, moral da moderação, que poderíamos resumir na fórmula: «uma linguagem de acção controlada». É certo que o indivíduo necessita dos outros, mas estes são apresentados como meios (relações afectivas e sociais procuradas por necessidade e a manter com diplomacia) para atingir fins pessoais: a segurança afectiva, a riqueza material, o sucesso e o êxito sociais. Estes fins são os componentes do «ideal-tipo» da felicidade pessoal ([13]), tornando-se acessíveis se o indivíduo «investe algo de seu» para ajudar as influências dos astros através das atitudes e condutas que lhe são insistentemente aconselhadas.

Poder-se-iam assim multiplicar os desmembramentos temáticos, classificando e ventilando as significações do discurso em *categorias* em que os critérios de escolha e de delimitação seriam orientados pela *dimensão* da análise, ela própria determinada pelo objectivo pretendido... Deixemos de lado a análise temática e experimentemos mostrar como se pode utilizar a *análise lexical e sintática.*

([13]) É de assinalar que o termo «felicidade» não surge uma única vez no vocabulário de uma dezena de horóscopos da *Elle*. Será que esta exigência de felicidade é demasiado evidente para que apareça explicitamente no discurso?

Nesta abordagem, já não se trata de detectar e descontar e depois classificar os elementos de significação, mas de ter em conta como material de análise os próprios significantes. Trabalha-se então directamente no código: unidades semânticas e sintaxe (vocabulário, características gramaticais...).

3. ANALISE LEXICA E SINTACTICA DE UMA AMOSTRA [14]

Para fazermos um estudo do código de um texto, são necessárias:

• *Convenções.* — Quanto ao vocabulário, pode-se enumerar num texto:

— o número total de palavras presentes ou «*ocorrências*»;
— o número total de palavras diferentes ou «*vocábulos*»; estes vocábulos representam o vocabulário (ou reportório léxico, campo lexical) que o autor do texto utiliza;
— a relação ocorrências/vocábulos, ou O/V, dá conta da riqueza (ou da pobreza) do vocabulário utilizado pelo autor da mensagem, visto que indica o número médio de repetições por vocábulo no texto.

Podem classificar-se as unidades de vocabulário segundo a distinção entre:

— *palavras plenas,* isto é, palavras «portadoras de sentido»: substantivos, adjectivos, verbos;
— *palavras instrumento,* isto é, palavras funcionais de ligação: artigos, preposições, pronomes, advérbios, conjunções, etc.

Também é possível estudar o modo (ou tempos) dos verbos presentes no texto, se previrmos que isso possa ser significativo.

Enfim, a análise qualitativa das unidades de vocabulário por ordenação frequencial segundo o sentido, pode fornecer informações. Da mesma maneira, certos aspectos sintáticos, organização da frase por exemplo, são susceptíveis de ser reveladores das características de um discurso, ou podem fornecer a confirmação de certas hipóteses formuladas.

• *Possibilidades de comparação.* — As características de um discurso necessitam da comparação com outros discursos, ou com normas que as ponham em relevo.

É possível comparar-se o texto analisado com o «*Trésor de la Langue Française*» [15], o qual nos fornece indicações sobre a frequência actual de uso das palavras do idioma francês.

([14]) Dez número da *Elle.*

([15]) Extracto do dossier estabelecido sob a direcção de P. IMBS *Études statistiques sur le vocabulaire français,* Paris, Didier, 1971.

Mas também se tornaria possível comparar os resultados de outras análises de textos específicos, caso estas tenham sido feitas. É assim que, no nosso caso, seria talvez pertinente fazerem-se comparações com:

— discursos astrológicos provenientes de outras origens, quer escritas (por exemplo: predições astrológicas provenientes de outras publicações), quer orais (astrólogos estabelecidos em «consultório», emissões radiofónicas);
— outras rubricas da revista *Elle*: existirá uma analogia com o reportório linguístico utilizado nos restantes artigos; o sistema de valor que estes estudos da linguagem traduzem, será o mesmo na totalidade da revista?
— a linguagem publicitária; se suposermos a existência de traços comuns (por exemplo, comunicação fática para centralizar a mensagem no leitor), talvez se torne interessante a realização de um estudo comparativo dos dois tipos de discurso;
— discursos diversos já analisados pelos métodos de linguística estatística. Por exemplo: características do vocabulário e da sintaxe do general De Gaulle nos seus discursos políticos, características do vocabulário e da sintaxe de dois jornalistas da actualidade, nos seus escritos ou emissões (16), características do campo lexical utilizado por quadros de empresas, na descrição das suas funções... (17).

A nossa análise inside sobre dez horóscopos da *Elle*. Este «corpus» parece suficientemente significativo de um tipo de discurso que surge extremamente estereotipado, de número para número da revista, tanto ao nível dos conteúdos temáticos, como das características formais.

A) A média de palavras por *frase* é de 13 e o comprimento das frases varia muito pouco (dispersão fraca em torno da média, excepto em casos particulares e raros, tais como uma palavra entre dois sinais de pontuação). Porquê?

Em primeiro lugar, as exigências materiais de uma revista (espaço caro, espaço limitado às duas páginas consagradas, uma vez por todas, em cada um dos números da revista, espaço idêntico em colunas idênticas e invariáveis para cada signo do Zodíaco) explicam, em parte, a razão de ser desta frase curta. Por outro lado, este número médio de 13 palavras por frase, corresponde, provavelmente, a uma preocupação de lisibilidade: foi demonstrado que o «palmo», «empan», ou seja, a capacidade de memorização

(16) *Cf.* os trabalhos de Richaudeau, por exemplo, «A linguagem de dois jornalistas eficazes»: F. Giroud e J. Ferniot, *Communications et Langages* n.º 19.

(17) R. Hogenraad, J. Morval, «Les valeurs chez les Cadres»: ensaio de levantamento sistemático e análise do processo de memorização, em *Bulletin du CERP*, n.º 2, 1970.

de um sujeito médio, é, aproximadamente, de 15 palavras por frase num texto escrito. Os leitores de um horóscopo não devem ser obrigados a esforços (pelo menos ao nível da leitura!) ([18]).

O que impressiona mais nas frases deste horóscopo, é a sua regularidade quase matemática. Estas frases apresentam-se como um modo de emprego (da vida). São comparáveis, no arranjo estereotipado e na sua frequente organização em duas orações complementares, aos ditados e provérbios da sabedoria popular (afirmação de um sentido, seguido de atenuação ou contradição através de um segundo sentido que, ou modula o primeiro, ou se lhe opõe francamente). Diz-se branco e logo a seguir diz-se preto ou cinzento, graças à transição operada por um «mas» ou por um «e» (a frequência destes termos é particularmente elevada). A escolha cabe ao leitor... É a arte de manejar subtilmente os contrários, que deste modo, e sem que disso nos apercebamos, deixa a porta aberta às diferentes cores do devir. A mensagem assim construída, voluntariamente ambígua ou ambivalente, favorece a projecção individual. O «estilo telegráfico», por seu lado, confere ao discurso o aspecto de mensagens breves provenientes do além; e a rapidez decisiva e afirmativa de frases com aspecto de ordens precisas, estimula a acção eficaz.

B) O estudo sistemático do *vocabulário* é revelador do léxico ou reportório de base (ver quadro na pág. seguinte):

— Existem 12 103 palavras nos dez textos (total das ocorrências) para um vocabulário de base (vocábulos) de 897 palavras.

A relação O/V é igual a 13,49, número este elevado, porque traduz o número médio de repetições por vocábulo do discurso considerado (F. Giroud, nos seus escritos: O/V = 5,82; general De Gaulle nos seus discursos: O/V = 11).

Isto significa que o reportório de base é, neste caso, extremamente limitado. As palavras utilizadas são sempre as mesmas: o vocabulário é portanto muito pobre. Esta pobreza do registo, em parte provém da elevada repetição

([18]) A frase dos textos escritos por F. Giroud, jornalista de *L'Express*, compreende uma média de 14,8 palavras; a de J. Ferniot, jornalista da R.T.L. compreende em média 21,6 palavras (número superior, mas sabe-se que os textos ouvidos são geralmente mais fáceis de reter do que os lidos).

Palavras	*Frequência* V — *Frequência absoluta*	*Percentagem em relação ao número total de vocábulos*	O	O/V
Substantivos	382	42,50	3 328	8,71
Adjectivos	255	28,75	1 543	6,05
Verbos	182	20,25	2 546	13,93
Palavras instrumentos	78	8,50	4 686	60,07
Totais	897 (léxico)	100	12 103	13,49

Legenda:

V = vocábulos
O = ocorrências
O/V = relação ocorrências/vocábulos (riqueza/pobreza de repertório).

das palavras instrumento, o que é relativamente normal. O registo dos adjectivos é proporcionalmente o mais rico, seguindo-se o dos substantivos. Mas o reportório de verbos, pelo contrário, é pobre.

— Quais são as palavras mais frequentes? A lista que se segue, indica por ordem decrescente de frequência as 40 palavras plenas e as 10 palavras instrumento mais frequentemente utilizadas.

O verbo ser aparece em primeiro lugar na lista das palavras plenas e também aparece em primeiro plano no *Trésor de la Langue Française,* assim como nos artigos da jornalista F. Giroud. O verbo ter, pelo contrário, apenas surge no décimo quinto lugar no horóscopo, enquanto que se encontra na segunda posição no *Trésor* e nos textos de Giroud. Significará isto que o discurso astrológico da *Elle* é mais uma linguagem existencial do que uma linguagem de posse? Nada é adquirido, mas tudo poderá sê-lo com a condição de Fazer (2.° lugar) e de Poder (3.° lugar)...

Os amigos (s), a família, as relações (sociais), e, mais adiante, na lista, a convivência (social), a companhia, os conhecimentos, aparecem com uma frequência significativa.

Os adjectivos mais frequentes são Bom, Novo e Favorecido, adjectivos estes que correspondem a uma projecção *optimista* no futuro. O termo *Problema (s)*, seguido de Situação/ões e Questão/ões, reenvia de maneira *vaga* para as dificuldades que todos deveriam encontrar na vida. Mas os Projectos, termo igualmente vago, poderão completar-se graças às iniciativas e às Decisões tomadas pelo indivíduo, assim como às Provas (que, no texto, surgem sempre ligadas ao verbo fazer no imperativo) que este pode prestar.

Para além dos verbos Ser, Fazer e Poder, existem outros também maioritários: Regularizar (quantas conotações significativas existem neste termo!), Tomar, mais frequente do que Dar, Ter relativamente raro, Sentir (a sensibilidade existe, apesar de tudo!), Deixar, Organizar, Evitar, que traduzem a acção sistemática (a mulher ajuízada), prudente e orquestrada pela vontade (Querer).

E por fim o Trabalho e o Sucesso, figuram num bom lugar.

É curioso comparar tudo isto com os termos previlegiados pelos quadros de empresa, na descrição das suas funções ([19]) : na lista de nomes estabelecida por ordem decrescente de frequência, aparecem a Decisão (1.°), a Organização (2.°) e a Ordem (7.°) (muito frequente também no horóscopo da *Elle*), assim como a Iniciativa (19.°). Deverá a leitora da *Elle* orientar a sua vida, como os especialistas de gestão controlam o andamento das suas empresas?

Uma vida gerida, organizada e controlada pela prudêncio e pelo auto-domínio, em que as relações sociais (do mesmo modo que as relações públicas na empresa) devem ser conduzidas com diplomacia (este termo aperece no texto com elevada frequência), em que o trabalho e o sucesso se encontram em boa posição, tal é o modelo proposto às leitoras de uma revista de modas...

Todo o vocabulário do discurso do horóscopo, não relatado aqui, possui a acepção dessa «imagem guia» de uma mulher que domina o seu destino, tal como um director de empresa domina o futuro da sua firma, com as mesmas exigências e as mesmas armas. «A senhora e a gestão»! Tudo isto com o fito do lucro, quer dizer, da felicidade e do êxito harmonioso, graças ao esforço e à competência.

C) Quais são as informações fornecidas pelas *palavras instrumento?*

([19]) R. Hogenraad e J. Morval, *op. cit.*

As palavras mais frequentes do vocabulário do horóscopo da Elle

PALAVRAS PLENAS

1	SER	220	V	1 (TLF; FG)
2	FAZER	217	V	6 (TLF)
3	PODER	130	V	9 (TLF) 3 (FG) 11 (GG)
4	BOM	115	A	29 (FG)
5	AMIGO(S)	92	S	11 (GG)
6	NOVO	89	A	
7	PROBLEMA(S)	86	S	
8	FAMÍLIA	84	S	
9	RELAÇÃO/ÕES	83	S	
10	REGULARIZAR	70	V	
11	TOMAR	65	V	38 (TLF)
12	FAVORECIDO	63	A	
13	POSSIBILIDADES	60	S	
14	SITUAÇÃO/ÕES	59	S	
15	TER	56	V	2 (TLF; FG)
16	QUESTÃO/ÕES	54	S	
17	PROJECTOS	52	S	
18	DAR	51	V	
19	RELAÇÃO/ÕES	50	S	
20	SENTIR	49	V	
21	PESSOA	48	S	
22	TRABALHO	47	S	
23	INICIATIVAS	46	S	
24	PROVA(S)	46	S	
25	DEIXAR	42	V	
—	ORGANIZAR	42	V	
27	EVITAR	41	V	
—	SUCESSO	41	S	
—	VIDA	41	S	
30	COMPANHEIRO(S)	38	S	31 (TLF) 29 (FG) 16 (GG)
31	AGIR	36	V	
32	CONCEDER	35	V	
33	SOCIAL	34	A	
34	PEQUENO	33	A	22 (TLF)
35	ORDEM	32	S	
—	DECISÃO/ÕES	32	S	
—	GRANDE	32	A	17 (TLF)
38	QUOTIDIANO	31	A	
—	QUERER	31	V	17 (TLF) 16 (FG)
39	COMPANHIA	30	S	
—	CONHECIMENTO(S)	30	S	

PALAVRAS INSTRUMENTO

1	Vós, Vosso(s), os vossos	943
2	O, A, Os	352
3	(negação)	279
4	E	213
5	A, Aos	208
6	Com	124
7	Em	122
8	Mas	112
9	Um, Uma	106
10	Que	97

Legenda:

1, 2, 3, 4,...: *posição ou ordem de frequência decrescente das palavras.*
220, 217,...: *número que indica a frequência de ocorrência em 10 horóscopos.*
V: *verbo;* A: *adjectivo;* S: *substantivo.*
1 ( ), 6 ( ): *posição destas palavras em vocabulário de comparação.*

TLF: Trésor de la Langue Française.
FG: *Françoise Giroud, jornalista.*
GG: *General De Gaulle nos seus discursos.*

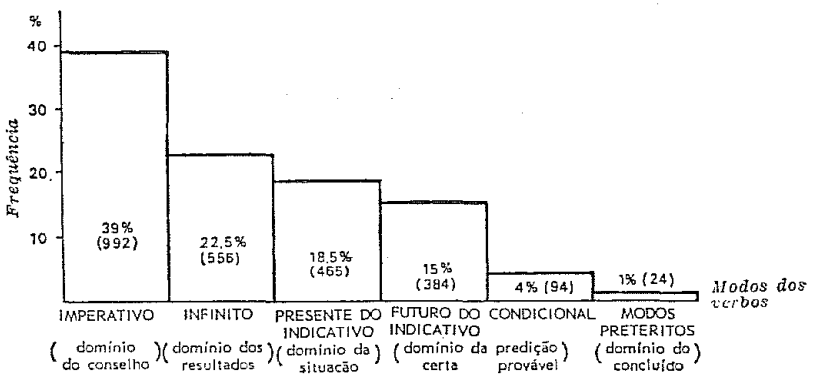
A frequência dos pronomes pessoais Vós, Vossos, Vosso é enorme (aproximadamente 8 % de ocorrências). Esta incidência constitui o sinal de que o horóscopo possui uma função «fática», isto é, que procurar estabelecer e personalizar o contacto com o leitor, dando a ilusão do estabelecimento de um diálogo. É a confirmação de uma das nossas hipóteses: este discurso é concebido para elogiar o egocentrismo do sujeito. Aliás, encontra-se frequentemente o mesmo procedimento no discurso publicitário, que, para seduzir, tem a necessidade de fazer esquecer o seu estatuto de comunicação de massa anónima e impessoal.

O aparecimento da negação «ne... pas» com uma elevada frequência, revela o número de interditos e de precauções recomendadas pelo astrólogo: «não seja», «não faça», «evite», «deixe», etc.

As conjunções E e Mas figuram de maneira característica na ordem das frequências, modulando, tal como já assinalámos, as informações demasiado precisas, afinando os comportamentos aconselhados e temperando o negativo através do positivo.

D) Será que o *tempo* (ou modo) dos *verbos* é revelador?

Frequência dos verbos por modo



Era de esperar que a frequência dos verbos no *futuro* fosse elevada num horóscopo, já que a sua função oficial é a predição. Ora isto não acontece: o modo futuro apenas diz respeito a 15 % dos verbos, sendo, principalmente, o verbo Poder que é conjugado neste modo: O poder, é o possível e não o certo.

Será então que a função preditiva é servida pela utilização do *condicional* (menos eficazmente, é certo, visto que o condicional apresenta os factos como possíveis, embora não inelutáveis)? Nem sequer é isso que acontece, já que o condicional não ultrapassa a percentagem de 4 %.

Por conseguinte, confirma-se a hipótese avançada: o papel da predição do horóscopo, que poderíamos julgar essencial, é muito pouco assumido, mesmo na «prudência» de um condicional.

Inversamente, 39 % dos verbos estão no *imperativo*. Este facto corrobora o carácter essencialmente injuntivo deste discurso. O astrólogo produz autoridade e dá conselhos que, na realidade são ordens. Os verbos conjugados sobretudo no conjuntivo, são: deixe, conceda, evite, experimente, siga, (não) perca, dê (provas), domine, supere. Estes comportamentos de evitamento, ensaio, precaução e autocontrolo, constituem outras tantas ordens a cumprir.

Uma análise de tipo estrutural (relações de oposição, de associação, de equivalência, etc.) seria pertinente, mas exigiria o recurso a um tratamento electrónico dos dados. Contudo, mesmo a «olho nu», apercebemo-nos de que alguns *items* semânticos aparecem concretamente, e que outros variam no seio de uma frase sempre constante e imutável...

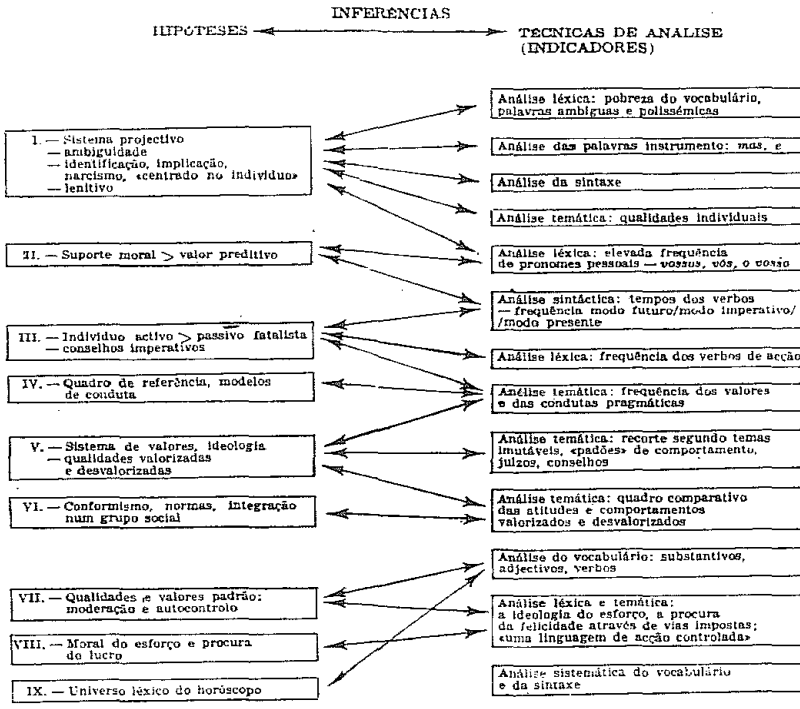
Em conclusão, face a este discurso astrológico, adquirimos a impressão de nos confrontarmos com uma combinatória cujos elementos de base são muito limitados: uma espécie de sistema fechado, de átomos semânticos (as palavras) cuja construção em moléculas (as frases) e a seguir em macro-moléculas (os signos do Zodíaco), é realizada aleatoriamente.

Segundo parece, dez milhões de franceses recorrem à astrologia: horóscopos da imprensa, astrólogos com consultório, emissões radiofónicas, horóscopos por ordenador (o último «achado» que se vende caro e bem). Este recurso à astrologia pode ser confessado, ou escondido por vergonha; ser feito por brincadeira, ou com uma convicção desesperada.

O horóscopo da *Elle*, após ter sido analisado, surge-nos como um sistema bem ordenado e que ordena segundo o modo de injunção camuflada. O astrólogo apresenta-se como um adivinho, mas, no fundo, que adivinha ele?

A palavra astrológica é a «boa palavra» para aqueles que já não têm deus, mas que, apesar de tudo e sem o saberem, procuram um. Quer se acredite sem se acreditar, quer se organize meticulosamente a vida em função das «predi-

A dialéctica hipóteses/indicadores (inferência)



ções» da semana, lê-se o horóscopo a rir ou com seriedade. A moral deste discurso é a moral de todos os que não têm moral e que buscam uma, desesperadamente. E que moral? A da nossa boa e velha sociedade puritana e exigente. Moral que se cobre com um verniz progressista, desenhando a imagem de uma mulher lúcida e dona da sua vida. Contudo, o modo de emprego dessa vida é cuidadosamente definido e enquadrado. Uma mulher que se crê livre, porque lhe são subtilmente propostas (ou impostas) receitas cujos nomes são: Prudência, Segurança, Sucesso, Dinheiro, Triunfo.

A vida é um comboio que desliza sobre carris e o comentário previlegiado de tal moral seria: «Do not lean out of

the window» ([20]). Deixa-se o leitor acreditar que a locomotiva é automática e programada. Mas, dessimuladamente, pede-se-lhe uma «participação». Ao leitor agrada-lhe esta posição: permanecer sentado, muito ajuizado e bem instalado nos assentos das carruagens, escutando a voz suave e firme que lhe vai debitando, através de um modelador acústico, os gestos que ele deve ou não executar para desfrutar a viagem e chegar ao seu destino, estando sempre disposto a chamar o revisor, ao menor balanço ou à primeira corrente de ar que surja...

([20]) Em inglês no original. Em tradução livre: «É perigoso debruçar-se». *(N. do T.)*

TERCEIRA PARTE

MÉTODO

I

ORGANIZAÇÃO DA ANÁLISE

As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três pólos cronológicos:

1) a pré-análise;
2) a exploração do material;
3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

1. A PRÉ-ANALISE

É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao ordenador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso.

Geralmente, esta primeira fase possui três missões: *a escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objectivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Estes três factores, não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objectivos, ou, inversamente, o objectivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objectivo a organização, embora ela própria seja composta por actividades não estruturadas, «abertas», por oposição à exploração sistemática dos documentos.

a) *A leitura «flutuante».*— A primeira actividade consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura «flutuante», por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos.

b) *A escolha dos documentos.* — O universo de documentos de análise pode ser determinado *a priori:*

- por exemplo: uma empresa solicita a uma equipa de analistas a exploração dos recortes de imprensa reunidos num *«press-book»,* acerca do novo produto lançado no mercado alguns meses atrás.

Ou então o objectivo é determinado, e, por conseguinte, convém escolher o universo de documentos susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado:

- por exemplo: o objectivo é seguir a evolução dos valores da instituição escolar francesa durante um determinado ano. Opta-se então pela análise dos discursos de distribuição dos prémios: material homogéneo, regular, conservado, acessível e rico em informações relativamente ao objectivo.

Estando o universo demarcado (o género de documentos sobre os quais se pode efectuar a análise), é muitas vezes necessário proceder-se à *constituição de um corpus.* O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua

constituição implica, muitas vezes, escolhas, selecções e regras. Eis as principais regras:

• *Regra da exaustividade:* uma vez definido o campo do corpus (entrevistas de um inquérito, respostas a um questionário, editoriais de um quotidiano de Paris entre tal e tal data, emissões de televisão sobre determinado assunto, etc.), é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus. Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor. Esta regra é completada pela de *não-selectividade.*

Por exemplo, reune-se um material de análise da publicidade a automóveis publicada na imprensa durante um ano. Qualquer anúncio publicitário que corresponda a estes critérios, deve ser recenseado.

• *Regra da representatividade.* A análise pode efectuar-se numa *amostra* desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos pará a amostra serão generalizados ao todo.

Para se proceder à amostragem, é necessário ser possível descobrir a distribuição dos caracteres dos elementos da amostra. Um universo heterogéneo requer uma amostra maior do que um universo homogéneo. A costureira, para que possa fazer ideia de uma peça de tecido com flores, tem necessidade de uma amostra maior desse tecido, do que aquela que seria necessária para ter a ideia de um tecido liso. Tal como para uma sondagem, a amostragem pode fazer-se ao acaso, ou por *quotas* (sendo conhecidas as frequências das características da população, retomamo-las na amostra, em proporções reduzidas).

Por exemplo, se se souber que existe x marcas de automóveis e que cada uma possui uma taxa média de n anúncios por ano. Além disso, conhece-se a distribuição pelos órgãos de imprensa. Finalmente, avaliamos a repartição quantitativa e a variação qualitativa dos conteúdos temáticos segundo os meses do ano. Tidos em conta estes critérios (marcas, órgãos de imprensa, períodos), que dependem do objectivo da análise, pode proceder-se a uma redução pensada (amostragem) do universo e diminuir a parte submetida a análise.

Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abster-

mo-nos e reduzir o próprio universo (e portanto o alcance da análise), se este for demasiado importante.

• *Regra da homogeneidade:* os documentos retidos devem ser homogéneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha.

Por exemplo, as entrevistas de inquérito efectuadas sobre um dado tema, devem: referir-se todas a esse tema, ter sido obtidas por intermédio de técnicas idênticas e serem realizadas por indivíduos semelhantes. Esta regra é, sobretudo, utilizada quando se desejam obter resultados globais ou comparar entre si os resultados individuais.

Precisemos, no entanto, que se a constituição de um corpus é uma fase habitual na análise de conteúdo, para certas análises monográficas (uma entrevista aprofundada, a estrutura de um sonho ou a temática de um livro), tal fase não tem sentido (caso de um documento único, singular).

• *Regra de pertinência:* os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise.

c) *A formulação das hipóteses e dos objectivos.* — Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O *objectivo* é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados.

Levantar uma hipótese é interrogarmo-nos: «será verdade que, tal como é sugerido pela análise *a priori* do problema e pelo conhecimento que dele possuo, ou, como as minhas primeiras leituras me levam a pensar, que...?».

De facto, as hipóteses nem sempre são estabelecidas quando da pré-análise. Por outro lado, não é obrigatório ter-se como guia um corpus de hipóteses, para se proceder à análise. Algumas análises efectuam-se «às cegas» e sem ideias pré-concebidas. Uma ou várias técnicas são consideradas adequadas *a priori,* para fazerem «falar» o material, utilizando-se sistematicamente. Isto é o que sucede muitas vezes, ao recorrermos à informática.

A propósito deste problema do primado do quadro de análise sobre as técnicas e *vice-versa*, P. Henry e S. Moscovici (1) parecem privilegiar os *procedimentos exploratórios* (em que «o quadro de análise não está determinado» e em que «se parte de uma colocação em evidência das propriedades dos textos») em relação ao que estes autores chamam os procedimentos fechados.

«Pôr em funcionamento um procedimento fechado, é começar-se a partir de um quadro empírico ou teórico de análise de certos estados psicológicos, psico-sociológicos ou outros, que se tentam particularizar, ou então a propósito dos quais se formularam hipóteses ou se levantaram questões. Reúnem-se textos... Depois observam-se esses textos através de um determinado quadro teórico..., quadro esse pré-estabelecido e que não pode ser modificado.»

Os procedimentos fechados, caracterizados essencialmente por técnicas taxinómicas (por classificação de elementos dos textos em função de critérios internos ou externos), são métodos de observação que funcionam segundo o mecanismo da indução e servem para a experimentação de hipóteses.

Enquanto que os *procedimentos de exploração*, aos quais podem corresponder técnicas ditas *sistemáticas* (e nomeadamente automáticas), permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam a construção de novas hipóteses.

Segundo os autores, cujo ponto de vista particular, os conduz ao desejo de insistir, quer nas *condições de produção* — ou campo de determinações — dos textos no sentido lato (situação de comunicação, meio sócio-cultural, psicologia individual, etc.), quer nas relações entre os próprios documentos e as suas condições de produção, os métodos exploratórios sistemáticos têm a vantagem de poderem servir de introdução aos únicos procedimentos experimentais capazes de apreender as ligações funcionais entre o que estes autores chamam o plano vertical (nível de condições de produção, enquanto variáveis independentes) e o plano horizontal (nível dos textos analisados enquanto variáveis dependentes).

No entanto, em muitos casos, o trabalho do analista é insidiosamente orientado por hipóteses implícitas. Daqui, a necessidade das posições latentes serem reveladas e postas à prova pelos factos, posições estas susceptíveis de introduzir desvios nos procedimentos e nos resultados. Formular hipóteses consiste, muitas vezes, em explicitar e precisar — e, por conseguinte, em dominar — dimensões e direcções de análise, que apesar de tudo funcionam no processo.

d) *A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores.* — Se se considerarem os textos como uma manifestação contendo índices que a análise vai fazer falar, o trabalho preparatório será o da escolha destes — em

(1) P. Henry e S. Moscovici. «Problèmes de l'analyse de contenu» em *Langage*, n.º II, Setembro, 1968.

função das hipóteses, caso elas estejam determinadas — e sua organização sistemática em indicadores.

Por exemplo, o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Se se parte do princípio, de que este tema possui tanto mais importância para o locutor, quanto mais frequentemente é repetido (caso da análise sistemática quantitativa), o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou obsoluta, relativamente a outros.

Por exemplo: supõe-se que a emoção e a ansiedade se manifestam por perturbações da palavra durante uma entrevista terapêutica. Os índices retidos (2) («Hã», frases interrompidas, repetição, gaguez, sons incoerentes...) e a sua frequência de aparição, vão servir de indicador do estado emocional subjacente.

Uma vez escolhidos os índices, procede-se à construção de indicadores precisos e seguros. Desde a pré-análise devem ser determinadas operações: de *recorte do texto* em unidades comparáveis de *categorização* para análise temática e de modalidade de *codificação* para o registo dos dados.

Geralmente, certificamo-nos da eficácia e da pertinência dos indicadores, testando-os em algumas passagens ou em alguns elementos dos documentos (pré-teste de análise).

e) *A preparação do material.* — Antes da análise propriamente dita, o material reunido deve ser preparado. Trata-se de uma preparação material e, eventualmente, de uma preparação formal («edição»).

Por exemplo: as entrevistas gravadas são transmitidas (na íntegra) e as gravações conservadas (para informação paralinguística), os artigos de imprensa são recortados, as respostas a questões abertas são anotadas em fichas, etc. É aconselhável que se prevejam reproduções em número suficiente (recortes, equipa numerosa) e que se numerem os elementos do corpus. Suportes materiais do tipo preciso, podem facilitar a manipulação da análise: entrevistas dactilografadas num rolo de papel, dispondo de colunas vazias à esquerda e à direita para o código e respostas a questionários em fichas *standard* para que se possam marcar os contrastes.

---

(2) G. F. Mahl, «Exploring emotional states by content analysis», em I. de S. Pool, *Trends in content analysis*, Urbana, University of Illinois Press, 1959.

A preparação formal, ou «edição», dos textos, pode ir desde o alinhamento dos enunciados intactos, proposição por proposição, até à transformação linguística dos sintagmas, para *standartização* e classificação por equivalência. No caso do tratamento informático, os textos devem ser preparados e codificados segundo as possibilidades de «leitura» do ordenador e segundo as instruções do programa.

2. A EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efectuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (cf. capítulo seguinte).

3. TRATAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS E INTERPRETAÇÃO

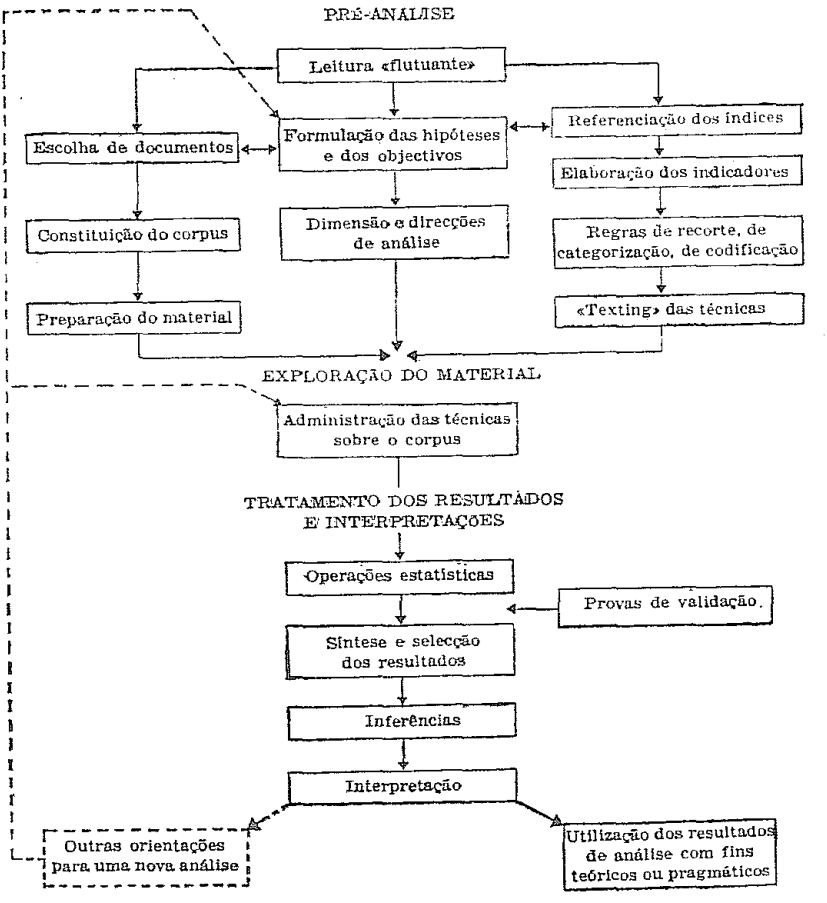
Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Para um maior rigor, estes resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação.

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas, podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes *(ver figura na pág. seguinte)*.

Desenvolvimento de uma análise



II

A CODIFICAÇÃO

Torna-se necessário saber a razão *porque é que* se analisa, e explicitá-lo de modo a que se possa saber *como* analisar. Daqui, a necessidade de se precisarem hipóteses e de se enquadrar a técnica dentro de um quadro teórico, tal como acabamos de ver. A menos que se façam *fishing expeditions,* como dizem os anglo-saxónicos, quer dizer, análises exploratórias «para ver o que há». Neste caso, é o como (a técnica), que poderá precisar o porquê (a teoria). Em ambos os casos, contudo, existe um elo entre os dados do «texto» e a teoria do analista.

Tratar o material é codificá-lo. *A codificação* corresponde a uma transformação — efectuada segundo regras precisas — dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices, ou, como diz O. R. Holsti ([3]):

«A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais per-

([3]) Recomendamos vivamente o seu manual, infelizmente não traduzido, particularmente no que diz respeito às variadas referências que ilustram as questões técnicas: O. R. Holsti, *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities,* Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

mitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo.»

A organização da codificação, compreende três escolhas (no caso de uma análise quantitativa e categorial):

— O recorte: escolha das unidades;
— A enumeração: escolha das regras de contagem;
— A classificação e a agregação: escolha das categorias.

1. UNIDADES DE REGISTO E DE CONTEXTO

Quais os elementos do texto a ter em conta? Como recortar o texto em elementos completos? A escolha das unidades de registo e de contexto, deve responder de maneira pertinente (pertinência em relação às características do material e face aos objectivos da análise).

a) *A unidade de registo.* — É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registo pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Reina uma certa ambiguidade no concernente aos critérios de distinção das unidades de registo. Efectivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, o «tema», por exemplo, enquanto que outros se efectuam a um nível aparentemente linguístico, como por exemplo, a «palavra» ou a «frase» (4).

Isto serve de crítica a disciplinas cujo carácter científico e rigoroso é mais evidente. De facto, o critério de recorte na análise de conteúdo (5) é sempre de ordem semântica, se bem que, por vezes, exista uma correspondência com unidades formais (exemplos: palavra e palavra tema; frase e unidade significante).

A título ilustrativo, podem ser citados de entre as unidades de registo mais utilizadas:

---

(4) Mas o que será uma frase? Que critérios de definição se devem reter? Será a frase a unidade de sentido que exprime um pensamento completo? Será uma proposição lógica: sujeito (aquilo de quem se diz alguma coisa), mais predicado (o que dele se diz)? Ou então será o critério fonético a defini-la: paragens, silêncio, rupturas na curva melódica (ou os equivalentes gráficos: ponto, ponto e vírgula)? (G. Mounin, *Clefs pour la linguistique*, Seghers).

(5) Em análise de conteúdo, i. é, das significações, e não na análise de expressão, i. é, dos aspectos formais das significações.

• *A palavra:* é certo que a «palavra» não tem definição precisa em linguística, mas para aqueles que fazem uso do idioma, corresponde a qualquer coisa. Contudo, uma precisão linguística pode ser suscitada se for pertinente.

Todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração, ou podem-se reter unicamente as palavras-chave ou as palavras-tema (*symbols* em inglês); pode igualmente fazer-se a distinção entre palavras plenas e palavras vazias; pode-se ainda efectuar a análise de uma categoria de palavras: substantivos, adjectivos, verbos, advérbios... a fim de se estabelecerem quocientes.

• *O tema:* a noção de tema, largamente utilizada em análise temática, é característica da análise de conteúdo. Berelson definia o tema como:

«Uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afectado um vasto conjunto de formulaçõe singulares.»

Na verdade, o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis. O tema é

«uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema, tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou proposições). Enfim, qualquer fragmento pode reenviar (e reenvia geralmente) para diversos temas...», escreve M.-C. d'Unrug (6).

Fazer um análise temática, consiste em descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido.

O tema, enquanto unidade de registo, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende

(6) M. C. d'Unrug, *Analyse de contenu et acte de parole,* Ed. Universitaires, 1974.

do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas.

O tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não directivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., podem ser, e são frequentemente, analisados tendo o tema por base.

Notemos que, em certos casos, uma preparação das mensagens em unidades linguísticas normalizadas (enunciados, proposições, sintagmas), pode ser útil.

• *O objecto ou referente:* trata-se de temas eixo, em redor dos quais o discurso se organiza. Por exemplo, as divisões de uma casa citadas num inquérito sobre a habitação. Ou então os «objectos de atitudes» (cf. a análise avaliativa de Osgood), numa análise da imprensa política. Neste caso, recorta-se o texto em função destes temas eixo, agrupando-se à sua volta tudo o que o locutor exprime a seu respeito.

• *O personagem:* o actor ou actuante pode ser escolhido como unidade de registo. Neste caso, o codificador indica os «personagens» (ser humano ou equivalente, tal como um animal, etc.) e, no caso de uma análise categorial, as classes em função da grelha escolhida. Tal grelha é geralmente estabelecida em função das características ou atributos do personagem (traços de carácter, papel, estatuto social, familiar, idade, etc.). As obras de ficção (filmes, emissões, romances, bandas desenhadas, fotonovelas, peças de teatro) podem ser analisadas segundo os seus personagens, do mesmo modo que os artigos de imprensa, manuais escolares, etc.

Quem e em que ocasião? Com que papel? Em que situação?, etc. A unidade «personagem» pode ser combinada com outros tipos de unidade.

• *O acontecimento:* no caso de relatos e de narrações, é possível que a unidade de registo pertinente, seja o acontecimento. Neste caso, o, ou os relatos (filmes, lendas,

contos, relatos míticos, artigos da imprensa) serão recortados em unidades de acção.

• *O documento:* o documento ou unidade do género (um filme, um artigo, uma emissão, um livro, um relato), por vezes serve de unidade de registo, desde que possa ser caracterizado globalmente e no caso de análise rápida. Também é possível tomar como unidade de registo a resposta (a uma questão aberta) ou a entrevista, com a condição de que a ideia dominante ou principal, seja suficiente para o objectivo procurado.

Na realidade, a unidade de registo existe no ponto de intersecção de unidades perceptíveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos, indivíduos), embora pareça difícil, mesmo existindo recobrimento, procurar fazer-se um recorte de natureza puramente formal, na maioria das práticas, pelo menos na análise temática, categorial e frequencial (aquela que nos serve de base neste capítulo).

b) *A unidade de contexto.* — A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.

Com efeito, em muitos casos, torna-se necessário fazer (conscientemente) referência ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registar. Se vários codificadores trabalham num mesmo corpus, torna-se imprescindível um acordo prévio. Por exemplo, no caso de análise de mensagens políticas, palavras tais como liberdade, ordem, progresso, democracia, sociedade, têm necessidade de contexto para serem compreendidas no seu verdadeiro sentido. A referência ao contexto é muito importante para a análise avaliativa e para a análise de contingência. Os resultados são susceptíveis de variar sensivelmente, segundo as dimensões de uma unidade de contexto. A intensidade e a extensão de uma unidade, podem surgir de modo mais ou menos acentuado, consoante as dimensões da unidade de contexto escolhida. No que se refere às co-ocorrências, é evidente que o seu número aumenta com as dimensões da unidade de contexto: é pouco provável, por exemplo, que se possam encontrar temas semelhantes num pará-

grafo: ou em alguns minutos de gravação, mas a probabilidade aumenta num texto de várias páginas, ou numa emissão de uma hora. Geralmente, quanto maior é a unidade de contexto, mais as atitudes ou valores se afirmam numa análise avaliativa, ou mais numerosas são as co-ocorrências numa análise de contingência.

A determinação das dimensões da unidade de contexto, é presidida por dois critérios: o custo e a pertinência. É evidente que uma unidade de contexto alargado, exige uma releitura do meio, mais vasta. Por outro lado, existe uma dimensão óptima, ao nível do sentido: se a unidade de contexto for demasiado pequena ou demasiado grande, já não se encontra adaptada; também aqui são determinantes, quer o tipo de material, quer o quadro teórico.

De qualquer modo, é possível testar as unidades de registo e de contexto em pequenas amostras, a fim de que nos asseguremos que operamos com os instrumentos mais adequados.

2. REGRAS DE ENUMERAÇÃO

É necessário fazer a distinção entre a unidade de registo — o que se conta — e a regra de enumeração — o modo de contagem.

Vejamos o seguinte exemplo: temos um «texto» concluído, em que a identificação e o recorte forneceram os elementos ou unidades de registo (palavras, temas ou outras unidades) seguintes:

a, d, a, e, a, b.

Sabendo-se que a lista de referência, estabelecida a partir de um conjunto de «textos», ou segundo uma norma, é *a, b, c, d, e, f,* é possível utilizar-se diversos tipos de enumerações:

• *A presença (ou ausência):* neste mesmo «texto», estão presentes os elementos *a, b, c, d* e *e,* presença esta que pode ser significativa, funcionando nesse caso como um indicador.

No entanto, a ausência de elementos (relativamente a uma certa provisão) pode, nalguns casos, veícular um sentido. Aqui, os elementos *c* e *f* estão ausentes. Com efeito, para certos tipos de mensagens, como para certos objectivos de análise, a ausência constitui a variável im-

portante. Por exemplo, a ausência pode manifestar bloqueamentos ou recalcamentos nas entrevistas clínicas, podendo igualmente traduzir uma vontade escondida, no casa de uma declaração pública.

• *A frequência:* a frequência é a medida mais geralmente usada. Corresponde ao postulado (válido em certos casos e noutros não) seguinte: a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição.

No nosso exemplo, a frequência de cada elemento é:

$a = 3;$
$b = 1;$
$c = 0;$
$d = 1;$
$e = 1;$
$f = 0.$

Uma medida frequencial em que todas as aparições possuem o mesmo peso, postula que todos os elementos têm uma importância igual. A escolha da medida frequencial simples, não deve ser automática. É preciso lembrarmo-nos de que ela assenta no pressuposto implícito seguinte: a aparição de um item de sentido ou de expressão, será tanto mais significativa — em relação ao que procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada — quanto mais esta frequência se repetir. A regularidade quantitativa de aparição é, portanto, aquilo que se considera como significativo. Isto supõe que todos os items tenham o mesmo valor, o que nem sempre acontece.

• *A frequência ponderada:* se suposermos que a aparição de determinado elemento tem maior importância do que um outro, podemos recorrer a um sistema de ponderação. Por exemplo, se considerarmos que a aparição de *b* e *d* possui uma importância dupla da de *a, c* e *f,* afectam-se todos os elementos com coeficientes, no momento da codificação.

Veja-se, por exemplo, a ponderação seguinte:

$a = 1;$
$b = 2;$
$c = 1;$
$d = 2;$
$e = 1;$
$f = 1.$

Isto dá os seguintes resultados:

$a = 3 \times 1 = 3;$
$b = 1 \times 2 = 2;$
$c = 0 \times 1 = 0;$
$d = 1 \times 2 = 2;$
$e = 1 \times 1 = 1;$
$f = 0 \times 1 = 0.$

Obtém-se, por conseguinte, resultados diferentes daqueles que foram obtidos na medida de frequência não ponderada.

A ponderação pode corresponder a uma decisão tomada *a priori,* mas pode também traduzir as modalidades de expressão ou a *intensidade* de um elemento.

• *A intensidade:* tomem-se no nosso exemplo três níveis (correspondentes a variações semânticas ou formais no seio de uma só classe), na aparição de um elemento:

$a_1, a_2, a_3 — b_1, b_2, b_3,$ etc.

e a afectação de uma nota diferente, segundo a modalidade de expressão:

$a_1 = 1; \quad b_1 = 1;$
$a_2 = 2; \quad b_2 = 2;$
$a_3 = 3; \quad b_3 = 3,$ etc.

No «texto»:

$a_1, d_3, a_3, e_1, a_3, b_1.$

A medida será:

$a = 7\,(1 + 3 + 3) = 7;$
$b = 1;$
$c = 0;$
$d = 3;$
$e = 1;$
$f = 0.$

A medida de intensidade com que cada elemento aparece, é indispensável na análise dos valores (ideológicos, tendências) e das atitudes. Se encontrarmos os quatro enunciados que se seguem num estudo da imprensa chi-

nesa dos anos 60, é necessário podermos diferenciar a intensidade das posições correspondentes:

1. «Poderíamos achar necessário reprovar a política de Khroutchev.»
2. Deveríamos denunciar amargamente a política de Khroutchev.»
3. «Começaremos brevemente a denunciar a política de Khroutchev.»
4. «No passado, estivemos algumas vezes em desacordo com a política de Khroutchev.» (7)

Para facilitar a avaliação do grau de intensidade a codificar, podemo-nos apoiar, como sugeria Osgood, em critérios precisos: intensidade (semântica) do verbo, tempo do verbo (condicional, futuro, imperativo...), advérbios de modo, adjectivos e atributos qualificativos...

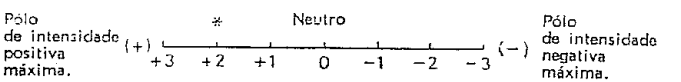
• *A direcção:* A ponderação da frequência traduz um carácter quantitativo (intensidade) ou qualitativo: *a direcção.* A direcção pode ser favorável, desfavorável ou neutra (eventualmente ambivalente), num caso de um estudo de favoritismo/desfavoritismo. Os pólos direccionais podem, no entanto, ser de natureza diversa: bonito/feio (critério estético), pequeno/grande (tamanho), etc.

Afectam-se os elementos do texto com um sinal (índice qualitativo), ou com uma nota.

$$a_{+}, d_{0}, a_{+}, e_{-}, a_{+}, b_{+}$$

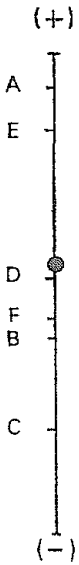
(por exemplo: + = positivo; — = negativo; 0 = neutro; ± = ambivalente).

Osgood, na análise avaliativa, recorreu a escalas bipolares para codificar *a intensidade* e a *direcção.* A ponderação das medidas frequenciais conduziu-o, em seguida, à representação dos resultados sob a forma de *perfis.*



(7) Exemplo dado por O. R. Holsti.

Escala bipolar de sete pontos (ou graus), para um exemplo em que *a* é de direcção positiva e de intensidade 2 (a_{+2}). Indicada pelo sinal *.



Perfil. O perfil traduz o conjunto de frequências para cada elemento. Por exemplo, aqui, A (conjunto das unidades registadas para um dado corpus) e E são muito positivos, D é neutro, F e B são ligeiramente negativos e C é bastante negativo.

• *A ordem:* a ordem de aparição das unidades de registo (por exemplo, numa entrevista ou num relato), pode ser o índice pertinente. Se *a* está em primeiro lugar e *d* em segundo, se *a* precede *d* ou *d* sucede a *a*, isto pode ter uma significação mais importante (no quadro da inferência) do que a frequência. Ou então a frequência e o encadeamento das unidades de registo, podem combinar-se nas medidas. Pode ser útil saber-se se existem constantes que são evidenciadas, na ordem de sucessão dos elementos (por exemplo, se $a \rightarrow d \rightarrow a$, aparece com uma frequência significativa).

• *A co-ocorrência:* a co-ocorrência é a presença simultânea de duas ou mais unidades de registo, numa unidade de contexto. Existem duas possibilidades para tomarmos uma decisão sobre a unidade de contexto:

— Escolhe-se esta, segundo o número de unidades de registo: por exemplo, recortando o texto em três (ou quatro, cinco ou mais) unidades:
por exemplo o texto: *a, d, a, c, a, b, e, e, e, ...*,
depois de recortado fica: *a, d, a/c, a, b/e, e, e/...*
Resultados: dois elementos *a* na primeira unidade, três elementos *e* na terceira unidade.

— Decide-se o número de unidades de registo anteriores e/ou posteriores, segundo uma unidade determinada, que serve de eixo: por exemplo, uma palavra que antecede ou sucede a cada um dos substantivos, ou dois temas anteriores a um tema escolhido,etc.

A medida de co-ocorrência (análise de contingência) dá conta da *distribuição* dos elementos e da sua *associação*. A distribuição dos elementos, pode constituir um ponto significativo de conhecimento. Por exemplo, dois «Textos» apresentam o mesmo número de elementos *a*, mas no primeiro, estes elementos encontram-se dispersos por todo o texto, enquanto que no segundo, estão concentrados numa determinada passagem.

O uso da associação como indicador, assenta geralmente no postulado de que, elementos associados numa manifestação da linguagem, estão (ou estarão) igualmente associados no espírito do locutor (ou do destinatário). Existem modalidades qualitativas que, eventualmente, diferenciam a natureza da co-ocorrência:

Associação (o elemento *a* aparece com o elemento *b*).

Equivalência (o elemento *a* ou o elemento *d*, aparecem num contexto idêntico. Talvez se possa deduzir um carácter de equivalência ou de substituição).

Oposição (o elemento *a* nunca aparece com o elemento *c*).

Notemos, enfim, que a proximidade de ocorrência pode ser medida: se *a* se encontra a três unidades, ou a dois minutos de distância de *b*, talvez não possua a mesma importância do que se estiver a sete unidades de registo, ou a quatro minutos e meio de *b*.

Considerações. — Qualquer escolha de uma regra (ou de várias regras) de enumeração, assenta numa hipótese de correspondência entre a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação da manifestação da linguagem e a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação de variáveis inferidas, não linguísticas. É conveniente procurar-se a correspondência mais pertinente.

— Uma variável de inferência pode manifestar-se, por vezes, de diversas maneiras. É possível atingi-la através de índices diferentes ou complementares. Por exemplo, na análise da imprensa, a superfície dos antigos, o tamanho dos títulos ou a frequência dos acontecimentos descritos, talvez sejam três modos de codificação e de enumeração aptos para elucidarem a mesma realidade.

— Tentou-se utilizar sistemas de enumeração aplicáveis a um material contínuo (medida de espaço e de tempo) ou graduado (medidas de cor). A precisão da medida, salvo casos particulares, é mais aparente do que real, a contagem de uma unidade de registo por minuto ou por centímetro quadrado é, talvez, ainda mais artificial do que o recorte de um texto por frases ou por parágrafos. Acontece, no entanto, que existem medidas deste tipo que são adaptadas ou as únicas possíveis. Se se demonstrou em experiências anteriores, que a análise dos *slogans* publicitários permite chegar aos mesmos resultados que a análise do texto, correspondente, com a condição de estes *slogans* serem ponderados em função das suas dimensões, torna-se mais rápido utilizar a primeira medida. Caso se confirme, por comparação com os resultados obtidos através de outros testes de personalidade, que o recorte em quadrículas da superfície de um teste aplicado numa aldeia, constitui um método exacto, é conveniente empregá-lo. Se a análise de uma emissão de tipo narrativo, por sequências temperalmente mensuradas, fornece bons resultados em função do objectivo, há que praticá-la.

3. ANALISE QUANTITATIVA E ANALISE QUALITATIVA

Nos anos 50, houve um apaixonante debate entre procedimentos «quantitativos» e procedimentos «qualitativos». Uns definiam a análise segundo o carácter «quantitativo», enquanto outros defendiam a validade de uma análise «qualitativa».

Durante o primeiro congresso de analistas, A. L. George [8] tentou precisar as características de ambos os métodos. Na medida em que «a análise de conteúdo é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor», o seu procedimento não é obrigatoriamente quantitativo, como até então se admitia (por influência de Berelson principalmente).

A abordagem quantitativa funda-se na *frequência* de aparição de certos elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa, recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências; por exemplo, a *presença* (ou a *ausência*), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição.

Qual será a evolução da frequência da palavra *«pátria»* nos manuais de História de há cinquenta anos para cá? Estará a palavra «pátria» ausente ou presente dos manuais de História de 1975? Num dado contexto, por exemplo, os discursos de um político, a aparição

---

[8] A. L. George, «Quantitative and qualitative aproaches to content analysis», em I. de Sola Pool, *Trends in Content Analysis*, 1959.

de uma palavra não esperada, ou própria da oposição, uma frase mais temperada ou mais restritiva do que as habituais proposições sobre o assunto, podem funcionar como índice de peso, se não forem diluídas num desconto frequencial. A abordagem quantitativa e a qualitativa, não têm o mesmo campo de acção. A primeira, obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objectiva, mais fiel e mais exacta, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil, nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. Este tipo de análise, deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação de comunicação).

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que dêem lugar a frequências suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis. Levanta problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, visto que selecciona estes índices sem tratar exaustivamente todo o conteúdo, existindo o perigo de elementos importantes serem deixados de lado, ou de elementos não significativos serem tidos em conta. A compreensão exacta do sentido é, neste caso, capital. Além do mais, o risco de erro aumenta, porque se lida com elementos isolados, ou com frequências fracas. Donde a importância do contexto. Contexto da mensagem, mas também contexto exterior a este: quais serão as condições de produção, ou seja, quem é que fala a quem e em que circunstâncias? Qual será o montante e o lugar da comunicação? Quais os acontecimentos anteriores ou paralelos? Por outro lado, a abordagem qualitativa evolutiva, confronta-se com o perigo de «circularidade» em maior grau do que a abordagem quantitativa e fixa. As hipóteses inicialmente formuladas, podem ser influenciadas no decorrer do procedimento, por aquilo que o analista compreende da significação da mensagem. Principalmente neste caso, torna-se necessário reler o material, alternar releituras e interpretações e desconfiar da evidência (existirá uma «evidência» contrária?) funcionando por sucessivas aproximações. A análise qualitativa que é maleável no seu funcionamento, deve ser também maleável na utilização dos seus índices. As manifestações da mesma realidade pela comunicação, podem modificar-se rapidamente, particularmente na propaganda ou na psicoterapia, em que as condições de produção, por vezes, se transformam bruscamente. Por outras palavras, os índices são instáveis e uma resistência por parte do analista à mudança será tanto mais nefasta, quanto o procedimento qualitativo funda a sua interpretação em elementos escassos.

Enfim, precisemos que a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes.

Em conclusão, pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a «inferência — sempre que é realizada — ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.),

e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual.»

A discussão abordagem quantitativa *versus* abordagem qualitativa, marcou um volte-face na concepção da análise de conteúdo. Na primeira metade do século XX, o que marcava a especificidade deste tipo de análise, era o *rigor* e, portanto, a *quantificação*. Seguidamente, compreendeu-se que a característica da análise de conteúdo é a *inferência* (variáveis inferidas a partir de variáveis de inferência ao nível da mensagem), quer as modalidades de inferência se baseiem ou não, em indicadores quantitativos.

É evidente que a natureza do material influi na escolha do tipo de medida. Pode, por exemplo, fazer-se a distinção entre mensagens normalizadas e mensagens singulares. As primeiras corresponderão a um corpus constituído por mensagens provenientes de diferentes locutores. Por exemplo: reposta a questões abertas, organizadas para a codificação, com tudo o que isso implica de *standartização*, nivelamento e conformação; neste caso, o tipo de investigação prepara e orienta um tipo de análise baseada na quantificação numa situação normalizada. As segundas, são mensagens provenientes de um único ou de vários emissores, mas irredutíveis à normalização (singularidade da expressão, da situação, nas condições de produção e da finalidade no objectivo da comunicação). Este é, por exemplo, o caso de uma entrevista não-directiva que se apresenta como um todo, como um sistema estruturado segundo leis que lhe são próprias e portanto analisável em si, ou incomparável.

Por vezes torna-se necessário distanciarmo-nos da crença sociológica na significação da regularidade. O acontecimento, o acidente e a raridade, possuem, por vezes, um sentido muito forte que não deve ser abafado.

III

A CATEGORIZAÇÃO

«Content analysis stands or falls by its categories.» (9)

A ventilação das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias, não é uma etapa obrigatória de toda e qualquer análise de conteúdo. A maioria dos procedimentos de análise organiza-se, no entanto, em redor de um processo de categorização.

1. PRINCIPIOS

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reunem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. O *critério* de categorização pode ser semântico (categorias te-

(9) «A análise de conteúdo mantêm-se ou desaparece, pelas suas categorias», Berelson, 1952 *(N. do T.)*.

máticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade, ficam agrupados na categoria «ansiedade», enquanto que os que significam a descontracção, ficam agrupados sob o título conceptual «descontracção»), sintático (os verbos, os adjectivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinónimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

A actividade taxinómica, é uma operação muito vulgarizada de repartição dos objectos em categorias. Se antes de colocarmos um disco no gira-discos nos interrogarmos sobre a vontade que temos de ouvir Bach, Ravel ou Boulez, não utilizamos o mesmo critério que preside às escolhas possíveis, caso nos interroguemos acerca do desejo de ouvirmos violino, órgão ou piano. O *critério de categorização* não é o mesmo (compositor ou instrumento). Não acentuamos o mesmo aspecto da realidade. Por outro lado, o critério que empregamos é mais ou menos adaptado à realidade que se nos oferece. É possível que os nossos dois desejos convirjam e venham precisar a escolha por nós feita (um determinado instrumento e um determinado compositor). De igual modo, em análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias *dimensões* de análise.

Classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles. É possível, contudo, que outros critérios insistam noutros aspectos de analogia, talvez modificando consideralmente a repartição anterior.

A categorização, é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas:

- O *inventário*: isolar os elementos.
- A *classificação:* repartir os elementos, e portanto procurar ou impôr uma certa organização às mensagens.

A categorização é quotidiana na nossa vida: os jogos radiofónicos baseiam-se inteiramente na capacidade em produzir com rapidez numerosos elementos desta ou daquela categoria (descobrir em trinta segundos dez cidades começadas por uma determinada letra do alfabeto, cada uma das quais com 50 a 100 mil habitantes: cruzam-se aqui dois critérios). Desde a escola pré-primária que as crianças aprendem a recortar, classificar e ordenar, atra-

vés de exercícios simples. O processo classificatório possui uma importância considerável em toda e qualquer actividade científica.

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as inferências finais são, no entanto, efectuadas a partir do material reconstruído. Supõe-se portanto, que a decomposição — reconstrução, desempenha uma determinada função na indicação de correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente. A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. Isto talvez seja abusar da confiança que se pode ter no bom funcionamento deste delicado instrumento. É preferível estar-se consciente do que se passa quando da efectuação de uma operação de tal modo habitual que parece anódina.

Um bom analista será, talvez, em primeiro lugar, alguém cuja capacidade de categorizar — e de categorizar em função de um material sempre renovado e de teorias evolutivas — está desenvolvida.

A categorização pode empregar dois processos inversos:

- É fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados. Este é o procedimento por «caixas» de que já falámos, aplicável no caso da organização do material decorrer directamente dos funcionamentos teóricos hipotéticos.
- O sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por «milha». O título conceptual de cada categoria, somente é definido no final da operação.

Geralmente as categorias terminais provêm do reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca.

Existem boas e más categorias. Um conjunto de categorias boas, deve possuir as seguintes qualidades:

• *A exclusão mútua:* Esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. As categorias deveriam ser construídas de tal maneira, que um elemento não pudesse ter dois ou vários aspectos susceptíveis de fazerem com que fosse classificado em duas ou mais categorias. Em certos casos, pode pôr-se em causa esta regra, com a condição de se adaptar o código de maneira a que não existam ambiguidades no momento dos cálculos (multicodificação).

• *A homogeneidade:* O princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um registo e com uma dimensão da análise. Diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas. No exemplo — citado nesta obra — de análise da simbólica do automóvel, a categorização «objectos de referência» só se cruza após a categorização «tipo de relação».

• *A pertinência:* Uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido. Na pertinência (*pertinens:* que diz respeito a, relativo a...) há uma ideia de adequação óptima. O sistema de categorias deve reflectir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens.

• *A objectividade e a fidelidade:* Estes princípios, tidos como muito importantes no início da história da análise de conteúdo, continuam a ser válidos. As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. As distorções devidas à subjectividade dos codificadores e à variação dos juízos não se produzem se a escolha e a definição das categorias forem bem estabelecidas. O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria.

• *A produtividade:* Adicionaremos às condições geralmente invocadas, uma qualidade muito pragmática. Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados

férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos.

2. EXEMPLOS DE CONJUNTOS CATEGORIAIS

Se na maioria dos casos se torna necessário criar uma grelha de categorias para cada nova análise, os estudos anteriores são susceptíveis de inspirar o analista. É por este motivo que vamos citar alguns exemplos de conjuntos categoriais, já utilizados.

a) *A análise dos valores*

Exemplo 1:

White especializou-se logo após a Segunda Guerra Mundial, na análise de valores. Analisa, em primeiro lugar, a autobiografia de Richard Wright, *Black Boy* (1947); seguidamente analisa o estilo de propaganda de Hitler e Roosevelt (1949) e, mais tarde, os discursos de Kennedy e de Khroutchev (1967). Propomos uma das suas grelhas de análise (10).

A / *Valores fisiológicos.*
1. Alimentação.
2. Sexo.
3. Repouso.
4. Saúde.
5. Segurança.
6. Conforto.

B / *Valores sociais.*
1. Amor sexual.
2. Amor familiar.
3. Amizade.

C / *Valores relativos ao Ego.*
1. Independência.
2. Cumprimento.
3. Reconhecimento.
4. Amor-próprio.
5. Dominação.
6. Agressão.

D / *Valores que exprimem o medo (segurança emocional).*

E / *Valores de jogo e de alegria.*
1. Experiência nova.
2. Excitação, emoção.
3. Beleza.
4. Humor.
5. Auto-expressão criativa.

F / *Valores práticos.*
1. Sentido prático.
2. Possessão.
3. Trabalho.

G / *Valores cognitivos.*
1. Conhecimento.

H / *Diversos.*
1. Felicidade.
2. Valor em geral.

(10) R. K. White, *Value-analisis: the nature and use of the method*, Glen Gardiner, N. J., Libertarian Press, 1951. Citado por Holsti, *op. cit.*

Exemplo 2:

V. Isambert-Jamati (11) mostrou a evolução dos valores pregados pela instituição escolar entre 1860 e 1965, a partir da análise de uma amostra de discursos de distribuição de prémios; proferidos por vários oradores directa ou indirectamente implicados no ensino secundário, produzidos regularmente durante este período e de fácil acesso, estes discursos de distribuição de prémios serviram de material de base para todo um estudo sobre a «moral de referência» da Escola, acerca dos fins — e dos meios para se atingirem esses fins — visados pela instituição escolar e ainda sobre os objectos de conhecimento intelectual a promover, etc.

Um conjunto de cinco categorias e de sub-categorias, serviu de base à análise.

— *As mudanças que o ensino das disciplinas escolares devem produzir nos alunos:*

- Participação nos valores supremos.
- Aperfeiçoamento individual procurado pelo próprio aluno.
- Exercício de mecanismos operatórios.

— *Os objectos a conhecer:*

- Os homens do passado e as suas obras.
- Os homens contemporâneos.
- A natureza humana e universal.
- A natureza.

— *Os objectos da educação moral:*

- Lealdade em relação à Universidade nacional e laica.
- Lealdade em relação ao estabelecimento.
- Exílio do mundo, como condição vantajosa para a educação.
- Valor educativo da disciplina.
- Acção dos pares na formação do carácter.
- Tomada em consideração das diferenças individuais entre os alunos.
- Utilização das tendências lúdicas.
- Exemplo moral dos professores.
- Ascendente voluntário dos professores.

— *A definição institucional:*

- É bom que a definição central do ensino secundário mude, para que se adapte às mudanças sociais.
- A escolaridade de nível secundário deve ser longa.
- O ensino secundário deve bastar aos alunos, sem que seja necessário a estes, continuarem os estudos.
- Os liceus não devem servir para preparar o futuro profissional dos alunos.
- O público visado é a élite social.

— *Os valores de referência:*

- Moral individual de perfeição ou de imperativo categórico.
- Moral individual de tendência hedonista, ou de tipo «higiene mental».

---

(11) Isambert-Jamati, *Crises de la societé, crises de l'enseignement*, P. U. F., 1970.

- Moral individual de solidariedade.
- Exortação ao trabalho.
- Exaltação do progresso.
- Exaltação da juventude.
- Exaltação da família.
- Exaltação da pátria.
- Exaltação da paz e da compreensão internacional.

A conclusão final deste estudo, demonstra que as mudanças da sociedade francesa se repercutem nos objectivos que os sistemas de ensino propõem e que as crises da sociedade e as do ensino aparecem sincronizadas. Os objectivos da instituição escolar evoluem. Deste modo, é possível dividir os períodos segundo os valores dominantes:

1) 1860-1870 : Valores supremos e integração na élite.
2) 1876-1885 : Integração na élite e transformação do mundo.
3) 1896-1905 : Transformação do mundo e entusiasmo laico.
4) 1906-1930 : Gratuitidade da cultura.
5) 1931-1940 : Aprender a aprender.
6) 1946-1960 : O ensino secundário defende-se: retorno ao esteticismo.
7) 1961-1965 : Crises dos objectivos ([12]).

Sob o ponto de vista técnico, as análises foram essencialmente temáticas, mas sempre afinadas por tais precauções, que a ponderação dos temas, a divisão em temas principais e secundários, a abordagem avaliativa (texto favorável, texto neutro) e a utilização de relações de género «coeficiente de dominância».

b) *A análise dos fins e dos meios*

Exemplo 1:

Trata-se de uma análise dos objectivos afectivos e objectivos racionais efectuada por R. Berelson e P. Y. Salter, acerca das revistas populares de ficção ([13]). Foram utilizados dois sistemas de categorias.

A / *Intenções do «coração».*

1. Amor romântico.
2. Casamento estabelecido.
3. Idealismo.
4. Afeição e segurança emocional.
5. Patriotismo.
6. Aventura.
7. Justiça.
8. Independência.

B / *Intenções da «cabeça».*

1. Solução de problemas concretos.
2. Progresso pessoal.
3. Dinheiro e bens materiais.
4. Segurança económica e social.
5. Poder e dominação.

([12]) ... e a seguir vem o Maio de 1968!

([13]) B. Berelson e P. J. Salter, «Majority and minority Americans: an analysis of magazine fiction», *Publ. Opin. Quart.*, 1946.

Exemplo 2:

Este estudo analisa as finalidades e possibilidades de êxito oferecidas às crianças nos programas televisivos, relacionando estas com os meios preconizados (14).

A / *Categorias das finalidades.*

1. Propriedade (êxito material).
2. Auto-preservação (desejo de *statu quo,* inclusive).
3. Afeição.
4. Sentimento.
5. Poder e prestígio,
6. Objectivos psicológicos (inclusive violência e educação).
7. Outros.

B / *Categorias dos métodos:*

1. Legais.
2. Não legais (sem feridas nem estragos).
3. Económicas.
4. Violência.
5. Organização, negociação e compromisso.
6. Evasão, fuga (tentativa de evitar os factos inerentes à realização do objectivo, esquecimento da finalidade, etc.).
7. Acaso.
8. Outras.

c) *A análise da interacção*

Exemplo:

A análise da interacção por sequências nas entrevistas terapêuticas, foi estudada segundo as reacções de aproximação/evitamento do terapeuta, em relação às expressões de hostilidade do paciente(15). A sequência da interacção era do tipo:

enunciado exprimindo a hostilidade do paciente → resposta do terapeuta → enunciado imediato do paciente.

Foram utilizadas as seguintes categorias:

A / *Paciente.*

1. *Hostilidade:* toda e qualquer expressão de aversão, ressentimento, cólera, antagonismo, oposição ou de atitude crítica.
2. *Referente:*

a / Cônjuge.
b / Criança.
c / Pais.
d / Ego.
e / Terapeuta.
f / Outra pessoa ou objecto.

---

(14) O. N. Larson, L. N. Gray e J. G. Fortis, «Goals and goal-achievement methods in television content: model for anomie?» em *Social Inquiry*, 33, 1963.

(15) A. Bandura, D. H. Lipsher e Paula E. Miller, «Psychoterapists' approach-avoidance reactions to patients' expressions of hostility», *J. Consul Psychol.*, 1960, 24.

B / *Terapeuta.*

1. *Reacções de aproximação:* respostas concebidas para provocarem outras expressões de sentimentos, atitudes e comportamentos hostis:

   a / Aprovação.
   b / Exploração.
   c / Incitação.
   d / Resposta-reflexo.
   e / Designação.

2. *Reacções de evitamento:* Respostas concebidas para inibir, desencorajar ou suscitar uma diversão em relação às expressões de hostilidade.
3. *Não classificado.*

d) *A análise de um estado psicológico.*

Exemplo ([16]):

O grau de *ansiedade* do locutor, foi avaliada com base numa dupla grelha (tipo de ansiedade/atingindo... ou vivido por), sendo todos os elementos ponderados em função da intensidade que o sujeito revelou:

Tipo de ansiedade	*Atingindo ou vivido por*			
	Próprio	*Outros animados*	*Objectos inanimados*	*Denegação Recusa*
Morte	3 *	2	1	1
Ansiedade de mutilação	3	2	1	1
Ansiedade de separação	3	2	1	1
Ansiedade de culpabilização	3	2		1
Ansiedade de vergonha	3	2		1
Ansiedade difusa ou não específica	3	2		1

* Os algarismos indicam o peso com que cada categoria é afectada.

e) *A análise de imprensa.*

Exemplo:

A análise da viagem de Khroutchev a França foi efectuada por V. Morin ([17]), com base em sete jornais quotidianos parisienses e nove semanários. Os textos analisados foram divididos em 8532 «unidades

([16]) Gleser, C. Goldine, L. A. Gottschalk e Kayla J. Springer, «An anxiety scale applicable to verbal samples», *Arch. Gen. Psychiat.*, 1961, 5.

([17]) V. Morin, *L'écriture de presse,* Paris, Mouton, 1966.

de informação» e reagrupados em 69 categorias. As unidades de informação foram caracterizadas por um índice de frequência, um índice de politização absoluta e relativa, um índice de orientação absoluta e relativa e um índice de compromisso. As 69 categorias foram reagrupadas em seis grandes temas:

1.º tema: A volta a França (o programa, o ambiente, o acolhimento provincial, etc.).
2.º tema: Khroutchev-De Gaulle (Khroutchev feliz, Khroutchev o homem, Khroutchev comunista, etc.).
3.º tema: Problemas políticos (o desarmamento e a paz, os partidos e os sindicatos franceses, etc.).
4.º tema: Khroutchev (Nina, os jornalistas, políticos e economistas, etc.).
5.º tema: Afinidades «naturais» dos dois países (a amizade franco-russa, a URSS volta-se para a França, etc.).
6.º tema: Os ócios (a gastronomia, os presentes, os castelos, etc.).

3. OS INDEX PARA ORDENADORES

Para os analistas, o ideal seria não ser preciso reinventar uma grelha de categorias para cada material e cada objectivo de análise. Contudo, isso não é possível a não ser para materiais muito similares e para um objectivo idêntico (por exemplo, a comparação de dois ou mais grupos de documentos, de dois ou mais locutores). A comparação de textos submetidos a um mesmo conjunto de categorias, permite a interpretação dos resultados obtidos de maneira relativa. Os resultados adequiridos desempenham, além disso, a função de *normas* de referência. Por exemplo, Hall ([18]) apercebeu-se de que na Nova Guiné o conteúdo dos sonhos apresenta mais casos de «má sorte» que de «boa sorte». Terá a tribo estudada, uma visão pessimista da vida? Não especialmente, se soubermos que no mundo inteiro o infortúnio é maioritário nos sonhos.

No entanto, um campo de análise por um lado e um programa técnico por outro, dão origem a grelhas categoriais fixas. É o caso do domínio dos testes projectivos e do tratamento analítico por ordenador.

Com efeito, a maioria dos testes projectivos segregaram, conjuntamente com a teoria subjacente, um ou vários sistemas categoriais de análise, aplicáveis a um qual-

([18]) C. Hall, «Content analysis of dreams: categories, units and norms», em G. Gerbner, *The analysis of communication content*, op. cit.

quer protocolo: TAT, Rorschach, Teste da Aldeia e a grafologia, baseiam-se em categorizações estabelecidas com uma relativa fatalidade ([19]).

A utilização do ordenador em análise de conteúdo conduziu os investigadores à tentativa de construir grelhas de análise, susceptíveis de funcionar com vários tipos de materiais. Na realidade, a construção de um *index* (ou dicionário), uma vez que necessita de um grande investimento, torna desejável que tal index seja suficientemente geral e flexível, de modo a que possa servir várias vezes.

É assim que o primeiro sistema de programas de ordenadores para a análise de conteúdo, o General Inquirer ([20]), elaborou ao mesmo tempo:

— index correspondentes a um projecto específico (hipótese precisas) e dados particulares;
— index gerais (número elevado de categorias), utilizáveis em diversos estudos exploratórios e em dados textuais variados.

O *index,* ou dicionário, é um sistema de análise categorial adaptado ao tratamento automático. A sua concepção está mais próxima de um *Thesaurus* (dicionário analógico reunindo sob títulos conceptuais palavras com significação semelhante) do que de um dicionário vulgar (que fornece definições ou descrições do sentido das palavras; exemplo: o *Littré*). Num index, a classificação das palavras faz-se ao nível de *conceitos chave* ou *títulos conceptuais* ([21]). Cada um dos conceitos chave reúne um certo número de unidades de significação (palavras, fórmulas, frases) e representa uma variável da teoria do analista. Os conceitos chave são, portanto, intermediários entre a teoria (construída) e os dados verbais (brutos).

([19]) Lamentemos de passagem a falta de comunicação entre a psicologia clínica e a psicologia social. Os investigadores e os praticantes destas duas disciplinas teriam muito que aprender neste assunto. Os primeiros por fazerem análise de conteúdo sem o saberem (testes projectivos), ou por ignorarem o interesse desta técnica. Os segundos, porque a preocupação de rigor metodológico os leva a desprezar as contribuições da atitude clínica.

([20]) P. J. Stone, D. C. Dunphy, M. S. Smith, D. M. Ogilvie, *The General Inquirer: a Computer Approach to Content Analysis,* The MIT Press, 1966.

([21]) Em Inglês «tag», que significa «laço», «amarra» e «*cliché*/ /verbal».

Por exemplo, ao conceito de «auto-imagem», corresponde o conceito chave ou categoria «si», o qual agrupa dados verbais localizados no texto: «eu», «me», «o meu», «a minha», «eu próprio».

O index compreende, geralmente, dois sistemas de entrada:

— um index categorial: entrada pelos conceitos chave, com lista das palavras classificadas para cada um deles;
— um index alfabético: lista alfabética das palavras e retorno aos conceitos chave.

O index apresenta uma certa flexibilidade, visto que está prevista uma «lista de espera» (*left over list*), em que as palavras do texto que não se encontram nesse index, podem ser registadas e, eventualmente, acrescentadas em seguida.

O *General Inquirer* compreendia em 1966 dezassete index.

A vantagem deste conjunto de programas reside no facto de se poderem utilizar diferentes index para o mesmo material. Citemos alguns destes index.

— *O Harvard Third Psychosociological Dictionary:* Este index psico-sociológico (segunda edição), pode registar 3564 entradas e classificá-las nos oitenta e três conceitos chave (a maioria destes conceitos chave reúne um mínimo de vinte palavras). A sua característica é a de comportar conceitos chave de primeiro nível e de segundo nível. Os de primeiro nível (55), registam as palavras do texto segundo o seu sentido mais coerente e manifesto. Os de segundo nível (28) completam a informação, considerando as significações conotativas das palavras. A este nível, o sentido da palavra pode ser definido por um ou vários destes conceitos chave (multicodificação). Por exemplo, a palavra *professor* será definida pelo seu contexto institucional, pela sua conotação de posição social e por uma característica psicológica (ou seja: função profissional, estatuto superior, contexto académico).

Os cinquenta e cinco conceitos chave do primeiro nível, podem ser reagrupados em treze rubricas e três domínios (processos, objectos, atributos):

OBJECTOS

(Área social). *Pessoas:* Eu, Nós, Outrem.
Papéis: Papel masculino, papel feminino, papel neutro, papel profissional.
Colectividades: Pequeno grupo, grupo alargado.

(Área cultural). *Objectos culturais:* Alimentação, Indumentárias, Instrumentos.
Localização social: Lugar social.
Modelos culturais: Valor Ideal, Valor Desviante, Mensagem, Norma-Acção, Pensamento, Objecto Não Específico.

(Área natural). Parte do Corpo, Objecto Natural, Mundo Natural.

PROCESSOS

(Processos psicológicos). *Emoções:* Excitação, Impulso, Afecto, Cólera, Prazer, Desespero.
Pensamento: Sentido, Pensamento, Condição, Igualdade, Negação, Causa.
Avaliação: Bem, Mau, Dever.

(Processos comportamentais). *Acções sócio-emocionais:* Aproximação, Guia, Controlo, Ataque, Evitamento, Seguir, Comunicar.
Acções instrumentais: Tentativa, Trabalho, Movimento, Obtenção, Posse, Expulsão.

ATRIBUTOS

Referência temporal, Referência espacial, Referência quantitativa e Referência qualitativa.

Os conceitos chave de segunda ordem, são de três espécies:

Contexto institucional: Académico, Artístico, Comunitário, Económico, Familiar, Legal, Médico, Militar, Político, Distrativo, Religioso, Tecnológico.
Conotações de estatuto: Estatuto Superior, Estatuto Igual, Estatuto Inferior.

Temas psicológicos:

a) Exagero, Subestima.
b) Significação de Força, Significação de Fraqueza.
c) Aceitação, Rejeição.
d) Tema Masculino, Tema Feminino, Tema Sexual.

e) Tema de Nobreza.
f) Tema de Autoridade.
g) Tema de Perigo, Tema de Morte.

Este index psico-sociológico foi aplicado a materiais e com objectivos variados. Paige utilizou-o para retomar a análise das cartas de Jenny, numa abordagem clínica da estrutura da personalidade ([22]). Dunphy, utilizou-a para observar a mudança social, nos pequenos grupos de auto-análise. Smith, Stone e Glenn analisaram comparativamente vinte discursos de nomeação presidencial ([22]). O problema das características das cartas de suicídios autênticos e simulados, foi retomado por Ogilvie, Stone e Schneidman ([22]), etc.

— *O Stanford Political Dictionary* (O. R. Holsti): Este index foi elaborado para a análise dos documentos *políticos*. Apoia-se no diferenciador de Osgood e pode registar perto de 4000 palavras, segundo três ou quatro dimensões positivas ou negativas, ou seja, seis ou oito conceitos chave.

Eis a lista dos conceitos chave e alguns exemplos de palavras:

Conceitos chave	*Número de palavras*	*Exemplos de palavras*
Afectivo positivo	977	Mútuo, natural, normal, puro.
Afectivo negativo	1 513	Escândalo, profano, recusar, repugnante.
Força	1 391	Aço, pedra, espada, duro.
Fraqueza	579	Fraco, ignorante, debaixo.
Actividade	1 218	Reacção, reino, contacto, viagem.
Passividade	722	Imutável, espera.
Sobre-estima *(overstate)*	128	Absolutamente, exactamente, sempre.
Subestima *(understate)*	50	Se bem que, aparentemente, aproximadamente.
Negação *(not)*	6	Diferente, nem um nem outro.

Holsti utilizou este índice para estudar hipóteses relativas à tomada de decisão, numa situação de crise internacional (por exemplo, a «crise cubana», em 1962), ou para analisar o conflito entre o Leste e o Oeste e as relações sino-soviéticas; Choucri, serviu-se deste index para estudar as componentes da atitude de «não alinhamento» (neutralidade política) dos Estados Africanos e Asiáticos.

([22]) *The General Inquirer, op. cit.*

— *O Need Achievement Dictionary* (D. Ogilvie, L. Woodhead): ao contrário dos precedentes, este index é muito mais específico. Inicialmente foi concebido para estudar a concepção da «auto-realização» (necessidade de sucesso), nos protocolos dos testes projectivos. Comporta 1200 palavras, entre as quais trinta são fórmulas idiomáticas reunidas em vinte e cinco conceitos chave (Necessidade, Ser, Competição, Verbo Positivo, Advérbio Positivo, Adjectivo Positivo, Valor Positivo, Papel Positivo, Bloqueamento, Sucesso, Fracasso, Afecto Positivo, Afecto Negativo, Tempo, etc.). A codificação é guiada por regras precisas, em função da combinação das palavras numa frase. Cada frase é codificada, sendo seguidamente definido o conjunto do protocolo: representação do sucesso (RS), realização única (RU), representação incerta do sucesso, representação incoerente, etc.

Citemos, finalmente, um exemplo de codificação [22] de uma determinada história, contendo uma representação de sucesso (RS).

Frase 1	
Um estudante *está a sonhar* que se *tornou* um *grande inventor*.	Necessidade, Ser, Adjectivo Positivo, Papel Positivo → Frase Global = RS.
Frase 2	
Depois de *anos* de *trabalho*, chega o momento crucial.	Tempo, Verbo Positivo, Advérbio, Positivo → Frase Global = RU.
Frase 3	
Ele *espera* que *tudo corra bem*.	Necessidade, Verbo Positivo, Advérbio Positivo → Frase Global = RS.
Frase 4	
Mas a *experiência* vai *falhar*.	Valor Positivo, Fracasso → Frase Global = RT.
Frase 5	
Descontente, mas ainda *confiante*, ele vai modificar os seus procedimentos e tentar tudo de novo.	Afecto Negativo, Valor Positivo → Frase Global = RS.

Resumo: este documento contém uma representação de sucesso.

— Foram construídos outros index, no quadro do *General Inquirer*. Citaremos:

— *O Santa Fé Third Anthropological Dictionary* (Colby): de alcance geral, este dicionário foi concebido para a comparação transcultural dos contos populares e dos protocolos de testes projectivos.

— O *Simulmatics Dictionary* (Stone e Dunphy): este dicionário diz respeito à análise de produtos e de imagens de marca.

— O *Who Am I Dictionary* (McLaughlin): este dicionário pode ser utilizado na análise das respostas à pergunta aberta «quem sou eu».

— O *Davis Alcohol Dictionary* (Davis): foi construído para testar hipóteses relativas às relações temáticas de uma amostra mundial de contos populares e do consumo de álcool, segundo a cultura.

A construção de index para o ordenador tem obrigado a fazer-se, como diz Holsti, a ligação entre a formulação teórica e os mecanismos da análise. A elaboração das categorias, vê aumentar o seu rigor: preceitos rigorosos de «rotulação» das palavras (títulos conceptuais), definição unívoca das categorias e definição precisa das fronteiras entre conceitos e a lógica interna do processo de investigação.

IV

A INFERÊNCIA

Sobre o que é que pode incidir este tipo de interpretação controlada, que é, na análise de conteúdo, a inferência? Vamos abordar o assunto teoricamente (possíveis pólos de atracção) e seguidamente de maneira realista, com exemplos actuais de inferência.

1. PÓLOS DA ANÁLISE

A análise de conteúdo fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma mensagem, seja este linguísta, psicólogo, sociólogo, crítico literário, hitoriador, exegeta religioso ou leitor profano desejando distanciar-se da sua leitura «aderente», para saber mais sobre esse texto.

Mas a que corresponderá este «saber mais»?

Sobre o quê e sobre quem e (também porquê), se poderá centrar a análise de conteúdo? Por outras palavras, quais serão os seus pólos de atracção?

Teoricamente, pode reenviar ou apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunição: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor, enquanto pólos de inferência propriamente ditos.

a) *O emissor,* ou produtor de mensagem. — Podem ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos emissores. Neste caso, insiste-se na função expressiva ou represen-

tativa da comunicação. Com efeito, pode avançar-se a hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor.

Por exemplo, a análise de um monólogo de um paciente num tratamento psicanalítico, remete para a personalidade deste, para a sua história pessoal, para os seus sintomas neuróticos e para a sua evolução (cf. análise diacrónica de conteúdo), visando uma melhor adaptação deste ao mundo, etc. A análise dos textos poéticos de Baudelaire, informa o leitor que procura penetrar no seu universo pessoal, acerca dos seus desejos e das suas angústias, da sua vida e dos seus tormentos... A análise do discurso político, fornece dados sobre o orador, etc.

b) *O receptor:* o receptor pode ser um indivíduo, um grupo (restrito ou alargado) de indivíduos, ou uma massa de indivíduos.

Nesta óptica, insiste-se no facto da mensagem se dirigir a este indivíduo (ou conjunto de indivíduos), com a finalidade de agir (função instrumental da comunicação) ou de adaptar-se a ele (ou a eles). Por consequência, o estudo da mensagem poderá fornecer informações relativas ao receptor ou ao público.

Deste modo, um romance de Balzac informa-nos acerca deste autor, assim como acerca dos leitores de Balzac. Os discursos de distribuição de prémios, esclarecem-nos, no decorrer dos anos, sobre os oradores, as instituições que os englobam, mas também acerca dos alunos dos liceus a quem se dirigiam estes discursos. Por seu lado, as mensagens publicitárias dão indicações, quer sobre os publicistas, quer (acima de tudo) sobre os consumidores, visto que estas mensagens tentam cercar um «alvo», a fim de melhor agir sobre ele.

c) *A mensagem.* — Qualquer análise de conteúdo, passa pela análise da própria mensagem. Esta constitui o material, o ponto de partida e o indicador sem o qual a análise não seria possível!

De facto, existem duas possibilidades, correspondentes a dois níveis de análise: o continente e o conteúdo; ou ainda os significantes e os significados; ou ainda o código e a significação... com uma possível passagem de informações entre os dois planos ([23]):

([23]) Note-se que, para atingir o conteúdo, é necessário passar pelo continente, o que significa que qualquer significação é veiculada por um significante ou por um conjunto de significantes, e que qualquer mensagem se exerce através de um código. Existem, no entanto, graduações nesta passagem do significante ao significado:

• *O código:* servimo-nos do código como de um *indicador* capaz de revelar realidades subjacentes.

Perguntar-nos-emos, por exemplo, a um nível puramente formal e descritivo: qual é o arsenal das palavras utilizadas por Balzac? Como varia o comprimento das frases, nos discursos políticos? Quais serão as figuras de retórica utilizadas pelo discurso publicitário? Quais as leis do código do vestuário? Serão os objectos quotidianos significantes, ligados termo a termo a significados, ou será que a significação apenas surge na combinatória destes objectos-sinal?

As questões precedentes, uma vez resolvidas, devem ser, no entanto, seguidas de outras interrogações: o que é que o vocabulário de Balzac, nos revela sobre o autor ou sobre os leitores? Em que medida é que o comprimento das frases de um discurso político, nos informa sobre a segurança do orador? Qual será a presumível acção sedutora da retórica publicitária, sobre os consumidores visados? Quem diz o quê e a quem — e com que grau de consciência da mensagem, enquanto mensagem emitida e recebida — pelo vestuário? Quais serão os objectos-sinal, ou conjuntos de objectos-sinal, que exprimem uma determinada classe social, sendo decifrados por uma outra classe?

• *A significação:* A passagem sistematizada pelo estudo formal do código, não é sempre indispensável. A análise de conteúdo, pode realizar-se a partir das significações que a mensagem fornece.

Que temas estão presentes nos discursos de distribuição de prémios? Quais são os assuntos abordados por um paciente, durante a cena psicanalítica? Quais os conteúdos do discurso publicitário? De que modo se sucedem os temas, nas diversas sequências de um relato?

Isto pode já ser interessante, mas, muitas vezes, os conteúdos encontrados encontram-se ligados a outra coisa, ou seja, aos códigos que contêm, suportam e estruturam estas significação (cf. supra), ou então, às significações «segundas» que estas significações primeiras escondem

---

• passagem imediata da leitura normal;
• passagem controlada da análise temática para a análise de conteúdo;
• passagem sistemática, sempre que nos servimos de uma análise formal para atingirmos outras informações, a partir das características do próprio código, como é o caso da análise de conteúdo a partir da análise do «continente».

e que a análise, contudo, procura extrair: mitos, símbolos e valores, todos estes sentidos segundos que se movem com descrição e experiência sob o sentido primeiro.

Quais serão os sistemas de valores e as instituições contidas na temática dos discursos de distribuição de prémios? Que realidades inconscientes e recalcadas esconde o discurso falsificado do paciente, no divã psicanalítico Que valores e que ídolos veiculam, apesar de tudo, as mensagens publicitárias? A que mitologia universal reenvia a temática cronológica de uma narrativa.

d) *O medium.* — Quer dizer, o canal, o instrumento, o objecto técnico, o suporte material do código.

Mas este género de estudo, deve servir-se mais dos *procedimentos experimentais,* do que das análises de conteúdo.

Exemplos: em que é que a introdução de um aparelho de televisão modifica, a curto termo, a estrutura familiar — independentemente dos programas que seria necessário neutralizar ou controlar, enquanto variável parasita? Como é que informações idênticas serão diferentemente decifradas e assimiladas por crianças, no caso de serem veiculadas pelo *medium* TV, ou pelo *medium* professora primária? De que modo serão codificadas e descodificadas pelos locutores, as mesmas mensagens transmitidas por carta ou pelo telefone? De que maneira o uso do telefone (a sua introdução brusca numa aldeia ou num grupo social) irá modificar o conteúdo das comunicações e transformar as relações e as estruturas sociais (quantitativamente, qualitativamente, etc.)?

2. PROCESSOS E VARIAVEIS DE INFERÊNCIA

Nas sessões de dinâmica de grupo, a maneira como os cinzeiros se enchem é, geralmente, um bom índice da ansiedade dos participantes! Um índice, na teoria semiológica, difere do sinal porque, tal como este, não é produzido voluntariamente.

Como Hosti ([24]) afirma, «a intenção de qualquer investigação, é de produzir inferências válidas», a partir

([24]) O. R. Holsti, Introdução à segunda parte de G. Gerbner (ed.) *The analysis of communication content: developments in scientific theories and computer techniques»,* Nova Iorque, Wiley.

dos dados, ou, como faz notar Namenwirth ([25]), a inferência não passa de um termo elegante, efeito de moda, para designar a indução, a partir dos factos. Este autor acrescenta:

«É relativamente simples inferirem-se do conteúdo as predisposições causais do locutor — atitudes, valores, móbiles, etc. — mas é difícil preverem-se as comunicações engendradas por estes factores causais, a partir do seu conhecimento.»

Por outras palavras, a análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora o inverso, predizer os efeitos a partir de factores conhecidos, ainda esteja ao alcance das nossas capacidades.

Os indicadores e inferências são, ou podem ser — como vimos — de natureza muito diversa. Por exemplo ([26]), nos grupos de encontro, a identificação dos membros do grupo (variável inferida procurada) pode manifestar-se pelo quociente entre palavras da categoria «Nós» (nós, eles, nosso, nós próprios) e palavras da categoria «Ego» (eu, me, meu, eu próprio, o meu). Pode demonstrar-se que o quociente léxico (variável de inferência ou indicador) aumenta significativamente com o suceder das sessões do grupo.

Esta escolha supõe uma relação entre o mecanismo psicológico e uma manifestação verbal. Será que esta relação, cuja validade talvez se baseie neste caso específico, é generalizável? No estado actual dos conhecimentos, a inferência faz-se, habitualmente, caso por caso, à falta de leis exactas referentes às ligações habituais entre a existência de certas variáveis do emissor (ou do receptor) e as variáveis textuais. Assim, Osgood ([27]) faz a distinção entre:

- inferências específicas: por exemplo, quando se procura responder à pergunta «será que o país A, tem intenções de atacar o país B?»

([25]) J. Z. Namenwirth, «Computer analysis concern with Wealth in 62 party platforms», em G. Gerbner, O. R. Holsti, K. Krippendorff, W. J. Plaisley e P. J. Stone (edit.), *op. cit.*

([26]) Citado no *The General Inquirer, op. cit.*

([27]) C. E. Osgood, «The representational model and relevant research methods», em I. de Sola Pool, *op. cit.*

- inferências gerais: por exemplo, quando se pretende saber se existe uma lei relacional tal, que o aumento do nível pulsional do locutor seja acompanhado pela simplificação e normalização das suas escolhas semânticas e estruturais.

Para estabelecer algumas destas leis, seria necessário levar a cabo um recenseamento ao longo das análises de conteúdo já realizadas:

- os índices utilizados;
- as inferências efectuadas;
- as situações de comunicação.

Por outras palavras, trata-se de realizar uma análise de conteúdo sobre a análise de conteúdo!

Contentar-nos-emos aqui em citar alguns tipos de inferências possíveis ([28]). Para Osgood ([29]), as variáveis inferidas podem ser, por exemplo: a inteligência, a facilidade de comunicação, a origem racial, a ansiedade, a agressividade, a estrutura associativa, as atitudes e valores, os mobiles, os hábitos linguísticos do emissor (ou, eventualmente, do receptor). Estas inferências podem ser obtidas a partir de um ou vários de entre os seguintes índices: unidades léxicas, co-ocorrências léxicas, estruturas sintáticas, características formais diversas, pausas, erros, expressões gestuais ou posturas. Holsti, por seu lado ([30]), cita os seguintes exemplos inferênciais:

- *Os antecedentes da comunicação:*

— Assegurar a inteligência militar e política.

Por exemplo: as investigações sobre a propaganda inimiga, durante a guerra, ou a observação das grandes potências e do equilíbrio internacional actualmente, etc.

— Analisar as características psicológicas dos indivíduos.

Por exemplo: a estrutura da personalidade de um indivíduo, a evolução de uma doença mental, a coerência intelectual ou ideológica, a reacção a uma frustração ou a um

([28]) A parte seguinte, «Técnicas», propõe exemplos de índices utilizáveis, através de vários procedimentos.

([29]) C. E. Osgood, *ibid.*

([30]) O. R. Holsti, *Content analysis for the social sciences and humanities*, Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

perigo, a adesão a um sistema de crenças, a lógica de raciocínio de um político ([31]), o diagnóstico psiquiátrico, a taxa de hostilidade, de ansiedade, de «defesa» de uma pessoa numa dada situação, as tomadas de decisão política, etc.

— Observar aspectos ou mudanças culturais.

Por exemplo: a influência socioeconómica sobre os problemas científicos abordados numa dada época, o desejo de êxito individual em diferentes contextos culturais, a tendência da sociedade americana de passar de uma ética protestante individual, para uma ética social, a imagem da socialização na comunicação de massas, etc.

• *As provas de legalidade e de autenticidade:* Por exemplo: as intenções criminosas ou de subversão política de certos redactores ou editores, a infracção literária, a autencidade de uma obra.

• *Os resultados da comunição:* Por exemplo: os factores da exposição selectiva das mensagens, devido às atitudes pré-existentes, ao papel dos grupos de pertença, à credibilidade do locutor, à incidência persuasiva de uma mensagem, à medida de lisibilidade, à evolução do fluxo de comunicação, à assimilação simbólica dos receptores, à difusão de uma teoria científica (exemplo: Freud e a Psicanálise).

Neste último domínio, parece no entanto difícil obter-se uma inferência válida, sem se recorrer a dados complementares obtidos por outras técnicas de investigação, além da análise de conteúdo.

Enfim, apresentamos em seguida extractos de uma nomenclatura de análise recentemente publicadas (1972-1973-1974), resultantes de um trabalho bibliográfico que efectuámos a fim de conhecermos a evolução recente da análise de conteúdo e dos seus domínios. Os exemplos citados, dizem respeito ao campo da sociologia e daremos breves indicações sobre os objectivos de inferência, sobre os materiais utilizados, sobre os autores do estudo, e, eventualmente, forneceremos informações teóricas ou metodológicas características ([32]).

([31]) Cf., por exemplo, o estudo comparativo de Kennedy, Nixon e Khroutchev.

([32]) As referências podem ser encontradas no *Bulletin Signalétique (Sociologie)* do CNRS.

A análise de conteúdo sociológico
Alguns exemplos recentes de objectivo inferencial

Variáveis de inferência	*Material analisado*	*Autores e ano de aparição do estudo*	*Hipóteses e/ou interpretações*
Necessidades e *ideologia* de uma sociedade	Pequenos anúncios	Fages J. B. 1972	Hierarquia dos signos de reconhecimento, código do 'standing'
Imagem e *clichés* da Alemanha pela França	Emissões televisivas (1971--1972)	Menudier H., 1972	A Alemanha nazi
Transformação da informação conducente a um artigo de jornal	Um relatório de *L'Humanité* acerca de um acontecimento	Mouillaud M., 1972	«O trabalho da amálgama»
Importância dos autores e das teorias (referências e citações)	Revista *Journal of Personality and Social Psychology* (1965-1966-1967)	Shulman A. D., Silverman I., 1972	«Análise de referências», (Festinger e a teoria da dissonância cognitiva em primeiro plano)
Sistemas de crenças, teorias e meios relativos ao alcoolismo	Artigos sobre o alcoolismo nas revistas populares (1960-1966)	Linsky A. S., 1972	Compreensão e instabilidade das crenças
Estereótipos do homem e da mulher	Livros de imagens para crianças	Wettzman L. J.., Eifler D., Hokada E., Ross C., 1972	Oposição homem-mulher: activo/passivo, dirigir salvar/seguir, servir

Princípios, ideologia, estratégias do movimento de defesa dos consumidores americanos	*Time* (1968-1973)	Selter G., 1973	
A ideologia soviética e a sua evolução	4000 selos de correio (1918--1969)	Hubert P., Labbé D., 1973	
Socialização: função integrativa e normativa dos 'slogans' desportivos	'Slogans' nos vestiários desportivos	Snyder E. E., 1972	Modelos de comportamento necessário à vitória da equipa
Representação popular da alimentação e da doença no século XIX	700 provérbios regionais relativos ao corpo e à doença	Loux F., Richard P., 1972	
Representação da mulher negra pelos brancos	Literatura francesa entre as duas guerras	Martinkus-Zemp A., 1973	Mulher objecto ou mulher animal
Coerência e *realismo* de um projecto político	Relatório de Déat a favor de um partido nacional único (cf. Marechal Pétain)	Prost A., Geffroy, 1973	Método: análise lexicológica e articulação das partes
Modelos de percepção	Discurso de Nixon anunciando a intervenção americana no Cambodja (Abril de 1970)	Gregg R. B., Hauser, 1973	Ritualização tipo «potlatch»
Linguagem erudita (verbalismo) e *ideologias* universitárias	Textos de Piaget, Lévi--Strauss, Lacan, Althusser, etc.	Régnier A., 1974	Falhanço da linguagem perante a realidade científica actual
Relação entre duas disciplinas (Psicanálise e Sociologia)	Duas revistas de sociologia	Jones R. A., 1974	Análise descritiva histórica por menções e distribuições

V

O TRATAMENTO INFORMÁTICO

1. A UTILIDADE DO ORDENADOR PARA A ANALISE DE CONTEÚDO

Para que pode servir o ordenador na análise de conteúdo?

Como diz Holsti ([33]), os ordenadores são capazes de efectuar qualquer tarefa que seja, desde que o analista lhes prepare instruções não ambíguas. Um ordenador é capaz de apreciar o valor de uma poesia se todas as condições necessárias e suficientes de um «bom» poema lhe forem claramente indicadas.

Digamos que é interessante poder recorrer ao ordenador nos seguintes casos:

- A unidade da análise é a palavra, o indicador é frequencial (número de vezes em que a palavra ocorre).
- A análise é complexa e comporta um grande número de variáveis a tratar em simultâneo (por exemplo: número elevado de categorias e unidades a registar).
- Deseja-se efectuar uma análise de co-ocurrências (aparição de duas ou várias unidades de registo na mesma unidade de contigência);

([33]) O. R. Holsti, *Content analysis for the social sciences and humanities*, Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

- A investigação implica várias análises sucessivas; o ordenador permite preparar os dados e armazená-los para usos sucessivos;
- A análise necessita no fim da investigação de operações estatísticas e numéricas complexas.

Pelo contrário, o uso do ordenador é inútil nos seguintes casos:

- A análise é exploratória e a técnica não é ainda definitiva;
- A análise é única e debruça-se sobre documentos especializados;
- A unidade de codificação é grande (exemplo: discurso ou artigo) espacial ou temporal.

O ordenador não pode fazer tudo, necessitando de operações prévias (transcrição do texto para cartões prefurados por exemplo) geralmente uma preparação do material verbal e uma grande previsão das regras de codificação. A análise pode ser automatizada em diversos graus: Algumas são automatizadas na quase totalidade e outras somente nalgumas operações, fazendo-se o resto manualmente.

O uso do ordenador tem consequências sobre a prática da análise de conteúdo:

- a *rapidez* aumenta;
- há um acréscimo de *rigor* na organização da investigação (uma vez que o ordenador recusa a ambiguidade); torna-se necessário explicar cada fase da investigação, definir com rigor e de maneira unívoca cada variável, avançar postulados e hipóteses, ter em consideração as regras de inferências; o objectivo geral da análise de conteúdo (explicitar e controlar as operações tanto manuais como intelectuais) encontra-se assim reforçado;
- a *flexibilidade* permanece; podem utilizar-se de novo os dados classificados para novas hipóteses; introduzir seguidamente novas instruções no programa;
- a *reprodução* e a *troca* dos documentos (entre investigadores) são facilitadas (banco de materiais e de dados) pela normalização e pelo armazenamento;
- a manipulação de dados *complexos* torna-se possível;
- a *criatividade*, a reflexão, têm teoricamente um lugar

destacado visto que o analista se encontra desembaraçado de tarefas laboriosas, longas e estéreis.

Isto com a condição de não tomar o ordenador por um mágico (obter-se-á à saída o que se coloca à entrada, tanto o mau como o bom, o inútil como o útil), com a condição de não concentrar o esforço sobre a técnica esquecendo a pertinência e a productividade ao nível dos resultados. Isto sucede muitas vezes numa fase de descoberta de um instrumento, tanto mais que os investigadores não são insensíveis à aparelhagem. Produzem-se então como diz Holsti ([34]) «estudos de grande precisão e de pouca importância».

É possível usar o ordenador em dois momentos:

- para tratar o texto: análise de materiais linguísticos;
- para tratar os resultados: análise dos dados numéricos.

O tratamento do texto (análise de conteúdo propriamente dita) orientou-se em duas direcções diferentes que correspondem a duas concepções teóricas da análise de conteúdo. Um congresso ([35]) recente sobre a análise de conteúdo (e o seu tratamento informático) confirma a distinção entre:

1) um sistema baseado no dicionário, no qual as categorias que guiam o procedimento da escolha das unidades representam os conceitos da teoria do investigador.
2) Um processo empírico no qual as categorias *a priori* são evitadas graças ao uso da análise ou de outros processos automáticos ([36]).

2. ANALISES FEITAS POR ORDENADORES

a) *Procedimentos sem categorização prévia.* — Não é feita nenhuma projecção teórica *a priori* sobre o material verbal. São apenas determinadas as operações de enumeração e de tratamento estatístico a efectuar. Para que este género de programas seja possível é necessário abordar

([34]) O. R. Holsti, *ibid.*
([35]) Pisa, 1974.
([36]) P. Stone, «Report on the workshop on content analysis in the social sciences», Pisa, 1974, em *Information sur les sciences sociales*, 1975, XII, I.

unidades discretas. Escolhe-se em geral a palavra como unidade de significação sobre a qual se realizam as contagens. São procedimentos lexiconométricos ou lexicológicos «cegos», descritivos, e, em seguida, eventualmente interpretativos, tendo por base os resultados (análise de frequências, de co-ocurrências, multivariada e factorial). O ordenador localizado, rotulado, manipula estatisticamente as unidades de significação.

O programa *WORDS* nos Estados Unidos foi um dos primeiros a experimentar um processo de análise sem grelha prévia:

> «Um método de análise de conteúdo que permitirá ao utilizador descobrir alguma coisa a respeito dos seus dados sem ter que produzir categorizações *a priori* nas quais os possa classificar.»

Foi originalmente aplicado aos processos de mudança (mudança na organização cognitiva, por exemplo) psicoterapêutica, tendo por unidade de base a palavra. As entrevistas transcritas são divididas em sequências temporais ou em segmentos de igual comprimento ou ainda comportando o mesmo número de frases. Em seguida é controlada a frequência de cada palavra em cada segmento. São calculadas as intercorrelações correspondentes às co-ocorrências e finalmente a matriz das intercorrelações é submetida a uma análise factorial para se descobrirem os factores comuns susceptíveis de darem lugar a uma interpretação da matriz associativa.

Este género de análise de codificação depara contudo com os problemas provocados pela polissemia de certas palavras. Tenta-se ultrapassar estas dificuldades tomando em consideração o contexto em que elas se inserem, mas, como se pode imaginar, as coisas não são assim tão simples.

b) *Procedimento com categorização prévia.* Da mesma forma que numa análise temática manual, os elementos do texto são classificados num sistema de categorias definido depois de uma primeira abordagem dos documentos. Como já vimos anteriormente (categorização da análise), todos os casos possíveis são indicados no programa, mas uma *left-over list* (lista de espera) é prevista para as unidades não determinadas previamente, o que permite uma certa flexibilidade à análise.

Depois do impulso inicial dado pelo *General Inquirer* (cf. capítulo precedente), apareceram outros index ou dicionários, ou foram melhorados os já existentes (sobretudo nos Estados Unidos, já que os outros países esta-

vam menos preocupados com a elaboração de index de análise por ordenador). Citemos um exemplo:

O *IID* ou *Interpersonal Identification Dictionary* e o *TTD* ou seja *Therapist Tacties Dictionary* (G. Psathas) foi lançado para analisar a inter-acção na conversação e na relação terapeuta-cliente. Estes dois index são completados pelo PSYCHODIC ou *Psychological Content Dictionary*. O IID utiliza uma dúzia de conceitos chave destinados a identificar e classificar as pessoas citadas, em função da sua relação com o locutor (estatuto inferior, estatuto igual, ..., objecto de amor, símbolo de autoridade, etc.). O TTD comporta três listas de classificação: uma dizendo respeito às palavras funcionais (determinantes, advérbios, pronomes por exemplo), outra referente às diversas palavras «tácticas» (elogio directo, tentativa, referência espacial, estado emocional, princípio, acordo moderado, resumo, capacidade potencial, etc.), e a terceira identificando a frase no seu conjunto (questão directa, declaração, sugestão insistente, ..., etc.). O PSYCHODIC comporta uma centena de categorias muito diversas referentes tanto à idade, como às condições somáticas, os tratamentos, as precepções sensoriais, os actos sexuais, as acções sociais, as acções conseguidas, os processos cognitivos, as emoções, etc., e as suas diferentes modalidades ([37]).

3. O TRATAMENTO DOS DADOS CODIFICADOS

Embora complete os procedimentos analíticos efectuados manualmente ou por ordenador, o tratamento estatístico dos resultados desenvolveu-se (e até se sofisticou) consideravelmente, a partir do momento em que se puderam efectuar operações complexas com o ordenador.

— Por exemplo, no quadro do *General Inquirer*, D. C. Dunphy ([38]) estudou a mudança social nos grupos de auto-análise. Partindo do modelo de interacção de Bales, quis observar durante um ano as *fases* gerais de grupos, identificar e descrever os *papéis* assumidos pelos seus membros, determinar as *relações* entre os papéis e as fases; a sua função no sistema das personalidades e na emergência do sistema social do grupo (mitologia, representação, figuras de

([37]) G. Psathas, «Analyzing dyadic interaction», em G. Gerbner, *op. cit.*, 1969.

([38]) D. C. Dumphy, «Mudança social e grupos de auto-análise», em *The General Inquirer, op. cit.*

autoridade...). As trezentas mil palavras do «texto» foram categorizadas segundo o *Harvard III Dictionary*. Em seguida foram aplicadas as técnicas estatísticas. Uma *análise de variância* foi efectuada para cada uma das categorias (83) segundo as matrizes 6 (fases) × 2 (grupos). Os resultados indicam que o efeito de fase é o mais significativo. A *análise* factorial (análise em componentes principais) foi utilizada para testar o grau de associação entre as oitenta e três categorias em cada exposição de uma fase particular. Os três primeiros factores destacados poderão ser polarizados da seguinte maneira:

Factor I : *Negatividade expressa / Negatividade negada.*
(agressão, ansiedade) (defesa, falta de certeza).
Factor II : *Estrutura normativa / Anomia.*
Factor III: *Força / Fraqueza.*

— De igual modo Paige (39), retomando um caso analisado manualmente nos primeiros tempos da história da análise de conteúdo, o caso das «Cartas de Jenny», utilizou um programa informático para explorar a estrutura de uma personalidade. A análise factorial foi usada para extrair as dimensões subjacentes da personalidade de Jenny, contidas na variância das cartas. A noção teórica de *traço* de personalidade corresponde, no nível empírico, aos agrupamentos do comportamento verbal de Jenny. Foram tomados em consideração os primeiros oito factores. Cada factor foi definido examinando as redes de conceitos chave (categorias) muito marcados e pela leitura das cinco cartas com os resultados factoriais mais elevados: I, organização da agressão; II, possessão; III, necessidade de filiação; IV, necessidade de autonomia; V, necessidade de aceitação familiar; VI, sexualidade; VII, sensibilidade; VIII, mártir.

— Por exemplo G. Moser (40), utilizou a *análise de correspondências* para tratar uma análise de conteúdo de anúncios publicitários em duas culturas diferentes (Suíça Alemã e Suíça Francesa). Tomando como unidade de contexto o anúncio publicitário, seleccionou para cada tipo de produto (cigarros, álcool, roupas, automóvel, etc.) as palavras plenas exprimindo os valores acrescentados ao produto. Moser, reuniu assim, depois de uma primeira abordagem, um «thésauros» com cerca de cento e cinquenta *palavras tema* (natureza, saúde, feliz, elegante, amistoso) reagrupando as diferentes formas léxicas destas palavras.

Estes dados recolhidos manualmente foram reagrupados num gráfico cruzado com as categorias de produtos em abcissa, e as palavras tema do «thésauros» em ordenada. Obtêm-se assim, para cada uma destas palavras uma frequência relativa do produto, e uma frequência geral. A partir deste quadro de resultados, procedeu-se a uma análise factorial de correspondências utilizando a noção de distância entre as diferentes palavras tema (co-ocorrência global) em função dos produtos considerados.

---

(39) J. F. Paige, «Jenny's letters: an approach to the clinical analysis of personality structure by computer», em *The General Inquirer, op. cit.*

(40) G. Moser, Doutoramento de terceiro ciclo, Paris V.

O investigador partiu, com efeito, da hipótese de que certas palavras tema são características, se não mesmo as mais frequentemente utilizadas nos anúncios publicitários para uma certa categoria de produtos.

A análise de correspondência, elaborada pelo laboratório de J. C. Benzecri, permite medir e visualizar as correspondências que mantêm as palavras tema com os produtos para as quais são utilizadas. Permite ainda projectar a nuvem de pontos, constituída pelas palavras tema bem como a das categorias de produtos, directamente no mesmo gráfico. A projecção far-se-á de tal forma que os eixos passem no centro de gravidade das nuvens e pelo plano segundo o qual, a nuvem está mais dispersa fornecendo assim a maior quantidade de informação sobre a estrutura das nuvens.

Neste caso em que temos como dados a frequência das palavras tema e por consequência pesos muito desiguais, a possibilidade de utilizar as frequências relativas é um enorme trunfo da análise factorial das correspondências. O objectivo não é o de descriminar as palavras mais frequentemente utilizadas, mas o de situar o seu uso relativamente às categorias de produtos. A especificidade dos valores empregues por tal ou tal tipo de produtos pode portanto ler-se directamente no quadro dos dados.

Numa segunda etapa e a fim de verificar a universalidade de certas palavras tema, os dados foram submetidos a um programa de *classificação* a partir das distâncias. Foram assim obtidos com a ajuda de duas análises diferentes: uma classificação das categorias de produtos em função das palavras tema e uma classificação das palavras tema em função dos produtos.

4. A ORIENTAÇÃO ACTUAL DAS INVESTIGAÇÕES

No Congresso Internacional de Pisa (Setembro de 1974), os seguintes pontos aparecem como os mais urgentes:

- Integrar as abordagens «conceptuais» (fundadas nos índex) e as abordagens «empíricas» (análise das redes); isto é, ultrapassar tanto no plano teórico como técnico (programas capazes de oferecer as duas possibilidades) a distinção acentuada nos anos precedentes.
- Considerar de novo a utilidade dos programas de análise de conteúdo existentes, a fim de os adaptar eventualmente a outras línguas. Em 1947 existiam um certo número de diferentes sistemas de análises conforme os países: EVA (Hambourg); FORCOD (Paris); *General Inquirer*, QUESTER, *Spence* P/1 PROGRAMS, WORDS (Estados Unidos); *TEXT* (Oslo); etc. A sua aplicação a línguas estrangeiras é mais ou menos fácil: por exemplo, o *Spence* é mais facilmente transponível do que o *General Inquirer*.
- Adaptar os programas aos ordenadores pequenos.
- Criar convenções internacionais de uso: fazer um guia para reagrupar e standartizar os programas de análise de conteúdo sobre o mesmo modelo (classificação dos sistemas segundo as suas principais funções, descrição de cada sistema segundo um modelo descritivo standartizado, tabela sinóptica das funções, do «material» necessário e do campo de aplicação...).

Foram lançados projectos internacionais. Por exemplo, um estudo multinacional dos *títulos dos jornais* (comunicações de massa) a partir de indicadores textuais. A tarefa compreende três etapas:

- Recolha de dados (amostra), seguida da elaboração de índex descritivo por meio de processos «empíricos».

• Aplicação de procedimentos categorizados para testar as hipóteses.

• Domínio de um sistema concebido para captar os *mass-média*.

A amostra foi seleccionada de modo a permitir comparações numa dimensão Este-Oeste (socialistas/capitalistas), numa dimensão geográfica (Austrália/Venezuela/Europa) e numa dimensão articulada a partir de uma escala de industrialização (41).

Numa outra ordem de ideias, em França, um projecto mais operatório tem por objectivo facilitar a relação do analista de conteúdo (quer ele seja psicólogo, biólogo, ou naturalista) com o sistema informático. O sistema apresenta-se como um *sistema informático conversacional da análise dos dados textuais* ao mesmo tempo sistema de gestão e sistema analisador. Nos tempos mais próximos propomo-nos esquematizar «a redacção de um programa de gestão e de análise de conteúdo de entrevistas por meio de um écran catódico (modelo 2250 IBM) em conecção com um ordenador (tipo 370)».

Em lugar de ter de passar por uma fase fastidiosa de recorte prévio (cola e tesoura) o utilizador deveria poder dialogar *directamente* com o sistema informático graças ao écran catódico, onde os textos a *categorizar* se desenrolam com uma certa flexibilidade (possibilidade de voltar atrás) de modificação dos parâmetros, de introdução de novos dados). O indicador luminoso permitirá ao utilizador «marcar os dados» (juntá-los, suprimi-los, armazená-los algures). O próprio écran catódico facilitará a visualização de saídas gráficas (curvas, nuvens de pontos, arborescências) e numéricas (distribuições numéricas, cálculos estatísticos).

Trata-se de uma transposição para a máquina em que as operações manuais da análise temática e da análise de co-ocorrências elementares (temas sucessores e precedentes) se fazem num écran catódico e estão imediatamente ligadas a um programa de ordenador susceptível de efectuar cálculos estatísticos (grelhas cruzadas e ao comprido, análises de correspondências, classificações automáticas) a pedido do utilizador (programa «conversacional») (42).

---

(41) Os coordenadores do projecto são: A. Deischsel e P. J. Stone.

(42) M. Jambu, Laboratório de J.-P. Benzecri, Paris VI.

QUARTA PARTE

TÉCNICAS

I

A ANÁLISE CATEGORIAL

No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática,* é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples.

A análise categorial tendo até aqui servido de base para descrever as principais fases de uma análise de conteúdo, é citada para rememoração no princípio desta quarta parte, e abordaremos de imediato as outras técnicas mais específicas.

II

A ANÁLISE DE AVALIAÇÃO

1. UMA MEDIDA DAS ATITUDES

A *evaluative assertion analysis* (E. A. A.), literalmente, análise de asserção avaliativa, foi elaborada por Osgood [1], por Saporta e Nunnally em 1956. Tem por finalidade medir as *atitudes* do locutor quanto aos objectos de que ele fala. A concepção da linguagem em que esta análise se fundamenta é chamada «representacional», isto é, considera-se que a linguagem representa e reflecte directamente aquele que a utiliza. Por conseguinte, podemo-nos contentar com os indicadores manifestos, explicitamente contidos na comunicação para fazer inferências a respeito da fonte de emissão.

A análise de asserção avaliativa de Osgood tira partido dos conhecimentos da psicologia social sobre a noção de atitude. Uma atitude é uma pré-disposição, relativamente estável e organizada, para reagir sob forma de opiniões (nível verbal), ou de actos (nível comportamental), em presença de objectos (pessoas, ideias, acontecimentos, coisas, etc.) de maneira determinada. Correntemente falando, nós temos opiniões sobre as coisas, os seres, os fenó-

(1) C. E. Osgood, «The representational model and relevant research methods», em I. de Sola Pool (ed.) *Trends in content analysis,* Urbana University of Illinois Press, 1959.

menos, e manifestamo-las por juízos de valor. Uma atitude é um núcleo, uma matriz muitas vezes inconsciente, que produz (e que se traduz por) um conjunto de tomadas de posição, de qualificações, de descrições e de designações de avaliação mais ou menos coloridas. Encontrar as bases destas atitudes por trás da dispersão das manifestações verbais, tal é o objectivo da análise de asserção avaliativa.

Tradicionalmente, em psicologia social, as atitudes são caracterizadas pela sua intensidade e direcção. Estas duas dimensões são utilizadas pela técnica do E. A. A. para definir e medir as atitudes subjacentes.

A *direcção* é o sentido da opinião segundo um par bi-polar. Pode-se ser a favor ou contra, favorável ou desfavorável. A opinião pode ser positiva ou negativa, amigável ou hostil, aprovadora ou desaprovadora, optimista ou pessimista, pode-se julgar uma coisa como boa ou má, etc. Entre os dois pólos nitidamente orientados, existe eventualmente um estado intermediário a neutralidade, (de quando esta está difusa), a ambivalência.

A *intensidade* demarca a força ou o grau de convicção expressa: uma adesão pode ser fria ou apaixonada, uma oposição pode ser ligeira ou veemente.

O método de Osgood é bastante parecido com a análise de conteúdo temática, uma vez que funciona baseando-se igualmente num desmembramento do texto em unidades de significação. O objectivo é contudo específico, uma vez que se atém não somente à ocorrência de tal ou tal tema (presença ou ausência), mas à carga avaliativa das unidades de significação, tomadas em conta. A etapa de referenciação dos segmentos semânticos (asserções) a contabilizar, junta-se então um procedimento de avaliação da direcção e da intensidade dos juízos seleccionados, procedimento este que só pode ter lugar depois da etapa intermediária de normalização dos enunciados.

2. AS DIFERENTES FASES DA TÉCNICA

Nem todo o texto é tido em consideração. Não se trata pois de um método exaustivo, pelo menos em relação ao conteúdo do texto. Apenas uma dimensão, a das atitudes, é tida em consideração, e por consequência, só os enunciados que exprimem uma avaliação, são submetidos à análise. A primeira operação consiste portanto, em extrair da mensagem as proposições que respondem a este critério.

a) *Os componentes dos enunciados avaliativos.* — As proposições avaliativas são compostas por três elementos; ou pelo menos é necessário restituí-las a estes três constituintes através da operação de normalização.

• *Os objectos de atitude* (em inglês *atitude objects* ou *AO*). São os objectos sobre os quais recai a avaliação: pessoas, grupos, ideias, coisas, acontecimentos, etc. Estes serão anotados em maiúsculas. São geralmente os substantivos (exemplo, a França, os Socialistas, a Liberdade, o Meu Marido, um Tal...) ou os pronomes pessoais.

• *Os termos avaliativos com significação comum* (em inglês, *evaluative common-meaning terms* ou «*CM*»). Serão anotados em itálico e com minúsculas. São termos que qualificam os objectos da atitude. Em linguística chamar-se-iam «predicados», quer dizer, comentários do tema («o que se diz acerca dele»). São quer adjectivos (exemplo: honesto, limpo, interessante), quer substantivos (exemplo: bondade, segurança, inimigo, paz), quer os advérbios formados a partir dos adjectivos (exemplo: lealmente, docemente), quer ainda os verbos (exemplos: mentir, ameaçar, respeitar). Osgood considera que a significação dada a estes termos é comum e estável, isto é, que há nela um certo concenso ao nível do sentido para um conjunto de pessoas. O que não é o caso dos objectos de atitude dos quais se procura justamente definir a significação para um dado locutor.

Teoricamente, então, a avaliação dos *CM*, num registo do tipo favorável/desfavorável, deveria ser simples e sem ambiguidade para os codificadores, em virtude deste concenso semântico. Entretanto se existem dúvidas, podem-se submeter os *CM* que são de significação ambígua a um pequeno teste de congruência. Colocam-se os *CM* em questão em afirmações contendo os protagonistas com forte polaridade, tais como, o Herói ou o Celerado, Santo ou Pecador (exemplos dados por Osgood como símbolos de dimensão do bom e do mau [2]), desempenhando a função de objectos em que a significação é conhecida.

---

(2) Recordaremos rapidamente que Osgood, sob o nome de diferenciação semântica, demonstrou que a significação conotativa e afectiva das palavras, qualquer que seja a cultura, pode ser analisada por escalas bipolares em que as mais eficazes são relativas às dimensões da avaliação (bom ou mau), de potência (forte ou fraco) e de actividade (rápido ou lento).

Vejamos para o termo «paz»:

1) «O HERÓI oferece a *paz*.»
2) «O CELERADO oferece a *paz*.»

O primeiro caso parece mais congruente (esperado, normal) que o segundo, sendo *paz* avaliada na direcção «bom».

• *Os conectores verbais*. Ligam no enunciado os objectos de atitude e os termos de qualificação.

Resumindo, os objectos de atitude dos quais se procura avaliação serão rodeados por termos avaliativos de significação comum (supondo que reenviam a valores estáveis ou separados) e os conectores verbais são também avaliáveis.

b) PRIMEIRA ETAPA: *Identificação e extracção dos objectos de atitude (AO)*. No decorrer da leitura, começa-se por referenciar e recensear os objectos de atitude. A identificação é relativamente fácil uma vez que se trata de nomes próprios ou comuns (ou de pronomes de substituição).

Os enunciados que contêm os AO são postos entre parêntesis. Para afastar toda a subjectividade dos codificadores, pode-se tomar a precaução de dissimular os objectos de atitude substituindo-os por símbolos (AZ, BY, ...).

c) SEGUNDA ETAPA: *Normalização dos enunciados*. Uma vez isolados os enunciados, trata-se de proceder à preparação da codificação para os transformar numa forma canónica: (Este procedimento, chamado por vezes «edição» dos textos, foi aperfeiçoado posteriormente em análise de conteúdo, em virtude dos desenvolvimentos da linguística e do recurso à automatização da codificação, automatização esta que exige materiais normalizados). Aqui, o fim é obter formas afirmativas segundo a combinação sintáctica mais elementar (actor-acção-complemento), ou seja:

Objecto de atitude avaliado / conector verbal / material avaliativo,

O que se traduz sob a forma *a*) ou *b*):

a) $AO_1/c/cm$
b) $AO_1/c/AO_2$ (em que AO_2 é um segundo objecto de atitude em situação de objectivo para AO_1).

Exemplos:

a) A UNIÃO SOVIÉTICA/é/*agressiva.*
O PEDRO/está/*apaixonado.*
b) A UNIÃO SOVIÉTICA/ameaça/os ESTADOS UNIDOS.
O PEDRO/não ama/a MARIA.

Esta normalização assenta na equivalência funcional dos termos na linguagem. O procedimento consiste em transformar o texto pertinente segundo uma sequência de enunciados deste tipo.

Por exemplo a frase seguinte (fictícia):

«Embora o jornal X conteste eternamente as decisões repressivas do Governo, os esquerdistas recusam ler um jornal corrompido pelo dinheiro e embora esta atitude possa ser demasiado sistemática, no entanto é bastante honesta.»

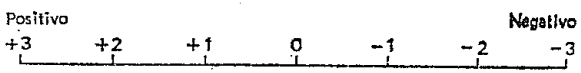
Os objectos de atitude são os seguintes:

O jornal X = X
O governo = Y
Os esquerdista = Z.

Depois da transformação isto dá:

/X/ contesta eternamente/*as decisões repressivas*
/Y/ toma/*decisões repressivas*
/Z/ recusa /X/
/X/ $\rightleftharpoons$ (3)
/X/ está/*corrompido*
/Z/ é/*talvez demasiado sistemático*
/Z/ tem/*uma atitude honesta.*

d) TERCEIRA ETAPA: *A Codificação.* — O codificador imprime uma direcção (positiva ou negativa) a cada conector verbal (*c*) e a cada qualificador (*cm*). Além disso, esta direcção é avaliada em *intensidade* numa escala de sete pontos (— 3 a + 3):



(3) Este sinal de inversão da relação precedente é indicado para termos a certeza que todos os AO estão mencionados na primeira coluna.

— *Notação dos conectores* (*c*): Os conectores podem ser associativos (logo na direcção positiva), quando o verbo liga o sujeito ao seu complemento, ou dissociativos (portanto na direcção negativa), quando o verbo separa o sujeito do seu complemento.

Uma intensidade forte (+ ou — 3) é indicada pelo uso do verbo «ser» ou «ter», por certos verbos no presente, pela presença de certos advérbios do tipo «absolutamente», «definitivamente», que reforçam a acção do verbo. Uma intensidade média (+ ou — 2) é marcada por verbos que indicam a iminência, o parcial, o provável, o crescimento (exemplo, ele vai tentar...) e por outros tempos verbais que não sejam o presente. Uma intensidade fraca (+ ou — 1) é caracterizada por uma relação hipotética, apenas esboçada, ou pela presença de advérbios do tipo «ligeiramente», «ocasionalmente»...

— *Notação dos qualificadores* (*cm*): Osgood parece considerar que existe pouca dificuldade em codificar como favoráveis ou desfavoráveis os termos avaliativos de significação comum, isto sobre uma escala de sete pontos em que os três níveis positivos ou negativos correspondem a a «muito», «bastante», «pouco». Se é entretanto fácil de classificar «muito honesta» por + 3, ou «interessante» por + 1, ou «atroz» por — 3, pode-se perguntar, apesar dos trabalhos de Osgood, se diferenças individuais e culturais não enviesam a notação da carga avaliativa de certos termos. Neste caso o teste de congruência recomendado pelo autor (cf. supra) parece ser bem anódino. É verdade que a dificuldade não é específica desta técnica e que o codificador (ou os codificadores, se eles provêm do mesmo grupo de pertença cultural) nunca estará seguro de não projectar o seu próprio toque linguístico e o seu sistema de valores pessoais sobre o texto que está a examinar.

Como poderá avaliar o adjectivo «burguês» na frase «é uma família burguesa»? A direcção é positiva ou negativa, isto é, favorável ou desfavorável? E «gentil» é obrigatoriamente positivo? Ou ainda «ateu» no exemplo do quadro seguinte?

AO *(objecto de atitude)*	*c (conector verbal)*	*cm*			*Produto (c×cm)*
		Valor de c	*(Termo de significação comum)*	*Valor de cm*	
1. (Os) dirigentes soviéticos	são	+ 3	impiedosos	— 3	— 9
2. (Os) dirigentes soviéticos	são	+ 3	ateus	— 3	— 9
3. (Os) dirigentes soviéticos	são	+ 3	déspotas	— 3	— 9
4. (Os) dirigentes soviéticos	prosseguiram no passado	+ 2	fins maléficos	— 3	— 6
5. (Os) dirigentes soviéticos	poderiam estar talvez neste momento de acordo com	+ 1	algumas das medidas indivez estar desesanuviar as tensões mundiais	+ 2	+ 2
6. (Os) dirigentes soviéticos	poderiam talvez estar desejosos	+ 1	de renunciar a projectos agressivos	+ 3	+ 3
				Total =	— 28

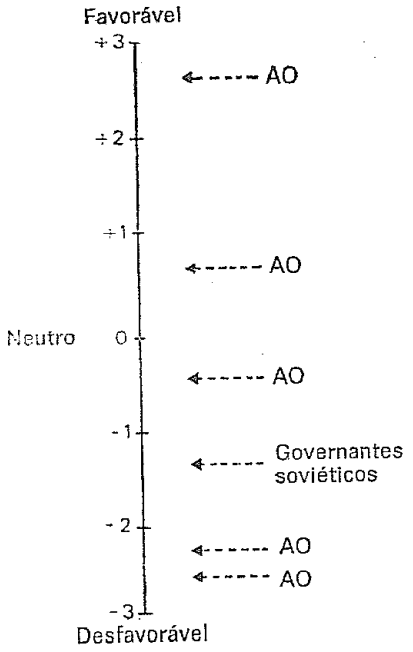
— *Notação dos objectos de atitude:* Calcula-se pela multiplicação e soma das notas atribuídas aos qualificadores e aos conectores por cada objecto de atitude. O codificador colecta por cada AO os valores de todas as asserções. Veja-se o exemplo precedente, a respeito dos dirigentes soviéticos (4).

Obtém-se o resultado médio para o objecto de atitude considerado, dividindo-se o total da coluna do produto $(c \times cm)$ pelo número de temas registados, neste caso $-28/6 = -4{,}67$. Se desejarmos comparar os resultados dos AO entre si numa escala de sete escalões, dividimos este total por 3N (N: número de temas; 3: amplitude da escala), teremos assim $-28/3(6) = -1{,}56$.

(4) Citado por O. R. Holsti em *Content analysis for the social sciences and humanities,* Addison-Wesley Publishing Company, 1969.

Nível de favoritismo/desfavoritismo de cada objecto de atitude do texto analisado

Esta escala terminal permite visualizar o conjunto dos objectos de atitude do texto analisado e o seu grau de favoritismo/desfavoritismo no espírito do produtor do texto.



3. COMENTARIOS SOBRE O MÉTODO

O próprio Osgood julga esta técnica extremamente trabalhosa (é necessário cerca de uma hora e três analistas para examinar cento e trinta e três palavras de material!). Isto limita o seu alcance pragmático e transforma-o num instrumento de investigação (para testar por exemplo a fidelidade dos codificadores). Para além disso só o conteúdo manifesto, explícito, é tomado em consideração, servindo apenas para trabalhar, as comunicações que obedeçam aos princípios «do modelo representacional» (a expressão manifesta reflecte exactamente as atitudes do locutor). Pelo contrário, é inadequada para as mensagens que relevam da concepção «instrumental» da linguagem (as atitudes ou motivações não se exprimem directamente, ou seja, um sentido latente, percebido conscientemente ou não, pelo próprio locutor esconde-se por

detrás da expressão manifestada). Esta técnica é por isso inoperante nas mensagens de propaganda, de acção voluntariamente insidiosa, ou em falas do género da entrevista psicoterapêutica em que, o importante é a mensagem latente.

Outras críticas se juntaram à auto-crítica dos autores do EAA. Sendo a componente afectiva das atitudes a componente privilegiada, o campo de inferência desta técnica é muito restrito. Por outro lado, a preparação dos textos (normalização) carece de rigor e aproxima-se mais de uma tradução interpretativa «na melhor das hipóteses», do que dum procedimento com regras linguísticas precisas. Apercebemo-nos deste facto quando tentamos aplicar o EAA a amostras de textos.

4. VARIANTES E APLICAÇÕES DA TÉCNICA

No entanto, na mesma época ou posteriormente, técnicas mais simples ou mais elaboradas, mas derivando do mesmo princípio de análise das atitudes, foram aplicadas em materiais da mesma natureza. Estes materiais são geralmente provenientes de comunicações de massa e relativos aos escritos que se referem ao domínio político. Este foco de interesse corresponde a uma tripla determinação: a atracção pelos *mass-média* na sociologia americana, o desenvolvimento privilegiado da análise de conteúdo nos departamentos de ciências políticas das universidades dos Estados Unidos, o desejo directamente pragmático deste país de dominar o campo poltico, as suas manifestações e fontes de influência e em particular dominar a política internacional.

Assim W. Gieber (5), num estudo sobre a importância das informações «negativas» publicadas pelos jornais diários, utilizou um esquema de classificação bipolar (positivo ou negativo) relativamente simples:

Negativo: os ítens que tratam dos conflitos e da desorganização, são codificados negativamente nas seguintes categorias de conteúdo:

(5) W. Gieber, «Do newspapers overplay negative news?» *Journalism Quarterly*, 1955, vol. 32.

— *Tensão internacional* (conflitos militares políticos ou económicos entre nações).
— *Perturbações civis* (conflitos políticos, económicos ou sociais entre grupos).
— *Crimes e vícios.*
— *Acidentes e desastres.*

Positivo: são codificados positivamente os ítens que reflitam a coesão social e a cooperação:

— *Cooperação internacional* (comunicações normais entre nações).
— *Actividades do governo* (informações não contestárias sobre as actividades do governo).
— *Actividades sociais* (informações sobre os grupos que cooperam em actividades não governamentais).
— *Vida quotidiana* (informação sobre os cidadãos).

Apercebemo-nos que o objectivo que emerge desta grelha categorial é: medir a tendência (e a título hipotético a influência) que um jornal diário, tem para a cooperação.

J. Tabak ([6]), para citar outro exemplo, numa análise de uma revista durante o período da campanha eleitoral de 1960 para a presidência dos Estados Unidos, sentiu a necessidade de completar as três categorias tradicionais de medida das atitudes (favoráveis, desfavoráveis e neutra) com uma quarta, «equilibrada» que assinale a possível ambivalência.

Quanto a O.R. Holsti ([7]), ele tirou partido recentemente nos progressos dos programas informáticos elaborados especificamente para as necessidades da análise de conteúdo (cf. o sistema *General Inquirer*). Holsti apresenta um método de análise derivado directamente do EAA mas completado no plano teórico (diferenciação das componentes «qualitativas» e de «perfomance» de uma atitude) e no plano técnico (adaptação ao tratamento informático).

([6]) J. Tabak, *A content analysis of «United States News and World Report Magazine» during the 1960 presidential election campaign,* tese não publicada da Universidade de Iowa, 1961, citada por W. Budd, R. K. Thorp e L. Donoweh, em *Content analysis of comunications,* MacMillan Company, N. I., 1967.

([7]) O. R. Holsti, «A computer content analysis program for analysing attitudes: the measurement of qualities and performances», em Gerbner, *op. cit.,* 1969.

O objectivo deste autor é idêntico ao de Osgood: inferir as atitudes dos locutores a partir das suas mensagens. É porém feita uma distinção ao nível dos objectos sociais (nações, instituições, grupos, pessoas, conceitos, programas, ideologias, etc.) ou antes ao nível da sua percepção pelo locutor. Tendo como referência Parsons faz-se uma distinção entre:

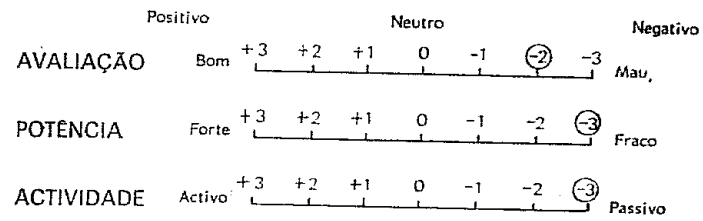
— «Conjunto de qualidades», isto é, aquilo que o objecto é, os seus atributos ou qualificativos.
— «Conjunto de performance», o que o objecto faz, ou seja, as suas acções.

A técnica de Holsti permite medir estas duas dimensões em separado.

Como muitos dos programas de análise de conteúdo que recorrem a um ordenador, o procedimento de Holsti apoia-se num «dicionário» ou index acabado, mas ao qual é possível juntar uma lista de palavras específicas do material examinado.

O «dicionário» ([8]) utilizado é proveniente do diferenciador semântico de Osgood, sendo capaz de tratar três mil quinhentas e vinte e uma palavras definidas segundo três dimensões (as três dimensões determinadas por Osgood como sendo as mais pertinentes independentemente das diferenças culturais) de avaliação, de potência e de actividade. Isto em escalas bipolares de sete pontos:

Exemplo para a palavra ABANDONO



Por exemplo, ABANDONO é codificado: — 2, — 3, — 3 (mau, muito fraco e muito passivo).

CUMPLICIDADE é codificada: + 2, 0, + 3 (bom, neutro em relação à potência e muito activo).

([8]) *Stanford Political Dictionary.*

— *A preparação dos dados:* Para aprofundar as atitudes do locutor do texto, não basta identificar os objectos e a frequência da sua ocorrência, é necessário determinar as relações (tais como são expressas pelo emissor) que existem entre eles no interior de uma mesma frase. Isto impõe uma codificação prévia das unidades de de sentidos que sirvam de testemunho da relação lógica sujeito-acção-alvo.

É feita uma distinção num «tema» (unidade de significação bastante similar à frase) entre:

		Número de código
a) Aquele que apreende a acção ou o estado	• O autor do documento	1
	• Aquele que se apercebe quando se trata de um outro que não o autor	2
b) O sujeito ou aquele que é percebido	• O sujeito e as suas modalidades	3
c) A acção	• A acção e as suas modalidades	4
d) O objectivo da acção ou o alvo	• O objecto (quando o alvo é um objecto indirecto) e as suas modalidades	5
	• O alvo e as suas modalidades	7

Exemplo: «*As políticas agressivas de B ameaçam a paz*» é codificado do seguinte modo: as políticas/3 - agressivas/3 - de B/3 - ameaçam/4 - a paz/7.

Exemplo: «*O nosso objectivo é defender o nosso sólido e corajoso aliado*» é codificado: o nosso/3 - objectivo/3 - é defender/4 - o nosso sólido/7 - e corajoso/7 - aliado/7.

Por outro lado, para obter informações que a simples descrição léxica negligencia, é possível codificar as modalidades temporais (presente, passado, futuro), os modos de expressão (indicativo, comparativo, normativo, imperativo, interrogativo, a probabilidade, a aspiração) e os enunciados condicionais (antecedente, por exemplo: *se*...; ou consequente, por exemplo: *e depois*...).

— *Os resultados:* Depois do tratamento no ordenador, obtêm-se dois conjuntos de painéis de resultados. Um dizendo respeito aos atributos qualitativos («conjunto de qualidades»), o outro, às acções avaliadas («conjunto de performances») dos objectos sociais de que o locutor fala.

Graças à codificação prévia, os resultados diferenciam estes objectos sociais, consoante sejam sujeitos ou objectivos. Por outro lado o programa produz uma série de quadros medindo a relação, tal como é apercebida pelo emissor da mensagem, entre os objectos de atitude ao nível das suas acções recíprocas. Assim, pode saber-se como o locutor avalia as acções de A(B ... N) em relação A, B, ..., N.

Enfim, do ordenador «sai» também uma «lista de espera» *(left-over list)* das palavras presentes no texto mas ausentes do index utilizado pelo programa. Basta passar uma vista de olhos sobre a lista de palavras não tratadas para que nos seja permitido seleccionar as que interessa reter, juntando-as então ao dicionário do programa para outra passagem do material pela máquina.

No plano prático, Holsti parece satisfeito com o manejo da técnica. A título de exemplo, indica que «numa passagem» em que se utilizou o «dicionário» do diferencial semântico, para avaliar dez objectos de atitude em dezasseis documentos que totalizam noventa e duas mil palavras, necessitou de dezassete minutos, ou seja, cinco mil e trezentas palavras por minuto. À saída obtiveram-se treze pares de quadros (quadros de frequência, quadros de frequência × intensidade) para cada documento, ou seja um total de quatrocentos e dezasseis. Mas, antes de tudo foi certamente necessário codificar o material...

Que pensar das análises avaliativas? O refinamento técnico, a importância dada nos relatórios Americanos às questões de método em detrimento dos resultados e da sua interpretação deixam perplexo o leitor francês pouco habituado a incomodar-se com tais subtilezas de procedimento. O problema que se põe aqui é o de avaliar, sem julgamento subjectivo da parte do analista, os juízos (ideologia, atitude, afectos, reacções emocionais, auréola conotativa acerca de...) de um produto de comunicação! É prosseguir o velho sonho que gera uma boa parte da actividade de pesquisa em matéria de técnicas de análise, o ser-se rigoroso frente a um material tendencioso.

Apesar da morosidade dos procedimentos, a análise avaliativa — que se vai talvez abreviando por eliminação de operações inúteis e pelo encargo automático de certas tarefas por parte do ordenador — provavelmente não disse a sua última palavra. Tendo por base o EAA, Osgood sugeria outras pistas, a que na sua perspectiva não faltava interesse:

- Medição da *incongruência* avaliativa de uma mensagem. Qual a coerência de um texto nos seus juízos? Uma pessoa ou um jornal são sempre homogéneos nas suas afirmações? O que revela um índice de incongruência elevado (determinado pelo número de afirmações desviantes em relação ao conjunto)? Uma tibieza ou uma ambivalência na atitude? A presença de juízos voluntariamente não conforme com as convicções reais?
- Medição da *carga avaliativa* de uma mensagem. A carga avaliativa de uma conversa pode indicar a percentagem de emotividade ou afectividade das pessoas em presença. Pode dar conta do carácter tendencioso ou ideológico de um artigo de jornal, determinar a relação informação/persuasão de um anúncio publicitário, etc.

III

A ANÁLISE DA ENUNCIAÇÃO

> «É necessário estarmos dispostos a fazermos um desvio para seguir os desvios do texto.»
>
> M.-C. d'Unrug.

A análise da enunciação tem duas grandes características que a diferenciam de outras técnicas de análise de conteúdo. Apoia-se numa concepção da comunicação como processo e não como dado. Funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais.

D'Unrug (*) apresenta uma técnica assente nesta concepção. O método proposto, não hermético na nossa opinião (podem procurar-se outros indicadores e adaptá-los a materiais diferentes), tem a vantagem de ser acessível sem necessidade de formação específica elevada (psicanálise, linguística), sendo maleável e manejável, muito operatório e produtivo. Além do mais, aplica-se particularmente bem a um tipo de discurso habitualmente abandonado pelas técnicas exactas: a *entrevista* não directiva.

(*) M.-C. d'Unrug, *Analyse de contenu et acte de parole*, Delarge, 1974.

1. UMA CONCEPÇÃO DO DISURSO COMO PALAVRA EM ACTO

Chama-se geralmente *discurso* na prática das análises a toda a comunicação estudada não só ao nível dos seus elementos constituintes elementares (a palavra por exemplo) mas também e sobretudo a um nível igual e superior, à frase (proposições, enunciados, sequências).

A análise da enunciação assenta numa concepção do discurso como palavra em acto. A análise de conteúdo clássica considera o material de estudo como um *dado*, isto é, como um enunciado imobilizado, manipulável, fragmentável. Ora, uma produção de palavra é um *processo*. A análise da enunciação considera que na altura da produção da palavra, é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações. O discurso não é transposição transparente de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira. O discurso não é um produto acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições. Isto é particularmente evidente nas entrevistas em que a produção é ao mesmo tempo espontânea e constrangida pela situação.

Se o discurso for prespectivado como processo de elaboração onde se confrontam as motivações, desejos e investimentos do sujeito com as imposições do código linguístico e com as condições de produção, então o desvio pela *enunciação* é a melhor via para se alcançar o que se procura.

a) *As condições de produção da palavra.* — Em qualquer comunicação, e não apenas na cura psicanalítica ou na entrevista, um «triângulo» estrutura a produção: os três pólos são o locutor, o seu objecto de discurso ou de referência, e um terceiro (psicanalista, entrevistador ou outrem). O locutor exprime com toda a sua ambivalência, os seus conflitos de base, a incoerência do seu inconsciente, mas na presença de um terceiro a sua fala deve respeitar a exigência da lógica socializada. «Bem ou mal» a sua fala torna-se necessariamente um discurso. É pelo domínio da palavra, pelas suas lacunas e doutrinas que o analista pode reconstruir os investimentos, as atitudes, as representações reais.

Prespectivado deste modo, o discurso é por um lado, «uma actualização parcial de processos na sua grande

parte inconscientes» ([10]) e por outro a estruturação e as transformações provocadas pela passagem pelo «fluxo» da linguagem e pelo «outro».

b) *O rodeio pela enunciação.* — Podem distinguir-se três níveis de aproximação desviada numa análise da enunciação.

- *A análise sintática e paralinguística:* o estudo debruça-se sobre as estruturas formais gramaticais.
- *A análise lógica:* apoia-se num conhecimento do arranjo do discurso.
- *A análise dos elementos formais atípicos:* estão neste caso, por exemplo, as omissões, os ilogismos, os silêncios, etc.

M.-C. d'Unrug na técnica de análise de entrevistas não directivas que propõe, apoia-se essencialmente:

— Na análise da lógica do discurso: a *dinâmica* da entrevista;
— Nas *figuras de retórica.*

As figuras de retórica exerceram desde longa data um certo fascínio no estudo do estilo literário. Ao contrário do que na generalidade se supõe elas não são um ornamento gratuito. Fazem parte do trabalho do discurso e não se inscrevem nele inofensivamente. Para M.-C. d'Unrug, funcionam como «*operadores* introduzindo as transformações eficazes» e, genericamente tem uma função de resistência «no sentido psicanalítico»: permitem retardar o conflito, dominá-lo parcialmente ou resolvê-lo por meios laterais.

> «Se a maior parte do tempo as figuras dizem simultaneamente o verdadeiro e o falso, isto implica uma relação complexa mas sempre motivada por um referente implícito, redescobrem-se através dela os pressupostos do locutor, os seus investimentos e sua relação, muitas vezes irracional, com este referente.»

O desvio pela enunciação «organização formal do discurso e referenciação dos elementos formais atípicos» permite a inferência indirecta. Os *indicadores formais* elucidam sobre o *processo,* e a compreensão deste facilita a

([10]) M.-C. d'Unrug, *op. cit.*

referenciação e a interpretação dos *conteúdos* (variáveis de inferência tipo motivação, atitudes, representação e organização destas entre si). Trata-se de uma análise de conteúdo, mas o acesso a este passa pelo continente e pelas suas modalidades.

c) *Uma convergência de influências teóricas e metodológicas.* — A análise da enunciação é o resultado de influências de variadas origens. Lacan e a psicanálise participam na concepção de um discurso em que a manifestação formal esconde e estrutura a emergência de conflitos latentes. O interesse pelos jogos de palavras, pelos lapsos, pelos silêncios como indicadores privilegiados, é herdeiro directo das intuições de Freud.

O estudo da disposição do discurso considerado como um todo coerente, e até mesmo como um sistema em equilíbrio (sucessão de desequilíbrios dominados e ultrapassados) em que a própria organização tem um sentido, provém de uma linha específica de trabalhos: a *lógica* como ciência do raciocínio (correcto); a linguística, vinda dos formalistas Russos e da escola de Genève, atenta às funções de expressão, à enunciação e à sua determinação pelo grupo social, o distribucionalismo e a análise do discurso de S. Z. Harris que, por processo de redução e formalização, fazem aparecer esquemas característicos; a gramática generativa de Chomsky, tentativa para alcançar os processos generativos da língua, assente em regras inconscientes, mas também os trabalhos de análise estrutural do discurso, tais como os de Lévi-Strauss ou de Greimas.

A introdução no campo da análise de conteúdo das figuras de retórica é herdeira de uma longa tradição literária. A acumulação de estudos e de definições fornece dicionários de figuras de estilo, onde cada uma é cuidadosamente recenseada.

d) *A aplicação da análise da enunciação à entrevista não directiva.* — A entrevista não directiva é um material privilegiado da análise da enunciação. Por entrevista não directiva entende-se um tipo de entrevista:

- obedecendo à atitude não directiva ou centrada sobre a pessoa, enaltecida pelo psicoterapeuta americano Carl Rogers supõe uma atitude de *consideração positiva e incondicional* (nem selecção, nem julgamento de valorização ou de desvalorização) da parte do entrevistador,

uma atitude de *empatia* (coloca-se no ponto de vista e no quadro de referência do entrevistado) e o recurso às técnicas de *reformulação* (reenvios, respostas-reflexos);

- desenvolvendo-se por isso deliberadamente segundo a lógica própria do entrevistado, sendo as únicas limitações as *instruções temáticas* postas à partida para centrar a entrevista no assunto que interessa ao entrevistador e a presença deste como interlocutor;

- caracterizada por uma pré-formação mínima (ao contrário das entrevistas e questionários pré-formados), um aspecto de improvisação devido a uma relativa autonomia, uma certa unidade e coerência (cada entrevista forma um todo original e singular, mas comparável em certa medida às outras, devido à standartização da questão inicial), uma focalização do conteúdo sobre a relação (subjectiva) do locutor com o «objecto» do discurso (representação, atitude, etc.), uma elaboração do pensamento *aqui e agora* ligada à elaboração da palavra.

Trata-se por isso de um discurso *dinâmico* e não estático que se apresenta como uma sucessão de trasformações do pensamento/forma. Este jogo de transformações actua a níveis múltiplos. O objectivo e a ambição da análise da enunciação são apreender ao mesmo tempo diversos níveis imbricados (ao contrário da análise de conteúdo estrita que se apoia essencialmente no registo semântico elementar).

Na entrevista não directiva, devido a circunstâncias de produção (situação, que provoca simultaneamente espontaneidade e constrangimento), o *trabalho de elaboração* é ao mesmo tempo «emergência do inconsciente e construção do discurso»:

> «Para a análise de conteúdo as "racionalizações", as "defesas" ou as resistências no que têm de significativo no plano social não têm menos interesse do que as rupturas do discurso, em que se traduz um "conteúdo latente" por vezes bastante pobre e estereotipado.»

2. CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE UMA ANÁLISE DA ENUNCIAÇÃO

— *Corpus:* se a análise for *intensiva*, é necessário (custo) e suficiente (a qualidade da análise substitui a quantidade do material analisado) trabalhar um material

restrito. Digamos um número de quinze a trinta entrevistas. Deve ser feita uma *amostragem* rigorosa. A diferenciação das variáveis sexo, idade, etc., ao nível do resultado impõe um aumento deste número médio.

Se a análise for *comparativa* (pelo menos no fim da tarefa), é necessário que as condições sejam standartizadas (com a mesma problemática de partida, e com as mesmas condições situacionais). Se contudo a análise estiver centrada na *singularidade da elaboração individual* do discurso, a redacção respeita a liberdade e a criatividade individuais (não directividade).

Se o alinhamento e a progressão do discurso forem tomados em conta, enquanto indicadores, cada discurso deve ter um texto suficientemente grande para formar um todo. Porém, a extensão das entrevistas pode variar no seio dum mesmo corpus (tempo médio: de meia hora a uma hora; transcrição dactilográfica: de quatro a cinco páginas até vinte ou trinta páginas).

O exemplo apresentado aqui aplica-se a entrevistas não directivas, mas o corpus pode ser de natureza muito diversa: comunicações de massa, discussões de grupos restritos, entrevista clínica ou de psicoterapia, discurso político. Contudo, M.-C. d'Unrug parece privilegiar os discursos portadores de *ideologia* e resultantes de uma abordagem *clínica* enquanto materiais para os quais a análise da enunciação está particularmente adaptada.

A) *Preparação do material.* — Cada discurso (entrevista por exemplo) isto é, a produção de um locutor, é a unidade de base. A preparação do material deve conduzir à transcrição exaustiva de cada produção. A apresentação mais cómoda é a forma dactilografada de cada exemplar em duplicado ou em triplicado, com margens à esquerda e à direita para anotações ([11]).

A transcrição tendo por fim uma análise da enunciação deve conservar o máximo de informação tanto linguística (registo da totalidade dos significantes) como paralinguística (anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais tais como o riso, o tom irónico, etc.).

B) *As diferentes etapas da análise.* — A análise da enunciação é complementar de uma análise temática pre-

([11]) O uso do papel informático é muito prático (largura suficiente e comprimento adaptável à extensão de cada entrevista).

viamente efectuada. A análise da enunciação propriamente dita efectua-se a diversos níveis (nível das sequências, das proposições, dos elementos atípicos) e a interpretação, ou seja, a compreensão do *processo* em acto, resulta da confrontação dos diferentes indicadores. Na análise da enunciação, a validade é resultante de uma coerência interna entre os diversos traços significativos.

Portanto são de distinguir:

— *A análise temática:* É transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projectada sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados como dados segmentáveis e comparáveis.

— *A análise da enunciação:* Cada entrevista é estudada em si mesma como uma totalidade organizada e singular. Trata-se do estudo dos casos. A dinâmica própria de cada produção é analisada e os diferentes indicadores adaptam-se à irreductibilidade de cada locutor.

Ao contrário da análise temática que através de um sistema de categorias aplica uma teoria (corpo de hipóteses em função de um quadro de referência) ao material, a análise da enunciação está virgem de qualquer hipótese interpretativa antes do estudo formal do discurso.

a) *O alinhamento e a dinâmica do discurso.* Trata-se aqui de encontrar a lógica intrínseca que estrutura cada entrevista.

• *Análise lógica:* É uma análise das relações entre *proposições.* Um trabalho de observação do encadeamento das proposições. O que é uma proposição?

«Por *proposição* entende-se uma afirmação, uma declaração, um juízo, (ou até uma pergunta ou uma negação), em suma, uma frase ou um elemento da frase que instaure, tal como a proposição lógica, uma *relação entre dois ou mais termos.* Em princípio é uma *unidade que se basta a si própria* (pronunciada sozinha tem um sentido...); deve poder ser afirmada ou negada encarada separadamente ou nas suas relações, com outras, pronunciada com exactidão ou inexactidão, deve poder-se fazê-la proceder de cada vez das seguintes palavras: "o facto de que...".»

A primeira operação consiste em escandir o texto oração por oração, quer seja por um sinal de separação do tipo /, quer seja recopiando-o em coluna. Em seguida a

observação da sucessão das proposições põe em evidência relações e formas de raciocínio. Com efeito, parece que «tudo se passa como se uma forma de raciocínio estivesse presente no discurso antes mesmo deste ser formulado».

• *Análise sequencial:*

«Distinguir-se-á uma nova *sequência* de cada vez que há uma *mudança de assunto,* ou existe a passagem da narração à descrição, à explicação, etc. A referenciação é quase sempre facilitada pela presença de rupturas no discurso: silêncios, palavras ou grupos de palavras que asseguram a transição de um assunto para outro (*agora...*, *dito isto...*, *contudo...*, *quer dizer...*).»

A análise das *sequências* põe em relevo a escansão, o ritmo, a progressão do discurso a um nível mais global que o nível precedente. É também uma análise das *rupturas.* Quais são os acontecimentos, as forças subjacentes ou a reacção às coisas expressas susceptíveis de modificar bruscamente o conteúdo (assunto abordado ou a expressão «tom», estilo de expressão)?

A análise lógica e a análise de sequência são duas etapas (sem primado cronológico de uma sobre a outra no decorrer das operações) reveladoras da «dinâmica» da entrevista. Confrontados os resultados obtidos com os da análise estilística e com os dos elementos atípicos, é-nos permitido compreender a conexão com os temas abordados, as tensões, as pausas, as perdas de domínio, os controlos, as contradições, os conflitos, etc., que animam e estruturam o discurso.

Por exemplo, o frequente bloqueamento no início de uma entrevista manifesta-se na sua organização lógica. Certas entrevistas obedecem à dinâmica do mais controlado ou do menos controlado. Os indicadores estilísticos ou semânticos: confusão, redundância, (sinais de perda do domínio do discurso ou de inibição na progressão), digressões, elogismos, recorrências temáticas, denegações, lapsos, etc., completam a compreensão como em seguida se verá.

Tomemos o exemplo de uma entrevista citada por M.-C. d'Unrug sobre a imagem do corpo. A questão era a seguinte:

«Pode falar-me do corpo e da imagem que tem dele?»

Depois de uma *sequência de arranque* marcada por recorrênicas (repetição do mesmo tema) e de sinais de tensão em relação ao interlocutor, seguem-se as três sequências aqui representadas:

Sequência II

(...) tenho uma estatura média; / não sou um atleta / *fiz muito desporto* (2) sou relativamente musculado / não tenho ombros muito largos / mas enfim, *passo por um gajo que gosta de desportos* (2) (de qualquer forma tenho passado por), / *pratiquei desporto* (2) e na verdade, *na medida em que se faça muito desporto* (2) *a gente sente-se bastante à vontade na nossa pele* (3);

Sequência III

quer dizer, recordo-me quando se é adolescente, por exemplo aí aos dezasseis anos, ou aos catorze/quinze anos, sim, catorze/quinze anos bem, era um bocado complexado por me achar um pouco magro, ou por ter os ombros estreitos, ou por coisa parecidas;

Sequência IV

todos estes complexos desapareceram assim que saí da adolescência; / quando era adolescente ficava complexado em fato de banho porque me achava magro / e depois, agora, acabou-se de vez, / *sinto-me bem na minha pele* (3) / Certamente porque fiz muito desporto (2) / isto é, aprendi a *servir-me do meu corpo* (4) / aprendi a fazer certos gestos (...)

Legenda:

- Limite das proposições = /.
- Temas ou palavras sublinhados e número entre parêntesis (podem sublinhar-se com cores diferentes) = temas *recorrentes*. Neste caso são:
  (2): tema de desporto,
  (3): tema do à vontade,
  (4) tema do uso e fruição do seu corpo.
- Entre parêntesis ( ) = são distinguidos os *incidentes* e as *interpolações*.
- Na margem são indicadas:
  — a característica marcante da *sequência* (arranque, equilíbrio, desequilíbrio, resistência);
  — as características *estilísticas* (estilo literário, confuso, redundante, lírico, entrecortado, etc.);
  — *as figuras de estilo* (cf. *infra*) e os *operadores* (conjunções, transcrições, etc.).

Dividida em *proposições,* a sequência II é uma dialéctica do tipo:

Eu não sou.
Mas eu fiz.
E eu sou:

Ou seja a sucessão das proposições (sublinhando as articulações):

1) Tenho uma estatura média.
2) Não sou um atleta.
3) Fiz muito desporto.

4) Sou relativamente musculado.
5) Não tenho os ombros muito largos, *mas (enfim)*.
6) Passo por um gajo que gosta de desporto.
7) (De qualquer forma tenho passado por).
8) Pratiquei bastante *e (na verdade)*.
9) *na medida em que* se faça muito desporto a gente sente-se bastante à vontade na nossa pele.

De facto, o raciocínio implícito é o seguinte:

(5), mas (enfim), (6) (8) e (na verdade) (9).

Ao nível das três sequências a dinâmica é a seguinte: Os estilos são sucessivamente:

II. — Estilo linear,
III. — Estilo confuso, excitante e repetitivo,
IV. — Estilo linear.

Os raciocínios sucessivos são:

II. — Afirmação,
III. — Problematização,
IV. — Reafirmação.

O acontecimento conflitual que perturba a progressão do discurso e a sua enunciação é a erupção na sequência III de uma recordação (os *complexos*). A estruturação geral é então:

II. — Raciocínio — domínio do discurso — estilo linear,
III. — *Intervenção de uma recordação* — perda do domínio do raciocínio e do estilo,
IV. — Retomar do raciocínio e do domínio do discurso — restabelecimento do estilo.

Na fase III o locutor é «ultrapassado pelo seu pensamento e/ou pela sua palavra que vêm negar o que ele tinha afirmado anteriormente». O conflito devido ao complexo (ameaçado e recusado) é dominado pelo raciocínio implícito:

Eu não sou (nem sempre fui).
Mas fiz.
E sou (actualmente).

A oposição (disjunção) *eu sou e não sou,* é resolvida pela sucessão temporal: os complexos são remetidos para

a adolescência (um outro que não eu, visto que nego a sua existência actual, logo a existência de complexos). O reequilíbrio é facilitado pelo uso de um *lugar comum:* «complexado em fato de banho» e pela forma impessoal «se» (quando se é adolescente) que permite generalizar o problema.

b) *O estilo.* — A expressão e o pensamento progridem lado a lado. Como já vimos no exemplo dado na imagem do corpo, o estilo confuso, redundante, é significativo do domínio do discurso; pelo contrário, um estilo controlado, uma sucessão de proposições lógicas indicam geralmente um retomar deste domínio.

O ideal na análise estilística, enquanto desvio para uma análise de conteúdo, seria poder generalizar a significação de certos indicadores. Isto é todavia tão utópico como estabelecer uma chave dos sonhos com uma correspondência unívoca e universal entre significantes e significados.

Não obstante, M.-C. d'Unrug, à luz de exemplos precisos sugere certos índices no quadro de uma análise da enunciação de entrevistas não directivas:

- a *sobriedade* pode testemunhar um «compromisso real numa situação real»;

- o *lirismo* manifesta a força de um investimento no tema abordado e a necessidade de o manter;

- as *litanias,* isto é, a acumulação por repetições aproximadas (as *recorrências* são repetições distantes), ausência de progressão, podem manifestar a paixão do locutor mas também a necessidade de falar para aliviar uma tensão. A interpretação pode ser feita em termos de descarga ou de tentativa de domínio de uma representação (o referente é manejado sob todas as suas facetas para que se torne familiar);

- as *interpolações,* trata-se de incidentes, de perífrases, de silêncios e de lacunas que favorecem o retardamento da progressão. Podem considerar-se como sinais de inibição de paragem no discurso, de rotura na continuidade do que vem ao pensamento. Ao invés das litanias que criam um «lugar onde o terceiro está ausente», revelam um discurso socializado em que o lugar do interlocutor é importante. O discurso é vivido do exterior.

Aqui a razão pode desempenhar um papel de defesa. A interpolação pode ser do tipo *sustentação* (suspensão seguida da surpresa pela demora) ou *correcção* (retracção de uma afirmação devido a uma afirmação mais forte ou mais adequada, ou por rectificações sucessivas).

c) *Os elementos atípicos e as figuras de retórica.*

— *As recorrências:* Estas são repetições de um mesmo tema ou da mesma palavra em contextos diferentes. No início da entrevista, as recorrências são uma reacção directa à pergunta estímulo que se explica por um «preenchimento» compulsivo do tempo de fala por bloqueio e pela familiarização progressiva com um novo tema. É o caso da entrevista citada sobre a imagem do corpo, em que o tema *corpo* é retomado oito vezes nas doze primeiras proposições.

No decorrer da entrevista, as recorrências propriamente ditas (espaçadas no discurso) podem ser um indicador:

• *De importância.* Do mesmo modo que se postula um vínculo proporcional entre a frequência relativa de um tema numa mensagem, pode adiantar-se que a repetição, insistência de um tema que ressurge em momentos diferentes revela o investimento psicológico da pessoa nesse tema.

• *De ambivalência.* Se o tema ressurge a despropósito, como que por acidente, em diferentes contextos, pode supor-se que está mal integrado no sistema conceptual do locutor. A relação é do tipo atracção/receio ou do tipo desejo/recusa. A insistência numa noção pode ser esclarecedora da natureza do conflito em jogo.

• *De denegação.* Voltar sem descanso ao mesmo assunto (por exemplo, insistir sobre «sinto-me bem na minha pele») pode ser o sinal do desejo de nos convencermos de uma ideia. De facto, quando se duvida de uma afirmação feita, para nos auto-convencermos e conseguir convencer o outro, repete-se esta. O «eu não sou racista» é típico da denegação.

• *Da presença indiscutível da ideia recusada.* Por exemplo, sempre na mesma entrevista sobre a imagem do

corpo, o autor assinala a presença recorrente da ideia de *prazer* indicando a força do tema sub-jacente, rejeitada pela consciência da sexualidade.

Na mesma ordem de ideias, pode fazer-se apelo, para interpretar as recorrências, à noção freudiana de *resistência com benefício secundário*. A pessoa está mobilizada por um conflito, mas este dá-lhe vantagens secundárias. Está então entretido, mas dá lugar a «obsessões» verbais, aparecendo essas bruscas irrupções do inconsciente que são os lapsos.

— *Os lapsos:* Nos lapsos passa-se qualquer coisa involuntária e uma ideia, uma palavra, substitui a ideia ou a palavra prevista pela consciência. Isto manifesta a insistência não dominável de uma ideia recusada (seja pela consciência, seja pela situação do momento).

Se ao escrever este livro, eu escrevo «é preciso preparar o jantar» em vez de «é preciso preparar o texto» adequado ao meu propósito, eu manifesto involuntariamente a minha preocupação de momento.

Se estando a fazer um curso sobre a análise de mensagens publicitárias, escrevo como exemplo no quadro «com toda a firmeza», em lugar do slogan «com toda a feminidade» ([12]) como me comunica o anúncio que tenho na mão, manifesto por mais que isso me custe, a um anfiteatro de estudantes de psicologia (divertidos), a recusa, devido às circunstâncias imediatas (fazer um ar sério, impor a sua autoridade, manifestar portanto as qualidades não femininas) ou um conflito mais profundo.

Interpretado há longo tempo pela psicanálise, o lapso, cuja ideia facilmente se vulgarizou, é o tipo próprio do elemento atípico carregado de sentido, logo índice precioso para o analista. Erupção irracional num contexto racionalizado, quebra bruscamente a defesa, transgride a norma. Exactamente como os dois exemplos precedentes, incongruentes ou impudicos transgridem a lei do livro *Manual de métodos para autores de puro-espírito despersonalizado,* porque o meu corpo tem fome, ou o meu ego necessidade de expressão.

— *Os ilogismos ou falhas lógicas:* São geralmente acompanhados de uma perda de domínio do discurso. O ilo-

([12]) A tradução rouba a força que este lapso tem em francês — *Fermeté/Féminité. (N. do T.).*

gismo corresponde a uma tentativa de raciocínio, a um desejo de demonstração que encalha na argumentação. Falhas lógicas ou ilogismos são indicadores de uma necessidade de justificação de um comportamento pessoal ou de um juízo em contradição com a situação real. Ou então revelam má fé.

Correspondem a uma defesa do Super-ego, mas cada tentativa de simulação pela racionalização conduz ao falhanço, sem que o locutor disso se aperceba claramente.

A coerência aparente (num discurso desconexo, por exemplo) pode ser dada pela *utilização retórica* (no sentido da argumentação como função persuasiva) de procedimentos lógicos: a utilização de conjunções (portanto, e, mas, ora, ...) pode dar artificialmente uma ilusão de um rigor de raciocínio ou desviar a atenção do verdadeiro raciocínio.

— *Os alibis:* A resolução (aparente ou mágica) de conflitos, de contradições, a conjunção de factos incompatíveis, a justificação, o reassegurar das próprias convicções... recorrem à autoridade dos lugares comuns, dos jogos de palavras, da lógica do «pronto a vestir», ou seja, alibis que se aplicam no discurso.

— *Os lugares comuns.* Têm um papel justificador. São resumos sociais que têm uma função de sustentáculo do discurso. Trata-se de obter a adesão do interlocutor, a sua cumplicidade, usando noções que são partilhadas culturalmente (estereotipos, frases feitas, alusões literárias ou históricas, máximas e provérbios).

Podem ter também a função de desviar a atenção, e ser indicador de uma recusa a uma questão.

• *Os jogos de palavras.* É conhecido o sentido atribuído por Freud ao jogo de palavras ou chiste: a descarga de uma tensão pela manifestação indirecta da libido. É exacto que o jogo de palavras dá o prazer de um sucesso formal e de uma transgressão comparável à de uma história divertida. Pode ser também um sinal de descontracção, mas também, tal como o lugar comum pode ser um meio de desvio, uma distanciação frente a um problema premente, um processo de controlo sofisticado pela descontracção aparente face ao outro. «O humor é a delicadeza do desespero» disse um desesperado refinado...

— *As figuras de retórica* ([13]): Jogam com o raciocínio ou com o sentido das palavras. Existem quando a implicação afectiva com o referente é forte (como, por exemplo, na produção poética) mas precisando de um mínimo de distância e de à-vontade.

M.-C. d'Unrug distingue as figuras de *conjunção* e de *redução*.

• *A conjunção*. Logo que existe disjunção na realidade (por exemplo, incompatibilidade de dois factos, duas ideias, dois juízos), portanto dissonância, a pessoa procura restabelecer a consonância e a harmonia. Pode tentar fazê-lo por um processo mágico ao nível do próprio discurso, para tentar dominar a contradição. Por exemplo, pela manipulação:

— do *paradoxo* (reunião de duas ideias aparentemente inconciliáveis; exemplo: «restabelecer a sua honra com a força da infâmia». [Boileau]);
— da *hipérbole*. (Aumento ou diminuição excessiva das coisas; exemplo: «estou morto de sede»). O afastamento entre a expressão e a realidade traduz a intensidade do desejo.

• *A redução*. Podem citar-se duas figuras entre as mais conhecidas:

— a *metonímia*, ou mais exactamente, a *sinédoque* (tomar a parte pelo todo, o abstracto pelo concreto), é uma redução do tipo lógico. Permite chamar a atenção do interlocutor para somente um aspecto, portanto desviar a sua atenção de qualquer coisa por ocultação. É muito frequente nas comunicações de massa e, como medida subversiva, pode manifestar má fé;

([13]) Alibis, lugares comuns, jogos de palavras, figuras de retórica, não são apenas cometidos «por descuido» por um locutor espontâneo. Os discursos persuasivos (políticos, publicitários), de massa fazem um uso refinado, conscientemente ou não, destes processos. Por exemplo, o discurso publicitário funciona frequentemente segundo um mecanismo de conciliação dos contrários, reforçado pelo recurso aos jogos de palavras, provérbios, metáforas, etc. A análise de conteúdo, não apenas temática mas também a de enunciação, de mais de duzentas mensagens publicitárias, permitiu pôr a claro uma das funções da publicidade da nossa sociedade, função essa que se assemelha aos ritos mágicos e às palavras sagradas. Cf. L. Bardin, *Les mécanismes idéologiques de la publicité*, Delarge, Ed. Universitaires, 1975.

— a *metáfora,* e mais precisamente a *catacrese,* forma vulgarizada da metáfora. A metáfora é uma figura de tipo associativo. Designa qualquer coisa por outra. Geralmente o significante de substituição é mais simbólico. A *ruptura* faz-se pela passagem de um plano denotativo a um plano conotativo. Conotações e metáforas têm um grau de figuração elevado, um grande poder de sugestão porque dragam as significações sobredeterminadas, aderentes ao significante que as suporta por razões históricas (individuais e sociais). Com forte carga emocional, indicam que «o coração tem razões que a razão desconhece» ([14]).

([14]) Na produção deste texto, esta citação conhecida e metafórica (coração) marca:

- a força do investimento do autor: o interesse pela noção de conotação;
- um meio de redução de uma tensão: desejo de desenvolver este ponto mas resistência em ultrapassar o quadro previsto na realização da obra;
- o alibi: meio de terminar bruscamente um raciocínio apercebido como truncado, a ilusão que o leitor compreenderá e ele próprio introduzirá aqui as suas reflexões.

IV

A ANÁLISE DA EXPRESSÃO

Existem um certo número de técnicas que podem ser classificadas sob a denominação de análise de expressão. Com efeito, os indicadores utilizados não são de ordem semântica (conteúdo plano dos significados) mas de ordem formal (plano dos significantes e da sua organização). Apesar disto estas técnicas pertencem ao domínio da análise de conteúdo, na medida em que a passagem pela forma é apenas uma maneira indirecta de atingir um outro nível. Este nível, o das variáveis inferidas, é atingido graças ao desvio através das características formais.

Teoricamente podem apresentar-se dois tipos de influência:

1) Forma ——→ conteúdo ——→ variáveis de inferência.

2) { Forma / (conteúdo) } ——→ variáveis de inferência.

A hipótese implicita que subentende geralmente este tipo de técnica com base na inferência formal, é a de que existe uma correspondência entre o tipo do discurso e as características do seu locutor ou do seu meio. «Os traços pessoais mais ou menos permanentes, o estado do locutor ou a sua reacção a uma situação, modificam o discurso tanto na sua "forma" como no conteúdo», segundo M.-C. d'Unrug ([15]).

([15]) M.-C. d'Unrug, *Analyse de contenu et acte de parole,* Delarge Ed. universitaires, 1974.

Os sectores normalmente mais propícios à aplicação de técnicas de análise de expressão são os seguintes: a investigação da autenticidade de um documento (literatura, história), a psicologia clínica (psicoterapia, psiquiatria), os discursos políticos ou os que são susceptíveis de veicular uma ideologia (retórica).

Parece ser possível classificar os diversos indicadores formais da seguinte maneira: os indicadores léxicos e a estilística; as análises do discurso ou da narrativa (encadeamento lógico, arranjo de sequências, estrutura narrativa, estruturas formais de base).

1. OS INDICADORES

A estilística quantitativa, que se baseia na frequência relativa das palavras, inspirou certas medidas à análise de conteúdo. A estilística qualitativa tornou-se menos intuitiva e mais sistemática (definição exacta dos parâmetros utilizados) o que deu lugar à construção de certos índices. A necessidade de uma abordagem diferencial e comparativa orientou as investigações para o estabelecimento de taxas médias, características modais, normas de referência, a fim de ser possível a comparação das produções analisadas com outras produções.

Entre os indicadores léxicos utilizou-se:

— o TTR *(type token ratio)*. Este indicador mede a variedade (ou a pobreza) do vocabulário pelo cálculo da razão entre o número de palavras diferentes, sobre o número total de palavras. Ou dito de outra forma:

$$\frac{\text{léxico}}{\text{ocorrências}} \text{ ou seja } \frac{L}{O}.$$

Quando maior for o resultado, tanto maior é a variedade, diversidade, ou riqueza vocabular que o texto manifesta.

Ou, se utilizarmos a relação inversa (que dá números inteiros):

$$\frac{O}{L}.$$

Neste caso, quanto mais elevado for o resultado, tanto maior será a pobreza do léxico utilizado.

As taxas de referência (normas) podem calcular-se sobre amostras de igual tamanho (cem, duzentos, quinhentos, ou mil palavras) a partir de tipos de discursos determinados.

O que é que significa a pobreza/riqueza léxica? A partir de mil novecentos e quarenta e quatro, por exemplo, os investigadores americanos tentaram verificar a hipótese de que a variedade do léxico aumentava com o êxito de uma psicoterapia. Utilizou-se ainda este quociente no estudo do grau da desorganização e da alienação social dos esquizofrénicos (Gottschalk). Osgood e Walker utilizaram-no entre os seus indicadores de estereotipia e de redundância na comparação de cartas escritas por «candidatos ao suicídio» e por escritores «normais».

— *Quociente de género gramatical:* A relação relativa dos substantivos, verbos, adjectivos, advérbios, num dado texto, é aplicada sob variadas formas.

- Adjectivos/verbos $\left(\frac{A}{V}\right)$. Por exemplo, o número de adjectivos por cada cem verbos foi utilizado para diferenciar a fala esquizofrénica da fala «normal».
- Substantivos + verbos/adjectivos + advérbios $\left(\frac{S + V}{A + Ad}\right)$. Este quociente serviu a Osgood e a Walker na medição do estereótipo - repetição - redundância.
- Verbos + advérbios/substantivos + adjectivos $\left(\frac{V + Ad}{S + A}\right)$. Para J. Roche ([16]), no quadro dos discursos o estilo é considerado *dinâmico* se o quociente for superior a $I(V + Ad > S + A)$ e *descritivo* se o quociente for inferior a $I(V + Ad < S + A)$.

— O DRQ *(disconfort-reliefquotient).* — Construído por Dollard e Mowrer ([17]) em mil novecentos e quarenta e sete, o DRQ, deriva da teoria da aprendizagem, e é um indicador de tensão. Calcula-se dividindo o número de palavras que exprimem o *mal-estar* pelo número de palavras que exprimem a *descontracção*. Foi utilizado para obser-

([16]) J. Roche, *Le style des candidats à la présidence de la République,* Ed. Privat, 1971.

([17]) J. Dollard e O. H. Mowrer, «A method of measuring tension in written documents», em *Journ. Abn. Soc. Psicho.,* 1947, 42.

var a consequência da intervenção de ajuda a pessoas numa situação difícil. Além de que em certos casos, pode estabelecer uma correlação significativa com outros testes, tais como, a medida da transpiração.

— O PNAQ *(positive-negative-ambivalentquotient)*. Um pouco mais tarde, Raimy (mil novecentos e quarenta e oito) ([18]) no quadro da entrevista de ajuda, propôs um quociente bastante parecido que media as auto-avaliações positivas, negativas ou ambivalentes por parte do paciente. Na mesma ordem de ideias preparam-se indicadores de *reacções de defesa* nas terapias não directivas ([19]) e escalas de medida de *hostilidade* ([20]) e de *ansiedade* ([21]) na expressão verbal, mas tendo por bases índices do tipo semântico, mais do que do tipo formal.

— *Os indicadores fraseológicos* funcionam basicamente ao nível de frase e da sua composição. Calcula-se assim:

- o *tamanho* da frase: O tamanho médio é obtido pelo cálculo do número de palavras por frase;
- a *estrutura* da frase: Quantas proposições há em média na frase? Qual é a «taxa de adaptação»?; isto é, qual a importância das inclusões e das subordinadas?
- a *abertura* ou o *fecho* da frase: Para R. Barthes o não acabamento de uma frase é um sinal de subversão pela linguagem ([22]).

A partir destes cálculos de base, pode medir-se a tendência fluida ou entrecortada da frase, a diversidade da sua construção, os elementos atípicos da composição característicos do autor, etc.

([18]) V. C. Raimy, «Self reference in counseling interviews», em *J. Consul. Psychol.*, 1948.

([19]) G. Haigh, «Defensive behavior in client centered therapy», *J. Consul. Psychol.*, 1949, 13.

([20]) L. A. Gottschalk, C. Goldine, Gleser e Kayla J. Springer, «Three hostility scales applicable to verbal samples», em *Arch. Gen. Psychiat.*, 1963, 9.

([21]) E. B. Gleser, C. Goldine, L. A. Gottschalk e Kayla J. Springer, «An anxiety scale applicable to verbal samples», em *Arch. Gen. Psychiat.*, 1961, 5.

([22]) R. Barthes, Conference sur la «modernité», no Institut des Sciences politiques, Paris, 9-16 Abril, 1975.

Podem ver-se exemplos precisos em análises como as de Roche ([23]) sobre o estilo do General De Gaulle (análise da distribuição do vocabulário, análise da frase e da sua composição, análise das características estilísticas, análise das figuras de retórica), ou nas de Richaudeau sobre «eficiência» da linguagem.

A dificuldade e o «risco» neste género de análise (pelo menos do ponto de vista da análise de conteúdo) é o passar de uma fase descritiva a uma fase interpretativa, ou seja, fazer funcionar as medidas utilizadas, como indicadores reveladores de variáveis de ordem psicológica ou sociológica.

2. ALGUNS EXEMPLOS DE APLICAÇÃO

Vejamos alguns exemplos de análises efectuados na base de índices linguísticos (ou para-linguísticos), léxicos, sintácticos ou estilísticos.

a) *A ideologia racista revelada por diversos índices formais.* (G. Guillaumin) ([24]): O racismo estaria presente mas recalcado na nossa linguagem actual. Esta «latência» no discurso manifestado não o impede de funcionar como modo de precepção estruturante da visão da realidade social. Por exemplo, os índices como prefixo de «senhora» ou de «senhor» antes de certos nomes e não de outros, a ordem das nomeações, as exactidões atribuídas para citar certas raças, são índices isolados por, e onde, o racismo involuntariamente se revela. O autor utilizou indicadores variados:

- construção da frase;
- ordem das palavras;
- escolha das palavras;
- conotações das palavras;

([23]) J. Roche, *Le style des candidats à la présidence de la République,* Ed. Privat, 1971. E também F. Richaudeau, *Le langage efficace,* Paris, CEPL, Denoël, 1973; «Le langage de deux journalistes efficaces: Giroud, Ferniot, em *Communication et langage,* CEPL, 1973, n.º 19.

([24]) G. Guillaumin, *L'idéologie raciste, genèse et langage actuel,* Paris, La Haye, Mouton, 1972.

- reticências, denegação, afirmações de boa fé, exactidões inúteis, qualificativos, generalizações.

A análise toma em consideração a *presença* mas também a *ausência* (omissões «cegueira lógica») dos indicadores conforme os casos. Foi aplicada a uma amostra da imprensa francesa de mil novecentos e quarenta e cinco a mil novecentos e sessenta.

b) *Estados emocionais e perturbações da linguagem* (G. F. Mahl)([25]): Mahl é um adepto da concepção instrumental da comunicação. A comunicação é encarada como um instrumento de influência. O importante é o que é veiculado pela mensagem, estando definido o seu contexto e circunstâncias. Por outras palavras, não existiria aí uma transparência, uma correspondência directa entre as variáveis do texto e as variáveis psico-sociológicas da origem (emissor). Neste campo, esta teoria opõem-se aos defensores do modelo representacional (Osgood em especial) que fundamentam os seus indicadores sobre o postulado teórico da existência de uma «relação isomórfica entre os estados de comportamento e as propriedades quantitativas do conteúdo léxico» (frequência → intensidade; co-ocorrência → associação). Para Mahl, um estado de medo não é traduzido obrigatoriamente por significações de medo na comunicação.

O segundo problema é exactamente o seguinte: inventar indicadores estáveis do estado emocional do locutor. Para conseguir isso, ele analisa as *perturbações da fala* nas entrevistas de psicoterapia, e tenta demonstrar a sua correlação com a *ansiedade* e com o *conflito*. Como flutua a ansiedade imediata do paciente nas suas interacções com o psicoterapeuta? Como se manifesta ela ao nível da linguagem falada?

Para se responder a estas perguntas é necessário «tratar a linguagem como um sistema comportamental expressivo, com propriedades instrumentais e expressivas». As *rupturas* no processo da fala (linguagem agitada, confusa, perturbada) não poderiam ser uma pista para avaliar a ansiedade do doente? De facto pode julgar-se que a ansiedade tem por efeito perturbar o procedimento de uma conduta coordenada, logo a linguagem (comportamento), e isto independentemente da origem da ansiedade.

([25]) G. F. Mahl, «Exploring emotional states by content analysis», em I. de S. Pool, *Trends in content analysis*, 1959.

Mahl utilizou os seguintes indicadores:

- *Ah* (A)
- *Correcção* (rectificação no decorrer de uma frase) (C)
- *Frase interrompida* (Int)
- *Repetição* em série de uma ou mais palavras (R)
- *Gaguez* (G)
- *Instrução de sons incoerentes* (IS)
- *Bifurcamento da língua* (neologismos, inversão de palavras ou de sílabas) (BL)
- *Omissão* (de palavras ou partes de palavras, sílabas finais por exemplo) (O)

Com a ajuda desta grelha de análise, a entrevista é codificada do seguinte modo ([28]):

BL — C .....
A .....
2 G .....
A — R .....
Int .....
R .....
BL .....
O .....
A .....
A .....
2 Int .....
C — G .....

P: «A minha impressão na minha relação com D (filho) foi sempre a razão pela qual ele não p· ... tinha... me parecia não ter sentido o mesmo amor por ele do que sentia por Y (filha), durante os dezasseis primeiros meses da sua vida, eu estava ausente. Não cresci com ele. Se ele teve ciúmes de D isso esteve relacionado com os avós. Agora é muito possível. Se bem que seja uma coisa que eu também suprimi. Ah·... e a razão pela qual digo que é possível é devido a esta espécie de fé·... fé· férias, uma... Ah·... uma· espécie de recordação quando eu·...»

T: «Tem ciúmes dos avós maternos dele?»

P: «Ah, dos avós maternos dele, sim. Porque ele foi criado por eles até... ... até eu voltar para casa. Ele nasceu no seu hos· ... hospital e veio· casa deles, e a minha mulher vivia com os pais dela».

T: «O que é que... O que é que pensa que significa que você tenha ciúmes dos avós dele?»

P: «Bom... Ah· ... quando voltei para casa e durante o primeiro ano aproximadamente, ou mais do que o primeiro ano... Ah·... gostava mais de ir para o avô e para a avó do que para mim.»

...

P: «... E portanto, era mais natural para ele de·... até se tornar· ... completa-

mente que· ele su· supere a sua... Ah... falta de familiaridade comigo, e isso levou muito tempo. Ah: depois houve... ...houve· uma certa dose de ressentimento. Não era dirigido contra os pais ou vo:...· era... de:... re: realmente dirigido contra uma circunstância que me tinha afastado. Era um ressentimento que con· ...numa· certa Ah·... que· numa certa medida se reflectia também no sentimento que eu tinha contra as pessoas que tinham ficado para trás e que tinham ganho dinheiro.»

A .....
R .....

IS — O(?) — IS — G ....

O — C .....
A — C .....

T: «Os seus sogros ganham dinheiro?»
P: «Sim, o meu sogro ganhou muito dinheiro com a guerra.»

Pode estabelecer-se a medida do nível de perturbações pelo quociente seguinte:

Quociente de perturbações da fala

$$\frac{\text{Número de perturbações de palavras}}{\text{Número de «palavras» numa amostra (}^{27}\text{).}}$$

Desta forma é possível observar a *frequência de perturbações de palavras* nos locutores e em diferentes circunstâncias. Por exemplo:

— 1 perturbação de cinco segundos (tempo de palavra real) nas primeiras entrevistas de doentes.
— 1 perturbação de quatro segundos nos estudantes em situação de desempenho de papéis (stress).
— 1 perturbação de cinco segundos nos psicólogos e psiquiatras membros da Universidade, tomando parte em discussões por ocasião de seminários sobre a validade do Rorschach.

As perturbações da palavra são igualmente *involuntárias* e suscitam reacções fortes se em seguida são demonstradas aos locutores (entrevistas transcritas).

Existem diferenças notórias segundo os indivíduos, quanto à frequência e natureza da perturbação. Isto acontece igualmente no decorrer da mesma entrevista, ou de

(26) Este extracto foi traduzido do inglês e adaptado ao francês, tendo sido extraído de um exemplo citado por Mahl. Tanto a grelha como o exemplo citado tiveram de ser adaptados para português, tendo por base o orginal francês. *(N. do T.)*

entrevistas do mesmo indivíduo. Baseada num corte de cada entrevista em frases (dois minutos), a medida pela análise das perturbações e da ansiedade (pela competência de terapeutas), permitiu estabelecer correlações entre certos indicadores e a ansiedade. Contudo parecia que o «ãh» não era significativo da ansiedade e que o sexo era uma variável que afectasse consideravelmente os resultados.

c) *A intenção de se suicidar é uma motivação que modifica os hábitos de expressão* (Osgood e Walker) ([28]): Para Osgood a expressão linguística é um comportamento como qualquer outro, susceptível de aprendizagem e de hábitos (hábitos de codificação). Pergunta-se qual é o efeito da *motivação* sobre o comportamento linguístico. As «cartas de suicídio» (cartas de despedida escritas pelas pessoas na altura de se suicidarem), comunicações individuais submetidas a um móbil muito forte, deveriam ser caracterizadas por diferenças de expressão se comparadas com *cartas vulgares* (enviadas pelos sujeitos aos familiares e aos amigos), ou com *as cartas de suicídio simulado* (cartas fictícias produzidas artificialmente por outras pessoas).

Os autores organizam a análise comparada dos três tipos de cartas, tendo por base quatro hipóteses. A intenção de se suicidar deve provocar mensagens marcadas por:

A) *uma estereotipia elevada* (repetição, pobreza de léxico, pobreza de adjectivos e advérbios);
B) *uma grande desorganização* (erros, rupturas);
C) *uma manifestação crítica de si e dos outros*, uma atitude de procura face ao interlocutor;
D) *manifestações de conflito*. Tudo isto em comparação por um lado com as cartas vulgares, e por outro, com as cartas de suicídio simulado.

A análise consistiu em pôr operacionais os indicadores textuais que fossem susceptíveis de esclarecer estas hipóteses. Foram utilizadas dezasseis medidas:

- Índices de *estereotipia:*

1. Número médio de sílabas por palavras (tamanho de palavras).
2. Número de *palavras diferentes,* sobre o número total de palavras (TTR).

([27]) Definição operatória de palavra: palavras incompletas, completas, sons distintos e «ãh». Esta unidade pode ser substituída pelo *segundo,* (unidade de tempo) de palavra.

3. Número de *palavras repetidas*, sobre o número total de palavras (redundância).
4. Quociente $\frac{\text{substantivos} + \text{verbos}}{\text{adjectivos} + \text{advérbios}}$.
5. Teste de Clozure (teste de lisibilidade sobre o material mutilado, medindo a redundância e a estereotipia).
6. Número de palavras *«extremistas»* sobre o número total de palavras. (palavras «extremistas» = «sempre», «jamais», «pessoa», «todos», etc.).

• Índices de *desorganização:*

7. Número de erros por cem palavras (erros gramaticais, de soletração, de pontuação, esquecimentos, etc.).
8. Número total de palavras da mensagem, sobre o número de segmentos independentes *(tamanho das proposições).*

• Índices de «orientação» (de si e de outrem):

9. Quociente de angústia/alívio (DRQ: quociente).
10. Número de palavras *avaliativas com significação comum* (28) sobre o número total da mensagem.
11. *Número de proposições avaliativas positivas*, sobre o número total de proposições positivas e negativas (29).
12. Referências ao passado, *presente* e futuro.
13. Número de *construções* «apelativas» por cada cem palavras (medida do «apelo»: necessidade que o locutor sente de ter um interlocutor) (30).

• Índices de *conflito:*

14. Número de *formas verbais complexas* (exemplo: «I used to be good» em lugar de «I was good»).
15. Número de *construções ambivalentes* por cada cem palavras (sinais de indecisão).
16. Percentagem de *proposições avaliativas ambivalentes.*

A maior parte das medidas conduziram a resultados significativos a favor das hopóteses para a comparação, cartas de suicidas, cartas normais. Contudo o índice (7) não trouxe diferença significativa, o índice (8) deu um resultado inverso (proposições independentes mais longas nas cartas de suicídio), o índice (12) assinala uma orientação virada para o passado.

---

(28) C. E. Osgood e E. G. Walker, «Motivation and language behavior: content analysis of suicide notes», em *J. Abnorm. Soc. Psychol.* 1959, ou em S. Moscovici, *The psychosociology of language.*

(29) Cf. análise de avaliação.

(30) A aproximar da função fática da comunicação definida por Jakobson.

Uma comparação com as cartas de sucídio simuladas e o uso de outras técnicas (medidas do léxico, análise das co-ocorrências), confirma as hipóteses (A), (C) e (D), mas infirmou a hipótese (B).

d) A *expressão política e suas manifestações em Maio de mil novecentos e sessenta e oito* ([31]): A expressão política de uma quinzena de grupos ou grupúsculos manifestou-se sob a forma de *panfletos,* em Maio de mil novecentos e sessenta e oito. Não está em questão resumir o trabalho ao qual fazemos referência, bastante volumoso e de princípios e medidas detalhadas, com resultados e provas estatísticas, dizendo respeito à análise do vocabulário e conteúdo dos documentos. A análise do vocabulário quer-se uma lexicometria. Isto é, nenhum princípio director *a priori,* nenhuma hipótese foi projectada sobre o material.

«Ater-nos-emos ao discurso, não para o explorar em tal ou tal sentido, incluindo o linguístico, mas para o descrever o mais formalmente que pudermos, antes de o interpretar.»

«Para a lexicometria, a objectividade começa quando as projecções tendem a ser substituídas pelas formalizações. Não se fixam *a priori* nem testemunhos nem grelha, nem esquemas, nem hierarquias. Tudo, é tratado (exaustividade das letras), da mesma maneira (uniformidade do despojamento) e segundo um critério único (invariância de uma unidade de base anónima)».

Trata-se portanto de uma exigência da máxima *neutralidade,* tendo entretanto duas limitações:

- um postulado implícito, o da frequência: cada ocorrência é considerada como igualmente significativa;
- uma diferença: distinção entre formas funcionais (lista fechada e arbitrária de trezentas e trinta formas gráficas que correspondem a cerca de cinquenta por cento do vocabulário de um texto) e formas lexicalizadas (lista aberta).

Ao nível lexicométrico, os autores utilizam essencialmente os índices seguintes:

- *Componentes textuais:*

— tamanho dos panfletos,
— tamanho dos itens («palavras»),
— tamanho e complexidade das frases.

([31]) M. Demotet, A. Geffroy, J. Gouaze, P. Lafon, M. Mouillaud, M. Tournier, *Des tracts en mai 68, mesure de vocabulaire et de contenu,* Paris, FNSP, A. Colin, 1975.

• *Lexicalidade e funcionalidade:*

— utilização de um *coeficiente de lexicalidade* (ou do seu inverso: coeficiente de funcionalidade) na base da relação entre formas plenas de significação e formas vazias ou gramaticais. O coeficiente de lexicalidade exprime a percentagem de ítens léxicos de um texto.

• *Extensão e estrutura do vocabulário:*

— extensão: número de unidades diferentes;
— estrutura: distribuição das frequências das unidades diferentes;
— coeficiente de *repetição* geral: relação do número de ocorrências com o número de formas;
— um coeficiente de *repetição/funcional*;
— coeficiente de *repetição léxica*.

• *Originalidade e banalidade do vocabulário:*

— índice de originalidade: percentagem de leitura de um emissor das formas que não se encontram nele;
— núcleo léxico: formas comuns a todos os locutores (duas origens: o francês básico e a política fundamental dos panfletos de Maio de mil novecentos e sessenta e oito);
— perfil do emprego das formas nos diferentes grupos políticos.

V

A ANÁLISE DAS RELAÇÕES

«Pouco importam os objectos relacionados. Devo aprender primeiro que tudo, a ler as ligações.»

A. de Saint-Exupéry,
Citadelle.

A teoria da associação (Freud, mas também a teoria da aprendizagem) numa primeira etapa, o aparecimento dos ordenadores numa segunda, o estruturalismo (linguística e sociologia) contribuíram para orientar finalmente as técnicas de análise não mais para a simples frequência da aparição dos elementos do texto, mas para as *relações* que os elementos do texto mantêm entre si.

Esboçada por Baldwin ([32]) em mil novecentos e quarenta e dois nas «cartas de Jenny», defendida por Osgood ([33]), desenvolvida pelo ordenador ([34]), a análise das *co-ocorrências* ou análise de contingências (*contingency analysis*) reveste-se cada vez de mais importância e vem completar a análise frequencial simples.

([32]) A. L. Baldwin, «Personal structure analysis», *Journ. Abn. Soc. Psychol,* 1942, 37.

([33]) C. E. Osgood, «The representational Model and Relevant research Methods», em I. de Sola Pool (edit.), 1959.

([34]) Cf. *General Inquirer.*

1. ANÁLISE DAS CO-OCORRÊNCIAS

A análise das co-ocorrências procura extrair do texto as relações entre os elementos da mensagem, ou mais exactamente, dedica-se a assinalar as presenças simultâneas (co-ocorrência ou relação de associação) de dois ou mais elementos na mesma unidade de contexto, isto é, num fragmento de mensagem previamente definido.

«A análise de contingência não se coloca o problema da frequência de aparição de uma dada forma significante em cada uma das diversas partes de um texto, mas qual é a sua frequência de aparição com as outras unidades significantes» escreve Osgood.

É de notar que uma referenciação das dissociações ou exclusões de elementos assinalados pela não presença «anormal» de certos elementos na mesma unidade de contexto pode também ser significativo.

Enquanto que a frequência de aparição das unidades de significação ou de elementos formais assenta no princípio de que quanto maior for a frequência dos elementos, tanto maior será a sua importância, a co-ocorrência (ou a não co-ocorrência) de dois ou mais elementos revelaria a associação ou dissociação no espírito do locutor. Se o elemento A, aparece muitas vezes (co-ocorrência superior ao acaso) pode ser posta a hipótese de que A e B estão ligados, ou seja, associados no emissor. Ao contrário, se o elemento B raramente aparece em simultâneo com o elemento C (co-ocorrência inferior ao acaso), pode ser posta a hipótese que são exclusivos, dissociados na mente do locutor. Por exemplo, é assinalada depois da análise das co-ocorrências, uma associação significativa entre o tema da doença e do dinheiro ([35]) numa doente mental, de quem se estudou cuidadosamente a correspondência. Qual é o sentido deste índice e doutras ligações obtidas pelo mesmo processo? Por exemplo, põe-se em evidência a existência de uma relação negativa, num indivíduo, entre a mensão de práticas homossexuais e masturbatórias e a referência à sua mãe. Que significado existe, se estes dois temas nunca aparecem juntos? Ou ainda, assinala-se que num caso de psicoterapia o tema *mãe* e o tema *sexo* estão muitas vezes associados, mas com um terceiro elemento, manifestações da ansiedade. A interpretação de Osgood é a

([35]) Baldwin, *op. cit.*

seguinte: «A lembrança de um, inibe a lembrança de outro.»

a) *O procedimento de Osgood.* Osgood propõe a seguinte abordagem:

— Escolha das unidades de registo (palavras chave por exemplo) e, a categorização (temas) se tal tiver cabimento.
— Escolha das unidades de contexto e o recorte do texto em fragmentos.
— Codificação: presença ou ausência de cada unidade de registo (elemento) em cada unidade do contexto (fragmento).
— Cálculo das co-ocorrências (matriz de contingência). Comparação com o acaso.
— Representação e interpretação dos resultados.

• *Escolha das unidades de registo:* as unidades de registo devem ser determinadas com cuidado em função desta técnica, porque podem surgir enviesamentos. Osgood referiu casos de elementos substitutivos *com sentido* muito aproximado: se «mulher jovem» e «rapariga» têm um sentido equivalente para o locutor, ver-se-á aparecer uma dissociação nos resultados porque terá usado ora um, ora outro, em virtude de serem homónimos.

• *Escolha das unidades de contexto e recorte:* Numa mensagem descontínua, a unidade de contexto pode corresponder ao documento singular: o dia num diário íntimo, a carta na correspondência, o artigo num conjunto de imprensa, a entrevista numa série ou numa amostra. Se o texto é contínuo (exemplo: romance, entrevista longa, psicodrama, discurso político, etc.), escolhe-se uma unidade arbitrária correspondente a um certo espaço temporal de ressonância psicológica. Depois da experimentação feita, Osgood propõe que a unidade de contexto seja constituída por fragmentos de cento e vinte a duzentas e dez palavras para que as co-ocorrências tenham sentido.

• *Codificação e matriz de contingência.* O realçar dos elementos em cada fragmento permite obter uma matriz dos dados brutos e em seguida uma matriz de contingência.

• *Matriz de dados brutos:* Denominamos A, B, C, ..., N os elementos ou unidades a registar e 1, 2, 3, ..., *n*, os fragmentos ou contextos de um registo. Obtém-se um quadro de dupla entrada do tipo seguinte:

		UNIDADES DE REGISTO				
		A	B	C	...	N
UNIDADES DE CONTEXTO	1	+	—	+	etc.	
	2	—	+	—		
	3	—	+	—		
	...	+	+	—		
	n	etc.				
	Percentagem	.40	.20	.60		

Assinala-se simplesmente a presença (+) ou a ausência (—) de um elemento ou de um fragmento. Mas podem também ser referidas as frequências de aparições dos elementos. Neste caso, Osgood sugere que se assinale com (+) as frequências superiores à mediana e com (—) as frequências inferiores.

	A	B	C	...	N
A	—	.08	.24		
B	.06	—	.12		
C	.38	.02	—		
...					
N					

↖ Contingências esperadas (acaso)

↗ Contingências obtidas

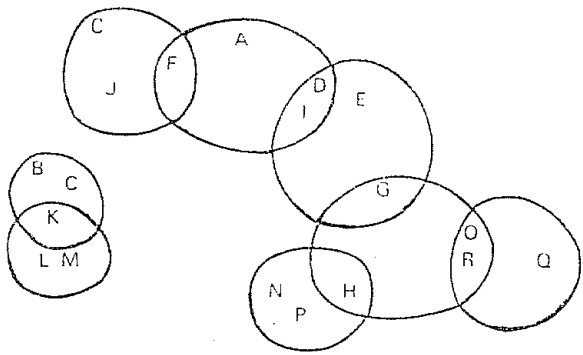
• *Matriz de contingência:* Representou-se em seguida na mesma matriz as co-ocorrências obtidas e as co-ocorrências esperadas, isto é, as contingências reais e as contingências que se apresentariam se fosse o acaso o único factor a jogar.

• *Representação e interpretação dos resultados.* Os resultados podem ser representados da forma seguinte:

— Tabelas de contingência significativas: é feita uma lista para cada uma das outras categorias em relação às quais há associação ou dissociação.
— Quadros de *redes* e de *núcleos (cluster analysis):* num espaço bidimensional, é possível visualizar as relações das diferentes categorias sob a forma de círculos secantes (pôr em evidência os *núcleos*). Ou então um esquema de redes pode traduzir a projecção de uma representação tridimensional (fósforos e bolas de espuma) a duas dimensões.

Como interpretar os resultados? Ou melhor, será que o diagrama em rede, os núcleos de associações que aparecem depois da análise e o cálculo das ocorrências, serão representações das estruturas associativas ou dissociativas do locutor? A existência de uma correspondência entre a co-presença textual e a associação real é postulada por Osgood e pela análise das co-ocorrências, mas uma associação ao nível das palavras pode por vezes esconder uma dissociação nos factos. Quando um paciente em tratamento

Exemplo fictício de um esquema de núcleos de relações



psicoterapêutica repete com insistência «eu amo/gosto da minha mãe», *amor* e *mãe* aparecem de facto, em co-ocorrência nos resultados. A análise de contingência revela as copresenças mas sem as explicar: copresenças deliberadas para assinalar as exclusões? Ou copresenças devidas às preocupações latentes inconscientes do locutor?

Para Osgood, a análise de contingência é pertinente em relação às mensagens espontâneas, não estratégicas (isto é, representativas por oposição à concepção instrumental da linguagem) ou para mensagens deliberadas com origem institucional. De qualquer forma, o locutor (ou grupo de locutores) não pode controlar totalmente as suas associações ou as exclusões (e, falsificar assim, o sentido das co-ocorrências manifestadas no texto).

A análise das co-ocorrências parece ter utilidade para clarificar as estruturas da personalidade, as «preocupações latentes» individuais ou colectivas, os estereótipos, as representações sociais e as ideologias.

Para aumentar a significação das co-ocorrências obtidas, tentam estabelecer-se normas de referência (frequência das co-ocorrências «normais») constituídas por corpos longos. Contudo, na maior parte das vezes estes dados de comparação são muito gerais para servir de quadro de referência às amostras particulares produzidas por locutores com características especiais e em circunstâncias determinadas.

b) *O prosseguimento da investigação; um exemplo, os panfletos de Maio de mil novecentos e sessenta e oito.*

— Em França, centros de lexicometria e de lexicologia (em particular a Escola Normal Superior de Saint-Cloud) prosseguem a construção das co-ocorrências como instrumento de análise com a ajuda do ordenador. No estudo *dos panfletos em Maio de mil novecentos e sessenta e oito* ([36]), por exemplo, a análise das co-ocorrências apresenta as seguintes características:

- As co-ocorrências são estudadas a partir de *palavras-pólo.*
- A unidade de contexto é a frase (precisamente com um máximo de dez ítens lexicais em cada expansão antes ou depois do pólo).

«Na vizinhança à qual tem acesso, o ordenador determina, depois de lhe ser fornecida a localização do pólo, uma expansão esquerda e uma expansão direita, releva as vizinhanças fraseológicas que as povoam, adicionando em seguida (varredela a varredela) as ocorrências de cada forma (co-frequências).»

([36]) Os panfletos em Maio de 1968, *op. cit.*

Os índices seguintes são calculados:

— *Índice de co-frequência* (co-frequência observada e esperada): dá-nos a frequência de aparição de um termo vizinho de outro.

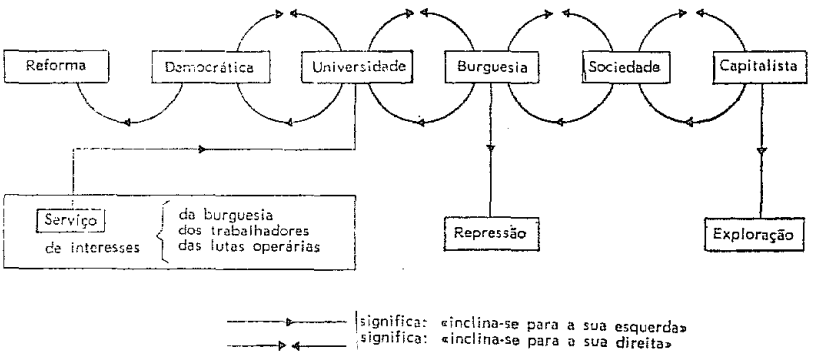
— *Índice de proximidade:* mede a distância de vizinhança e indica a que proximidade (afastamento) um termo se encontra em relação a outro, (por exemplo uma palavra pólo). Fica-se assim a saber se existem zero (contiguidade), 1, 2, 3, 4, etc. (segundo as possibilidades do ordenador) palavras entre as duas palavras observadas. A medida é feita à direita e à esquerda da palavra pólo.

— *Índice de desvio:* Trata-se do desvio entre a cofrequência observada e a cofrequência teórica. A vizinhança é considerada como normal, desde que o desvio entre as duas esteja perto de zero. Se a cofrequência observada é nitidamente superior à cofrequência teórica (existe outra causa para além do acaso), pode dizer-se que o polo «atrai» a palavra pela qual se obtém este resultado. Se a co-frequência observada se revela nitidamente inferior ao que se poderia esperar, pode dizer-se que o polo «repele» esta palavra e pode falar-se de recusa de vizinhança, de proibições, ou de tabus léxicos. Contudo os autores lexicólogos recusam-se a fazer qualquer tipo de interpretação extra-linguística.

Partindo destes índices, a análise dos resultados aplica e explora a teoria dos gráficos para evidenciar as relações de vizinhança e os percursos privilegiados em tal ou tal texto, ou determinado grupo político. Os componentes do texto aparecem-nos assim imbricados a diversos níveis (linguístico, semântico) das componentes do texto ([37]): Uma vez que como diz Lacan, «qualquer discurso se verifica e se alinha nas várias pautas de uma partitura» e basta escutá-lo para o ouvir em polifonia.

Neste caso, a escuta do ordenador em matéria de co-ocorrência fornece redes e gráficos dos quais propomos uma forma entre os mais simples dos que resultaram de um estudo dos panfletos de Maio de mil novecentos e sessenta e oito:

Exemplo parcial, extraído de um gráfico geral de co-ocorrências positivas, inclinações e vizinhanças



([37]) O psicólogo acrescentaria «psicológico», o sociólogo «sociológico», etc.

2. ANALISE «ESTRUTURAL»

«O essencial é invisível ao olhar.»

A. de Saint-Exupéry,
Le Petit Prince.

A terceira contribuição de que os métodos de análise de conteúdo beneficiam é resultante dos processos convergentes da *linguística* e da invasão da *atitude estrutural,* desde os anos sessenta.

Por um lado toma-se consciência que o corte de ítem por ítem e a classificação em frequência são insuficientes:

«... o mais importante e o mais significativo, porque um texto é... uma *realidade estruturada* (38) no interior do qual o *lugar* dos elementos é mais importante do que o seu número...» (39).

Assim a multiplicação de trabalhos de linguística estrutural instaura procedimentos novos, através de uma invasão de toda a análise de mensagens.

Por outro lado, a voga e a crença na existência, por baixo da aparente diversidade dos fenómenos, de estruturas universais ocultas, ou no interesse operatório de revelar tais estruturas pela construção de modelos, vieram, por reincidência, colorir de modo diferente a atitude dos analistas de comunicações.

O que fazem os estruturalistas? Procuram a ordem imutável sob a desordem aparente, o esqueleto ou ossatura invariável sob a heterogeneidade patente dos fenómenos.

Por detrás da análise das frequências existia a mania do coleccionador. Por detrás da análise estrutural, existe um gosto pelo jogo do mecano: desmontar o mecanismo, explicar o funcionamento e... reencontrar as mesmas engrenagens ou o mesmo motor, qualquer que seja a forma do relógio ou a cor da carroçaria.

Tudo isto, com a tomada de consciência, inseparável da noção de sistema, que qualquer modificação num dos mecanismos ou no menor parafuso, muda o conjunto da mecânica. Na mesma ordem de ideias, se todo o discurso, qualquer que seja o seu código e a sua sintaxe, é mais ou

---

(38) Os sublinhados são nossos.

(39) O. Burgelin, «Structural Analysis on mass-communication», em *Studies of broadcasting radio and T.V.,* Culture Research Institute Nippon, Mosokyokai, 1968, n.º 6, citado por E. Morin no *Essais sur les mass media et la culture,* Paris, Unesco, 1971.

menos estruturado, e se a significação é organizada por esta estruturação, a mais pequena variação ao nível dos elementos constitutivos ou do seu arranjo produz, por conscequência, uma mudança ao nível da emergência da significação. Isto estará na origem dos testes de diferença ou dos procedimentos de comutação, pacientemente utilizados na análise estrutural.

As análises «de contingência, situando o ítem considerado no seu universo contextual, as referenciações frequenciais da co-ocorrência (ou da co-exclusão) de elementos nas análises «associativas», a investigação de «blocos» ou de agregados significativamente constantes, de componentes (palavras, imagens, temas, sequências de signos ou de significações), constituiram um primeiro passo na estruturação da mensagem estudada.

Na análise com carácter «estrutural», não se trabalha mais (ou jamais só) na base da classificação dos signos ou das significações, mas debruçamo-nos sobre o arranjo dos diferentes itens, tentando descobrir as constantes significativas nas suas *relações* (aparentes ou latentes) que organizam estes itens entre si.

Para cada material, para cada código ou cada conteúdo estudados, espera-se fazer surgir um sentido suplementar pela clarificação de uma «sintaxe» ou de uma «gramática» que se sobrepõem à sintaxe ou à gramática conhecidas do código.

A análise aplica-se, não mais ao vocabulário, léxico ou reportório semântico ou temático da mensagem, mas aos princípios de organização sub-jacentes, aos sistemas de relações, aos esquemas directores, às regras de encadeamento, de associação, de exclusão, de equivalência, aos agregados organizados de palavras ou de elementos de significação, às figuras de retórica, etc., isto é, todas as relações que estruturam os elementos (signos ou significações) de maneira invariante ou independente destes elementos.

A via foi aberta por C. Lévi-Strauss no seu esforço de se apoderar da lógica sub-jacente que ordena e rege, nas sociedades primitivas, as estruturas elementares do parentesco ou a combinatória mitológica.

O método estruturalista procura «revelar por debaixo da disparidade dos fenómenos, as relações ilegíveis ou diluídas que verificam uma ordem escondida». A estrutura, realidade oculta do funcionamento da mensagem, ou modelo operatório construído pelo analista, permite abstrair-se dos elementos que a compõem. As regras de

articulação, as leis relacionais, tomam então, aos olhos do analista, a dianteira sobre as unidades mínimas da comunicação, aparentemente desorganizadas e variáveis, e que escondem estas leis e regras profundas.

De facto, este termo de «análise estrutural» engloba um certo número de técnicas que tentam passar do nível atómico da análise, a um nível molecular, e centram os seus procedimentos, mesmo num plano muito elementar, mais nos *laços* que unem as componentes do discurso, do que nos próprios componentes.

Na análise estrutural, as análises de frequência «de coleccionador atomista» não são abandonadas, porque numa primeira etapa, são muitas vezes úteis. Antes de descobrir as leis que regem o mundo das borboletas (na hipótese de tais leis existirem), é necessário esgravatar pacientemente os lepidópteros!

Contudo os procedimentos estruturais impregnam certas análises, e com maior ou menor pertinência, elegância, eficiência, existem modelos, matrizes, estruturas — simples ou complexas — que emergem das leituras sistematizadas dos discursos.

O desmembramento estrutural (desmembramento seguido sempre de reconstrução) mais elementar é aquele que se fundamenta na oposição binária.

Vejamos os seguintes exemplos:

a) *A lógica simbólica e ideológica do «habitante de pavilhões»*.

— Foi utilizado um modelo de análise por pares de oposições, termo a termo, ou tema a tema, a propósito de entrevistas não directivas relativas ao *habitat* (e mais precisamente ao *habitat* em pavilhões individuais) pela equipa de investigação urbana de H. Raymond ([40]). Este explica-nos como conseguimos despojar e fazer «falar» a enorme massa de informações sobre o alojamento, obtidas graças a umas duzentas entrevistas ([41]).

O objectivo da análise era o seguinte: demonstrar que existe na população dos «habitantes em pavilhões», um sistema de relações, uma correspondência termo a termo, entre a organização espacial (material) do alojamento em

([40]) N. Haumont e H. Raymond, *L'habitat pavillonnaire*, Paris, Cru.

([41]) H. Raymond, «Analyse de contenu et entretien non directif: application ou simbolisme de l'habitat», em *Revue Française de Sociologie*, n.º especial «Urbanisme», Paris, 1968.

casas individuais e as representações e as significações associadas ao alojamento. Donde a possibilidade de estudar os discursos dos entrevistados, segundo uma dupla articulação dos elementos ao nível:

— de um sistema prático (sensível, objectal);

— de um sistema simbólico e/ou ideológico.

Muito mais importante do que isso, é estabelecer a correspondência entre os dois sistemas.

O processo de tratamento da informação teve lugar em dois tempos:

— *Primeiro tempo:* uma *fragmentação* do discurso por temas que se referem à estrutura material do *habitat* (exemplo: a cozinha, a frente da casa), seguindo-se o recenseamento pela análise do contexto de tudo quanto foi dito (ao nível simbólico e/ou ideológico) sobre cada tema, tudo o que foi associado pelo entrevistado a cada elemento material mencionado na entrevista (exemplo: a intimidade, a desordem).

— *Segundo tempo:* uma *redução* (a reconstrução teórica do sistema subjacente pelo par de oposições, pelo analista), acompanhada por um par de relações do tipo:

$$\frac{A/c}{B/d}$$

em que A e B reenviam aos elementos espaciais, e c e d aos símbolos ou significações correspondentes.

Por exemplo:

$$\frac{\text{Quarto/privado}}{\text{Sala de jantar/pública}}$$

em que o critério «intimidade» indica uma hierarquia, segundo os diferentes espaços da casa;

$$\frac{\text{Cozinha/desordem}}{\text{Sala/ordem}}$$

em que o critério «ordem» por oposição a «desordem» manifesta a diferença entre dois compartimentos.

$$\frac{\text{Cozinha/quotidiano}}{\text{Sala de jantar/festa}}$$

em que o critério «quotidiano» por oposição ao «excepcional» revela as normas das práticas dos «habitantes de pavilhões» quanto à tomada de refeições.

Donde a conclusão geral:

«O modo de habitar pavilhões e os comportamentos que lhe estão associados têm significações que ligam o *habitat* a um modo de vida ideal.»

Contudo este sistema de relações entre um plano objectal e um plano simbólico-ideológico, que aqui se torna particularmente pertinente e fecundo, não é generalizável a toda a relação indivíduo meio; o próprio H. Raymond reconhece que este caso é particularmente favorável à exploração de pares binários. E, apesar de H. Lefebvre escrever a propósito deste estudo sobre o mundo dos «habitantes dos pavilhões»:

> «O sistema dos objectos permite abordar e analisar o sistema de significações verbais, sendo o inverso verdadeiro»,

estamos bem longe de um dicionário geral de correspondência entre o sistema de significações simbólicas, e o inverso material. Mesmo que o campo de estudos sobre o mundo material se multiplique, não há a certeza de que um tal dicionário de relação entre representações individuais e sociais por um lado, e o meio físico do homem, pelo outro, possa existir. Isto porque, as associações homens/ /objectos vividos pelo homem fazem parte destas linguagens extremamente incertas e flutuantes que o empreendimento semiológico tenta descobrir.

b) *Uma «sócio-semiologia séria do vestuário».* — Esta descrição do percurso que conduz à elaboração de «matrizes significantes», é contudo mais complexa na obra de método, «*Le Système de la Mode*», de R. Barthes ([42]).

A passagem do vestuário real ao vestuário imagem e ao escrito na literatura da moda, e a construção de dois pares de classes comutativas (par A: a relação vestuário/mundo quer dizer a relação das características técnicas do vestuário, tais como comprimento por exemplo com os traços caracteriais ou circunstanciais, tais como o vestuário desportivo ou o vestuário fim-de-semana; par B: a relação vestuário/moda, quer dizer, a relação destas características técnicas do vestuário sempre explícitas no texto, pela moda/fora de moda, na maior parte das vezes implicitamente significado) permitem ao autor definir o código do vestuário que ele está a estudar enquanto linguagem articulada a vários patamares em que os níveis de significação se imbricam uns sobre os outros.

O modelo «matriz significante» de base de qualquer comentário de moda, está tripartido:

([42]) R. Barthes, *Système de la mode,* Paris, Seuil, 1976.

O *o objecto*	(a peça de roupa)	ex.: vestido, casaco.
S *o suporte* da significação	(a parte da peça de roupa ou «vestema»)	ex.: colarinho, mangas.
V o elemento *variável*	(as oposições possíveis)	ex.: aberto/fechado, comprido/curto.

Tudo isto reenvia para o mundo (carácter do vestuário: desportivo ou solene e circunstância de uso: para o campo ou para a cidade) e sempre mais ou menos implicitamente na *Moda* (a questão é estar ou não «na moda»).

c) *Palavra persuasiva e estrutura narrativa: a publicidade* ([43]). — Como decompor um anúncio publicitário, explicitar a sua retórica, quer dizer, os seus meios específicos de persuasão e expressão? Como descobrir a estrutura ideológica interna que organiza um anúncio? Pode aplicar-se ao discurso presuasor (publicitário mas também político) uma análise em termos de estrutura narrativa, e de lógica de narração, tal como se aplicou esta mesma análise aos contos, aos mitos ou às histórias divertidas. Pode-se também tentar extrair a organização conotativa subjacente que governa este discurso.

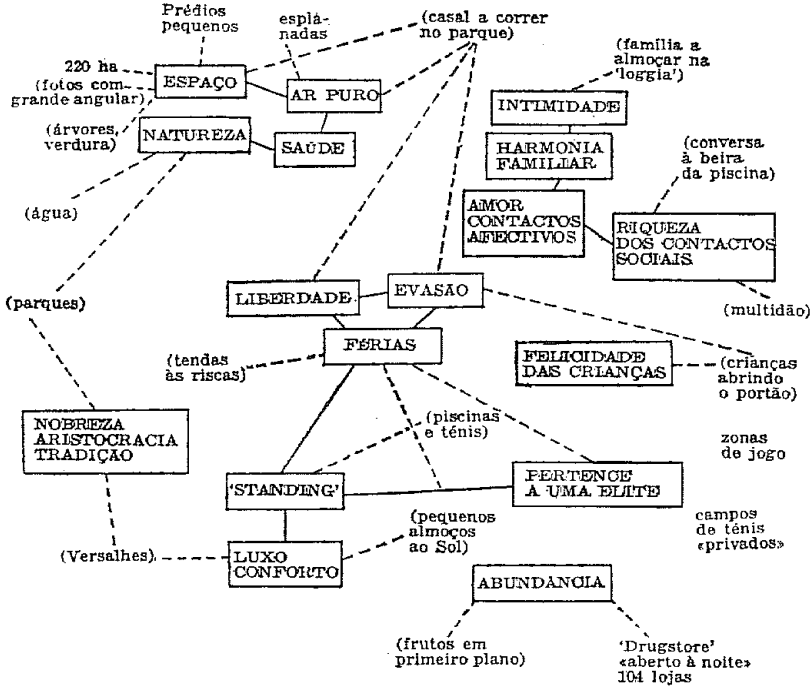
• *Uma grelha de valores implícitos: as conotações.* — A persuasão é muitas vezes sedução; muitas vezes seduz-se mais pelo latente, pelo evocado e pelo subentendido do que pelo manifesto; do mesmo modo, para compreender a estrutura dos textos publicitários e a lógica narrativa das «historiazinhas» (divertidas ou não) que estes textos narram, é necessário em primeiro lugar apreender a grelha dos valores implícitos a que o código publicitário recorre.

Pode por exemplo submeter-se o discurso da publicidade a dois tipos de análise; a primeira *temática,* tradicional, que permite revelar a frequência dos temas, manifestos detectáveis nos anúncios, isto é, a análise da *dimensão denotativa* do discurso; a outra, virada para as associações que ligam os significados primeiros aos significados segundos, para os valores implícitos evocados pelas imagens e pelas subtilezas de expressão, etc.

Estes valores são as *conotações* que não emergem isoladas e cuja lógica de relações serve para a sua detecção.

([43]) L. Bardin, *Les mécanismes idéologiques de la publicité,* Paris, Delarge, Ed. Universitaires, 1975.

Configuração dos valores sugeridos por certos significantes linguísticos e icónicos numa publicidade imobiliária (Parly II)



Maiúsculas nos rectângulos = valores;
Minúsculas = significantes lingulsticos;
Minúsculas entre parêntesis = significantes icónicos;
Traço = relação entre dois valores.

• *A estrutura narrativa.* Citamos em seguida dois exemplos contidos num conjunto de análise de textos publicitários cujo objectivo é a revelação de uma estrutura de base chamada conciliação dos contrários. Trata-se ainda de publicidade para residências (prospectos).

Exemplo 1: *A cidade no campo.*

O texto parte de um paradoxo bem conhecido (função de alibi da citação) e procede através de uma sucessão problema/solução até encontrar a solução final convergente no produto.

«Porque não se constroem as cidades no campo, o ar seria mais puro!» Este paradoxo de Alphonse Allais exprime de facto o secreto desejo de muitos de nós: viver no campo uma existência perfeitamente urbana. Porque se todos nós amamos o ar puro e os belos jardins, não estamos necessariamente resolvidos a viver no isolamento e na rusticidade, pelo menos na nossa vida quotidiana. E justamente Grand-Jardin não sugere uma vida rústica e campesina. Lá encontramos antes a atmosfera sofisticada dos belos bairros de Paris onde prédios em alvenaria (neste caso de mármore) dão para as árvores e jardins. Mas haverá em Paris um prédio mesmo muito luxuoso que ofereça uma piscina privada aos seus habitantes? Cogifrance aceitou portanto o desafio de Alphonse Allais e reconstituiu em frente de colinas agrestes uma parte do Paris elegante de tão fácil acesso ao centro como o são Neuilly ou mesmo o 16.º bairro.»

Paradoxo conhecido: cidade/campo →

resolução imaginária: cidade no campo → ar puro

Desejo secreto de todos: vida urbana/vida rural → *ausência de resolução ao nível do real*

Problema: ar puro → isolamento
belos jardins → rusticidade

Solução:
atmosfera sofisticada + árvores, jardins e Paris

outro problema:
prédio = (ausência de luxo)

solução encontrada:
presença de luxo

novo problema:
luxo + Paris ≠ piscina privada

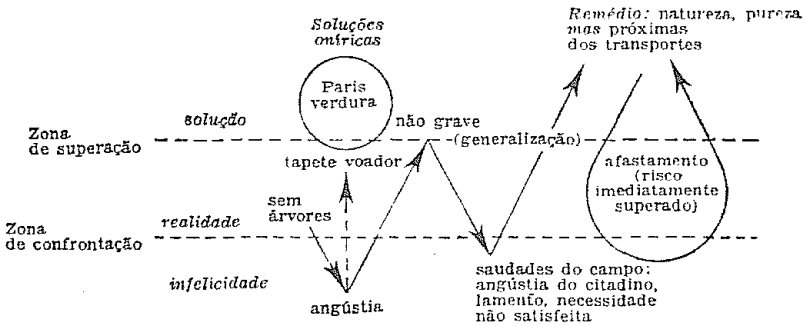
Solução global:

o desafio do mágico Cogifrance	piscina privada colinas agrestes Paris elegante Fácil acesso (≠ afastamento) = Neuilly ou 16.º bairro

Exemplo 2: *A angústia dos citadinos.*

O texto é dramatizado a partir de um símbolo, a árvore. Uma progressão dialéctica (aparição-desaparição dos problemas) por disjunção e em seguida por conjunção, conduz à solução final.

«Quando você abre a janela para procurar a silhueta de uma árvore, não lhe acontece sentir um segundo de angústia quando descobre que do outro lado há apenas mais janelas? Quando você está cansado não lhe acontece fechar os olhos e sonhar com um tapete mágico que o leva para muito, muito longe de Paris por montes e vales e que você irá acordar na manhã seguinte num ambiente verdejante?» Se tudo isto lhe acontece esteja tranquilo porque não é muito grave; você sofre de um mal idêntico ao de milhões de cidadãos. Pode dizer-se que você tem saudades do campo, «mal de la campagne», como se diz, «ter saudades do país natal» («avoir mal du pays»). A saudade («le mal»), quer dizer o desgosto instintivo, profundo de qualquer coisa de essencial e de natural, e isso é talvez o ar puro, a paz dos campos, a necessidade de ver pelo menos uma vez no dia um bocado de relva, um arbusto, algumas árvores. E o remédio para o seu mal está muito perto, numa colina de La Celle-Saint-Cloud, a quinze minutos de L'Étoile, a vinte e cinco minutos do seu trabalho, num parque de dezassete hectares: a residência Elyseé 2. Eis a solução e a resposta à angústia do citadino.»



VI

A ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo iremos falar de um tipo da análise do discurso pertencente ao campo da análise de conteúdo tal como anteriormente a definimos. O empreendimento de M. Pêcheux a AAD ou *análise automática do discurso,* pertence a este tipo de análise pelas seguintes razões:

- o procedimento tem como objectivo a inferência a partir dos «efeitos de superfície» de uma «estrutura profunda»: *os processos de produção;*
- esta técnica de análise inscreve-se numa sociologia do discurso e procura estabelecer ligações entre a situação *(condições de produção)* na qual o sujeito se encontra e as manifestações semântico-sintácticas da superfície discursiva;
- a AAD tem por objectivo a «destruição da análise de conteúdo» visando a sua substituição: por conseguinte pode supor-se que a AAD procura preencher a mesma função através de meios diferentes.

De facto, actualmente, se a AAD não é uma utopia é no entanto um projecto cuja vertente teórica é ambiciosa e tem tendência a sofucar as realizações técnicas. A AAD é o filho ainda prematuro de um feixe de exigências teóricas que se tentam a todo o custo ilustrar no plano técnico. O seu autor é por formação um filósofo interessado na teoria das ideologias e na história das ciências. É útil

recolocarmos a sua tentativa de construção de um instrumento de análise nas suas orientações conceptuais e teóricas.

1. A EXPLICITAÇÃO DE UMA ESTRUTURA: O PROCESSO DE PRODUÇÃO (44)

A hipótese geral é a seguinte: um discurso (ou um conjunto de discursos) é determinado por:

- *condições de produção;*
- um sistema linguístico;

Desde que se conheçam as condições de produção e o sistema linguístico, pode-se descobrir a estrutura organizadora ou *processo de produção,* através da análise da superfície semântica e sintáctica deste discurso (ou conjunto de discursos).

A abordagem de Pêcheux fundamenta-se no funcionamento linguístico do discurso (nível dos enunciados) e, de facto, o mecanismo do procedimento de análise inspira-se em manipulações linguísticas (Harris e a análise distribucional e transformacional principalmente). Esta abordagem ultrapassa no entanto o plano estritamente linguístico ao considerar o sujeito produtor do discurso como estando situado num *espaço social.* As suas considerações teóricas assentam na seguinte proposta geral:

«... *os fenómenos linguísticos de dimensão superior à da frase podem ser efectivamente concebidos como um funcionamento... Este funcionamento não é integralmente linguístico...* que só pode ser definido em referência ao *mecanismo de colocação dos protagonistas* e do objecto do discurso, mecanismo este a que chamámos "condições de produção" do discurso.»

O discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a *lugares* determinados na estrutura de uma formação social. Por exemplo, o destinador e o destinatário estão situados na esfera da pro-

(44) M. Pêcheux, *Analyse automatique du discours,* Dunod, 1969.

dução económica: eles são o patrão, o quadro ou o operário numa dada empresa. Este facto tem necessariamente consequências no discurso produzido. Estes «lugares» estão *representados* nos processos discursivos em que estão postos em jogo (os lugares) estando lá rigorosamente «*presentes*» mas «*transformados*» ([45]). Tanto a situação do locutor como a do destinatário afectam o discurso emitido de A para B.

«O que funciona no processo discursivo, é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem *mutuamente* e a si próprios.»

A, o locutor, antecipa no seu discurso, as representações de B.

Tudo isto constitui o verdadeiro objecto de uma *sociologia do discurso*. Trata-se de descobrir as conexões que possam existir entre o exterior e o discurso, entre as *relações de força* e as *relações de sentido*, entre *condições de produção* e *processos de produção*.

A primeira questão levantada é portanto a da correspondência entre as condições de produção e o processo de produção.

A segunda é a da transformação das condições de produção a partir de um dado estado destas condições. Isto porque, se é verdade que não se pode subir a montante das condições de produção («um determinado estado das condições de produção resulta de processos discursivos sedimentados»), pode no entanto descer-se para jusante e observar as transformações.

Daqui a regra 1:

«O processo de produção de um discurso (num determinado estado) resulta da composição das condições de produção deste discurso com um determinado sistema linguístico.»

Por outras palavras, as condições de produção de um discurso e o sistema linguístico utilizado são os componentes desta estrutura profunda e desta matriz que tentaremos descobrir por detrás das variações de superfície. Com efeito, as condições de produção funcionam como um princípio de selecção-valorização sobre os elementos da língua. A partir destes elementos, elas constituem os *domínios semânticos* e as *dependências* entre estes domínios que representam a matriz do discurso analisado. Estes

([45]) Iremos reencontrar esta noção de *transformação* na manipulação linguística.

domínios semânticos correspondem ao sistema de ligações semânticas. Um dos fins da análise será portanto o de descobrir estes domínios e as suas relações através de uma análise ao mesmo tempo semântica, sintáctico e lógica.

Esta primeira regra corresponde ao nível da emissão (codificação), enquanto que a segunda diz respeito à recepção (descodificação):

«Qualquer processo de produção composto com um determinado estado de condições de produção de um discurso, induz uma transformação deste estado.»

Existem duas possibilidades: A, o locutor é modificado pelo próprio discurso; B, o destinatário é modificado pelo discurso de A em relação a ele, e assim sucessivamente numa interacção. De facto, no estado actual, o procedimento analítico não está suficientemente apto para tomar em conta a própria interacção, e limita-se ao discurso em monólogo.

Podemos portanto resumir o objectivo do procedimento da AAD da seguinte maneira:

Sendo dados:
— um estado definido das condições de produção de um discurso em monólogo.
— e um conjunto acabado de realizações discursivas empíricas representativas deste estado (corpus, amostra),

determinar a estrutura do processo de produção que corresponde a estas condições de produção isto é, o conjunto dos domínios semânticos postos em jogo neste discurso, bem como as relações de dependência que existem entre estes domínios.

Este processo de produção, é ainda definido pelo autor como: «o conjunto dos mecanismos formais que produzem um dado tipo de discurso, em determinadas circunstâncias, ou *condições de produção*».

As variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) de um conjunto de discursos, serão observadas sobre o fundo invariante da língua (particularmente a sintaxe, que é uma fonte universal de constrangimento). Mas num estado estabelecido de condições, «o conjunto de discursos susceptíveis de serem engendrados nessas condições, manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis num conjunto considerado e características do processo de produção que está em jogo». Isto porque é de facto, «o mesmo sistema de representação que se reinscreve através de variantes que o repetem a par e passo»,

ou como diz ainda M. Pêcheux, «o mecanismo de um processo de produção é caracterizado pela repetição do idêntico através de formas necessariamente diferentes».

2. A TÉCNICA [46]

Um dado discurso é submetido a um certo número de operações de desmembramento e de classificação semânticas, sintácticas e lógicas simultaneamente. Além disso, os *operadores* ou palavras de ligação (por exemplo: «de repente», «visto que», «logo que», etc.) são tomados em consideração e desempenham uma função importante.

— *A preparação do discurso:* cada frase (considerada como uma sequência entre sinais de pontuação) é decomposta em proposições. Isto implica operações de linguística tais como:

- substituição das *anáforas* (*shifter* em inglês; por exemplo: «aí», «lá», «cujo») pelos termos que representam;
- o restabelecimento da ordem canónica, por exemplo: «quando eu o encontrei, o homem já estava morto, asseguro-o» o que dá: «asseguro *(que)*[47] o homem já estava morto *(quando)* eu encontrei o homem»;
- o reagrupamento dos morfemas não conexos que representam os operadores;
- a recuperação de proposições latentes a partir de índices fornecidos pela superfície, por exemplo:

«Vi o expresso de Bordéus e o comboio de Le Mans» torna-se: «vi o o expresso de Bordéus (e) vi o comboio de Le Mans».

— Procuram-se as *dependências funcionais* nas frases e entre as frases.

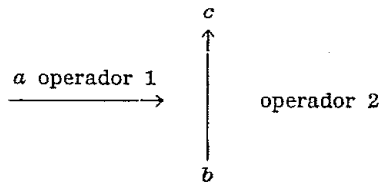
Ou seja, ao nível da frase: «A madeira é mais leve do que a água uma vez que vem à superfície assim que a mergulhamos na água», a decomposição em três proposições *a, b, c:*

a = «a madeira é mais leve que a água»,
b = «a madeira vem à superfície»,
c = «mergulhamos a madeira na água»,

([46]) M. Pêcheux, *op. cit.*, cap. II, C. Haroche e M. Pêcheux, *Mannuel pour l'utilisation de la méthode d'analyse automatique du discours (AAD);* R. Robin, *Histoire et linguistique,* Colin, 1973.

([47]) Operador.

(com o operador 1 = «visto que» e o operador 2 = «uma vez que», é assim representado de maneira lógica:



Para estabelecer as dependências funcionais entre as frases, procede-se por extracção dos elementos e das proposições que desempenham o papel de operadores, baseando-nos para isso em vários critérios.

— As dependências funcionais também existem no interior da proposição. As proposições podem ser divididas em *enunciados* ou em unidades mínimas. A técnica foi inspirada na análise distribucional e transformacional de Harris.

Não entraremos no pormenor das condições (as regras de manipulação são muito formalizadas) de decomposição e de transformação. Digamos que passamos deste tipo de proposição:

«Toda a gente sofreu com as insuficiências climatéricas no decorrer dos últimos meses»,

a um conjunto de unidades:

«toda a gente sofreu insuficiências»,
«toda a gente sofreu nestes meses»,
«estes meses são os últimos».

Estes enunciados mínimos são afectados com um número e as suas características são codificadas.

Por exemplo, as características tomadas em consideração em:

«toda a gente sofreu insuficiências»

são:

- activo, afirmação, pretérito perfeito simples do indicativo;
- não existe determinante do primeiro sintagma nominal;
- S_1 = *«toda a gente»;*
- V = *«sofrer»;*
- não há advérbio;
- preposição = «de»;
- determinante 2 = «os»
- S_2 = *«insuficiências».*

— Representação das proposições em gráficos, seguida da classificação das relações binárias obtidas. Trata-se de representar de maneira formal o sistema de dependências entre os enunciados do discurso. A estrutura de um discurso por um «bloco» de relações binárias, sendo estas classificadas e codificadas.

— *A análise automática:* a partir do momento em que o conjunto dos enunciados elementares e das relações binárias são codificados podemos passá-los para cartões perfurados. Existe um programa principal e um sub-programa. O primeiro examina todas as sequências comparando as suas relações binárias, e se duas delas têm o mesmo *conector,* entra em acção o sub-programa, que tem por finalidade,

— constituir os «*domínios semânticos*» reagrupando certos pares de relações binárias, e
— analisar as dependências entre estes domínios.

Dir-se-á que dois enunciados têm a mesma interpretação semântica se:

— forem paradigmaticamente próximos um do outro (condição de proximidade semântica);
— se estiverem ligados por dependências funcionais idênticas a dois outros enunciados, eles próprios próximos um do outro.

Com base nisto têm-se dois tipos de operações:

— comparação paradigmática dos enunciados;
— formação dos domínios semânticos pelo relacionamento dos enunciados por intermédio de operadores de dependência.

Recordemos com efeito, que para clarificar os processos de produção é necessário «definir os "pontos de ancoragem" no corpus», isto é, os domínios semânticos. Entra em jogo a *proximidade* de conteúdo dos enunciados. É definido *a priori* um limiar para avaliar desta proximidade semântica o que permite decidir se os enunciados pertencem ou não ao mesmo domínio semântico.

Por exemplo:

«Um relâmpago atravessou a noite»,
«Um raio atravessou a noite»
«Uma língua de fogo atravessou a noite»,

estes três enunciados obedecem à «condição de proximidade paradigmática», porque «uma língua de fogo», «um raio», «um relâmpago», são substituíveis no contexto «...atravessou a noite». O autor fala de «deslise de sentido» e apelida de *efeito metafórico* este fenómeno semântico produzido por uma substituição no contexto.

Se por exemplo tivermos dois enunciados:

«o coronel seduziu a marquesa»,
«o oficial agradou à marquesa»;

a possibilidade de substituição paradigmática entre os componentes destes dois enunciados será aumentada se existir um terceiro enunciado:

«o coronel agradou à marquesa.»

Depois disto, o programa principal elabora os domínios semânticos e analisa as suas relações.

Por exemplo, num corpus de oito discursos respeitantes à narração da vida de Joana d'Arc, preparado e registado de modo a conduzir a um conjunto de cento e vinte e seis enunciados e de cento e quarenta relações binárias, atingem-se depois de tratados, vinte e nove domínios que respondem às mesmas condições de formação.

Exemplo de um domínio:

$$\varphi_2\ \varepsilon_2 \left\{ \begin{array}{l|c|l} \text{J} & \begin{array}{l}\text{Ir}\\ \text{Procurar}\\ \text{Tentar}\end{array} & \varnothing \end{array} \right\} \left\{ \begin{array}{l|l|l} \text{J} & \begin{array}{l}\text{Encontrar}\\ \text{Ver}\\ \text{Ser coroado}\\ \text{Restabelecer}\end{array} & \star\ \text{Rei} \end{array} \right\} \left\{ \begin{array}{l|l|l} \text{Rei} & \in & \begin{array}{l}\text{de França}\\ \text{Carlos VII}\end{array} \end{array} \right\}$$

Depois de feito o reagrupamento das inclusões e das intersecções, os domínios foram ordenados e chegou-se a dez hiper-domínios aos quais é possível atribuir uma denominação que indique a sua função no discurso:

nascimento,
recepção da ordem,
conteúdo da ordem,
partida para o combate,
obtenção de uma ajuda,
sagração do rei,
combate,
salvação do país,
expulsão do inimigo,
captura e morte.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AAD E O SEU CONTEXTO TEÓRICO («CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO»)

— A AAD de Pêcheux parece estar próxima das análises estruturais dos mitos de Lévi-Strauss: procura-se por detrás das variações de superfície a estrutura invariante, o princípio gerador que ordena o conjunto.

— Num recente artigo ([48]), Pêcheux refere-se a uma «teoria da subjectividade (de natureza psicanalítica)» e com especial relevo a Lacan para precisar o carácter recalcado da matriz do sentido. Os processos discursivos realizam-se no sujeito, mas não podem ter nele a sua origem, mesmo se este tiver «a ilusão de estar na *origem do sentido*». A prática subjectiva ligada à linguagem é marcada por dois níveis de recalcamento: o que o autor nomeia o «esquecido número um» e o «esquecido número dois».

O esquecido número um

«designa paradoxalmente *o que nunca foi sabido* e que portanto *toca de mais perto* o «sujeito que fala», na estranha familiaridade que ele mantém com as causas que o determinam... em completa ignorância de causa».

O esquecido número dois é uma ocultação parcial. Caracteriza uma zona acessível para o sujeito se este faz um retorno sobre o seu discurso (por exemplo a pedido do interlocutor):

«Na medida em que o sujeito se retoma para se auto-explicar o que diz, para aprofundar "o que pensa" e para formular de modo mais adequado, pode dizer-se que esta zona número dois, que é a do *processo de enunciação* é caracterizado por um funcionamento de tipo pré-consciente/consciente.»

Pelo contrário, a zona do esquecido número um é inacessível ao sujeito, ela é

«de natureza *inconsciente*, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela própria (e não simplesmente distraída de si, escapando incessantemente a si própria...)».

— Com efeito o autor refere-se a uma teoria das ideologias no âmbito de uma teoria das formações sociais (o materialismo histórico). Partindo de Althusser, tenta precisar a relação entre uma formação ideológica e uma formação discursiva. De igual modo, tenta (isto permanece ainda vago) explicitar o conceito ambíguo de «condições de produção».

— Os pontos de apoio da teoria de Pêcheux não deixam de nos fazer lembrar os princípios e conceitos do sociólogo de P. Bourdieu: princípio de não transparência dos

([48]) M. Pêcheux e Fuchs, «Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours», em *Langages*, 1975, 37.

factos sociais ([49]); concepção da sociologia como a ciência «*da dialéctica da interioridade e da exterioridade,* isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade» ([50]); a noção (central em Bourdieu bem como em Pêcheux é a de processo de produção) de *habitus* enquanto «sistema de *disposições* duradouras, estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípio de geração e estruturação de práticas e de representações...», «princípio construído de forma durável, gerador de improvisações regulamentadas».

De uma forma geral pode concluir-se, a propósito deste empreendimento ([51]), dizendo que por debaixo de uma linguagem abscôndita, que por vezes mascara banalidades, sob um formalismo que por vezes escapa ao leitor, para além das construções teóricas, que ao nível da prática da análise, são improdutivas a curto prazo, existe uma tentativa totalitária (no sentido em que se procura integrar no mesmo procedimento conhecimentos adquiridos ou avanços até aí dispersos ou de natureza disciplinar estranha: teoria e prática linguística, teoria discurso como enunciação, teoria da ideologia e automatização do procedimento) cuja ambição é sedutora mas em que as realizações são anedóticas. O que é deplorável.

([49]) P. Bourdieu, *Introduction à un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie,* Minuit, 1965.

([50]) P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique,* Droz, 1972.

([51]) Este «protótipo», como diz F. Bresson.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA (1)

I. — METOLOGIA GERAL E EPISTEMOLOGIA (POR ORDEM CRONOLÓGICA)

Nos Estados Unidos da América

Berelson (B.), *Content analysis in communication research,* Nova Iorque, Ill. Univ. Press, 1952, Hafner Publ. Co., 1971.

Lasswell (H. D.), Leites (N.) *et al., The language of politics: studies in quantitative semantics,* Nova Iorque, G. Stewart, 1949; Cambridge, Mass., Mit Press, 1965.

Lasswell (H. D.), Merner (D.), Pool (I. de S.), *The comparative study of symbols,* Stanford Univ. Press, 1952.

Pool (I. de S.), *Trends in content analysis,* Urbana, Illinois Univ. Press, 1959.

Stone (P. J.), Dunphy (D. C.), Smith (M. S.), Ogilvie (D. M.), *The general inquirer. A computer approach to content analysis in the behavioral sciences,* Cambridge, Mass., Mit Press, 1966.

Gerbner (G.), Holsti (O. R.), Krippendorff (K.), Paisley (W. J.), Stone (P. J.), *The analysis of communication contents. Developments in scientific theories and computer techniques,* Nova Iorque, Wiley, 1969.

Holsti (O. R.), *Content analysis for the social sciences and humanities,* Addison Wesley, 1969.

Em França

Bulletin du CERP, número especial, 1967, t. 16, n.º 3.

Henry (P.), Moscovici (S.), «Problèmes de l'analyse de contenu», em *Langages,* Setembro 1968, II.

(1) Das centenas de referências possíveis, seleccionamos as publicações mais úteis para uma primeira abordagem da análise de conteúdo.

Vigneaux (G.), «Le discours argumenté écrit *la femme a le cœur plus tendre que l'homme*», *Communications*, n.º 20, *Le sociologique et le linguistique*, 1972.
Robin (R.), *Histoire et linguistique*, Paris, A. Colin, 1973.
Sujet(s) et objet(s) de l'analyse de contenu (I), *Interprétation et analyse de contenu* (II), números especiais de *Connexions*, 11 e 12, Epi, 1974.

II. — TÉCNICAS E APLICAÇÕES (ALGUNS EXEMPLOS)

Sobre a análise da avaliação

Osgood (C. E.), «The representational model and relevant research methods», em Pool (I. de S.), *Trends in content analysis*, Urbana, Univ. of Ill. Press, 1959.
Holsti (O. R.), «A computer content analysis program for analysing attitudes: the measurement of qualities and performance», em Gerbner (G.), *The analysis of communication content, developments in scientific theories and computer techniques*, Nova Iorque, Wiley, 1969.

Sobre a análise da enunciação

Unrug (M.-C. d'), *Analyse de contenu et acte de parole*, Paris, Delarge (Ed. Universitaires), 1974.

Sobre a análise da expressão (algumas referências)

Demontet (M.), Geffroy (A.), Gouaze (J.), Lafon (P.), Mouillaud (M.), Tournier (M.), *Des tracts en mai 68. Mesure de vocabulaire et de contenu*, Paris, Colin-FNSP, 1975.
Guillaumin (C.), *L'idéologie raciste, genèse et langage actuel*, Paris, Mouton, 1972.
Mahl (G. F.), «Exploring emotional states by content analysis», em Pool (I. de S.), *Trends in content analysis*, Urbana, Univ. of Ill. Press, 1959.
Osgood (C. E.), Walker (E. G.), «Motivation and language behavior: content analysis of suicide notes», em *J. abnorm. soc. psychol.*, 1950; ou Moscovici (S.), *The psychosociology of language*.
Richaudeau (F.), *Le langage efficace*, Paris, CEPL, Denoël, 1973.
Roche (J.), *Le style des candidats à la présidence de la République*, Paris, Ed. Privat, 1971.

Sobre a análise das co-ocorrências

Baldwin (A. L.), «Personal structure analysis», *J. abn. soc. psychol.*, 1942.
Osgood (C. E.), «The representational model and relevant research method», em Pool (I. de S.), *Trends in content analysis*, Urbana, Univ. of Ill. Press, 1959.

Demontet (M.), Geffroy (A.), Gouaze (J.), Lafon (P.), Mouillaud (M.), Tournier (M.), *Des tracts en mai 68. Mesure de vocabulaire et de contenu,* Paris, Colin-FNSP, 1975.

Sobre a análise estrutural

Barthes (R.), *Système de la mode,* Paris, Seuil, 1967. (Edições 70, no prelo).
Lévi-Strauss (C.), *Le cru et le cuit,* Paris, Plon, 1964.
Raymond (H.), «Analyse de contenu et entretien non directif: application au symbolisme de l'habitat», em *Revue française de sociologie,* IX, número espec. «Urbanisme», Paris, 1968.
«L'analyse structurale du récit», *Communications,* n.º 8 (especial), Seuil, 1966.

Sobre a análise automática do discurso

Pêcheux (M.), *Analyse automatique du discours,* Paris, Dunod, 1969.
Haroche (C.), Pêcheux (M.), «Manuel pour l'utilisation de la méthode de l'analyse automatique du discours (AAD)», *T.A. Informations,* 1972, 13(1).
Pêcheux (M.), «Analyse du discours, langue et idéologie», *Langages,* número especial, Didier Larousse, Março 1975, 37.

Imprensa e comunicações de massas

Bardin (L.), *Les mécanismes idéologiques de la publicité,* Paris, J.-P. Delarge, Ed. Universitaires, 1975.
Uma revelação dos conteúdos e dos processos publicitários, através de técnicas diversas de análise de conteúdo.
Bataille (F.), Schifres (A.), Tannery (C.), *Analyse de press,* Paris, Puf, 1963.
Um clássico neste assunto.
Chabrol (C.), *Le récit féminin. Contribution à l'analyse sémiologique du courrier du cœur et des enquêtes sur la femme dans la presse féminine actuelle,* Paris, Mouton, 1971.
Fagès (J. B.), *Miroirs de la société* (t. I e II), Paris, Mame, 1972.
A análise dos jogos radiofónicos e dos pequenos anúncios.
Morin (V.), *L'écriture de presse,* Paris, Mouton, 1966.

Sociologia da educação

Isambert-Jamati (V.), *Crises de la société, crises de l'enseignement,* Paris, Puf, 1970.
A evolução da escola e da sociedade nos últimos cem anos através da análise dos discursos nas distribuições de prémios.
Vincent (G.), *Les lycéens. Contribution à l'étude du milieu scolaire,* Paris, A. Colin, 1971.
Uma análise temática linear.

Psicanálise

Moscovici (S.), *La psychanalyse, son image et son public,* Paris, Puf, 1961, reedição 1976.
A difusão de um saber científico e a sua representação na sociedade. Um clássico.

História e ciências políticas

Encontrar-se-ão exemplos e referências em:

Robin (R.), *Histoire et linguistique*, Colin, 1973.
Como as análises linguísticas (análises lexicológicas, do discurso, do conteúdo, etc.) são úteis à história?

e ainda em *Revue des sciences politiques*.

De modo geral, encontrar-se-ão numerosos exemplos de aplicação (referentes à análise das comunicações) em:

Communications, Seuil (a partir de 1961).
Communication et langages (a partir de 1969).

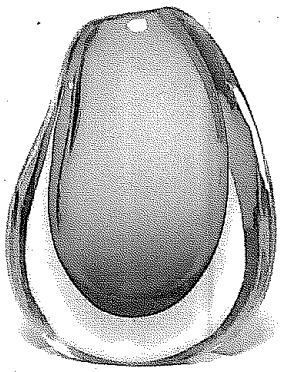


Paginação, impressão e acabamento
da
CASAGRAF - Artes Gráficas Unipessoal, Lda.
para
EDIÇÕES 70, LDA.
Janeiro de 2002

LAURENCE BARDIN

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Laurence Bardin, professora-assistente de psicologia na Universidade de Paris V, aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas. Este livro procura ser um manual claro, concreto e operacional desse método de investigação, que tanto pode ser utilizado por psicólogos e sociólogos, qualquer que seja a sua especialidade ou finalidade, como por psicanalistas, historiadores, políticos, jornalistas, etc.



edições 70

9 789724 40898